

JOÃO LUCAS FACO TZIMINADIS

Frenesi em suspensão:
Em direção a um modelo crítico a partir da teoria da
aceleração social de Hartmut Rosa



ARARAQUARA
2018

JOÃO LUCAS FACO TZIMINADIS

Frenesi em suspensão:
Em direção a um modelo crítico a partir da teoria da
aceleração social de Hartmut Rosa

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social.

Orientador: João Carlos Soares Zuin.

Bolsa: CNPq.

ARARAQUARA
2018

Tziminadis, João Lucas Faco

Frenesi em suspensão: Em direção a um modelo crítico a partir da teoria da aceleração social de Hartmut Rosa / João Lucas Faco Tziminadis – 2018
136 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: João Carlos Soares Zuin

1. Aceleração social. 2. Experiência do tempo. 3. Alienação. 4. Hartmut Rosa. I. Título.

JOÃO LUCAS FACO TZIMINADIS

Frenesi em suspensão:
Em direção a um modelo crítico a partir da teoria da
aceleração social de Hartmut Rosa

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social,
Orientador: João Carlos Soares Zuin
Bolsa: CNPq

Data da defesa: 06/03/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professor Dr. João Carlos Soares Zuin
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Membro Titular: Professor Dr. Antonio Ianni Segatto
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Membro Titular: Professor Dr. Ari Fernando Maia
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Pelo caminho tormentoso tecido com fio de ouro,
não poderia dedicar este trabalho senão
à Ana.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que atravessaram mais esta etapa ao meu lado;

Ao professor João Carlos Soares Zuin, cuja orientação, cujas conversas e lições, de todos esses anos, reverberarão para sempre em meus caminhos;

Aos professores Antonio Ianni Segatto e Ari Maia, pela leitura do texto de qualificação e pelas sugestões valiosas;

À boa amizade de Igor e João Mauro, pela confiança na potência do pensamento e sua resistência diante de um mundo que se desfaz em frenesi;

Ao professor Hartmut Rosa, cuja gentileza e solicitude fizeram o presente trabalho possível;

À amiga de longa data Karina, pela leitura e revisão minuciosa das primeiras versões do texto;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, que me permitiu dedicar-me integralmente à pesquisa.

Vemos que já atingiste o fim da vida, tens cem ou mais anos. Vamos, faz o cálculo da tua existência. Conta quanto deste tempo foi tirado por um credor, uma amante, pelo poder, por um cliente. Quanto tempo foi tirado pelas brigas conjugais e por aquelas com escravos, pelo dever das idas e vindas pela cidade. Acrescenta, ainda, as doenças causadas por nossas próprias mãos e também todo o tempo desperdiçado. Verás que tens menos anos do que contas. Perscruta a tua memória: quando atingiste um objetivo? Quantas vezes o dia transcorreu como o planejado? Quando usaste teu tempo contigo mesmo? Quando mantiveste uma boa aparência, o espírito tranquilo? O quanto de tua existência não foi retirado pelos sofrimentos sem necessidade, tolos contentamentos, paixões ávidas, conversas inúteis, e quão pouco te restou do que era teu? Compreenderás que morres cedo.

Sêneca, Sobre a brevidade da vida¹

¹ SÊNECA, 2015, p. 30-1.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é explorar os potenciais teóricos do conceito de aceleração social desenvolvido por Hartmut Rosa, no sentido do diagnóstico que este elabora sobre a experiência do tempo na contemporaneidade, derivando daí um modelo crítico particular. Deste diagnóstico busca-se ressaltar uma nova formação subjetiva, cujas tendências imanentes convergem para a crescente difusão de psicopatologias, que, por sua vez, reconfiguram o mal-estar na cultura. O caminho entre a teoria da aceleração social e o delineamento destas tendências se faz em três capítulos. No primeiro, o conceito de estabilização dinâmica é tomado como ordenador expositivo das categorias analíticas utilizadas por Rosa para constituir sua teoria fundamental e, com ela, fundar uma nova leitura do conceito de modernidade. No segundo são expostos os fenômenos que indicam, para Rosa, o ponto de viragem da modernidade para a modernidade tardia, e a partir deles elabora-se a base fenomênica das novas modalidades de integração social e das novas estratégias subjetivas que as acompanham. Por fim, no terceiro capítulo realiza-se uma reflexão sociológico-filosófica acerca do conceito de alienação derivado da teoria da aceleração social, e que denota uma estrutura patológica da subjetividade contemporânea. Da exposição deste conceito, elaborada em três instâncias, constituem-se os traços para um modelo crítico fundado no sofrimento implicado pela predicação das ações pela lei da aceleração social.

Palavras-chave: Aceleração social; Experiência do tempo; Alienação; Hartmut Rosa.

ABSTRACT

This work aims at exploring the theoretical potentials of the concept of social acceleration developed by Hartmut Rosa, towards the current time experience diagnosis he has elaborated, deriving from this a particular critical model. Departing from this diagnosis a new subjectivity formation is attempted to be highlighted, whose inner trends points to the spreading diffusion of psychopathologies which, by its turn, reset the culture discontent. The way between the theory of social acceleration and the drawing of these new tendencies is made by three chapters. In the first one, the concept of dynamic stabilisation is taken as an exposition organizer of the analytical categories used by Rosa in order to build its base theory and, with it, to ground a new reading of the modernity concept. In the second, there are exposed the phenomena that indicates, in Rosa's view, the turning point between modernity and late-modernity, and from them the phenomenological base of new social integration modalities and its following subjective strategies is elaborated. Finally, at the third chapter, a sociological-philosophical reflection on the concept of alienation derived from the social acceleration theory, which denotes a pathological structure of the contemporary subjectivity, is operated. From this concept exposition, detailed in three dimensions, the traces of a critical model, grounded on the suffering caused by the prediction of the actions by the social acceleration law, is constituted.

Key-words: Social acceleration; Time experience; Alienation; Hartmut Rosa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1 – Categorias histórico-analíticas	13
1.1. Modernidade e temporalidade: a estabilização dinâmica.....	13
1.2. Fenomenologia da aceleração social	28
1.3. Motores e sistemas aceleratórios.....	50
1.4. Clivagens temporais: as categorias de inércia.....	57
Capítulo 2 – Diagnóstico do tempo: limiares críticos do tempo presente.....	60
2.1. Trabalho flexível, revolução digital, 1989	60
2.2. Dessincronização como forma de integração social.....	69
2.3. Contemporização como imperativo da administração do tempo	79
2.4. Destemporalização e situacionalidade	86
Capítulo 3 – Um modelo crítico: a ruína comum	97
3.1. Nenhum pastor e um rebanho.....	97
3.2. Alienação como Weltbeziehung.....	112
3.3. Seelenlähmung: um estupor da alma.....	118
À GUIA DE CONCLUSÃO: ACELERAÇÃO E FINITUDE	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

INTRODUÇÃO

O trabalho que segue pode ser apresentado, em seus amplos objetivos, de forma sucinta. Trata-se de uma análise interpretativa da teoria da aceleração social desenvolvida por Hartmut Rosa – filósofo e sociólogo alemão que iniciou sua carreira com um trabalho sobre a teoria política de Charles Taylor² e, por alguns desvios e atalhos, dirigiu seu interesse para questões temporais. Não seria justo, no entanto, alojar Rosa em alguma sociologia com hífen, em alguma sorte de subcampo que possa se chamar “sociologia do tempo”. Sua teoria da aceleração social entoa uma teoria da modernidade – como fica explícito na tradução inglesa de seu principal livro sobre o tema: *Social acceleration: a new theory of modernity*. Uma teoria da modernidade que se desenha ante um pano de fundo crítico: Rosa se pergunta sobre o papel das condições temporais na determinação das formas de vida – ou, mais especificamente, o papel da aceleração no fracasso dos indivíduos modernos em realizar o ideal de *boa vida* que postularam a si mesmos. É evidente que os motivos comunitaristas de suas preocupações progressas reverberam nesta pergunta. Mas Rosa, que teve Axel Honneth como orientador, reivindica um lugar na tradição da Teoria Crítica, afinal, se a questão acerca da boa vida remete a Taylor, a questão acerca do bloqueio estrutural de sua realização remete a Adorno. Além disso, Rosa diz alinhar-se a essa tradição por buscar nos fenômenos particulares traços de algo que possa ser chamado de totalidade – uma dimensão comum da experiência dos particulares, a que identifica com o fenômeno da aceleração.

No universo conformado pela Teoria Crítica, o problema da temporalidade, pode-se dizer, é um problema genético. A mais penetrante instância em que o problema do tempo se instalou é a dimensão da experiência – cuja queda, como demonstrara Walter Benjamin, está intimamente ligada ao ritmo violento dos choques sensoriais e ao rompimento das cadeias de transmissão da herança cultural. Rosa afirma, no entanto, que este é um problema congênito à teoria social *tout court*. A sociologia enquanto disciplina, nas diversas linhas fundantes através das quais veio à luz em fins do século XIX, esteve desde o início às voltas com o tempo – a fagulha do pensamento social, diz Rosa, é a percepção de que o mundo no qual os homens vivem em conjunto começa a se mover, isto é, a se temporalizar³. Assim, Rosa define para si a tarefa de reconstituir o processo de modernização do Ocidente e a essência do conceito de modernidade a partir do conceito de aceleração social, tomando este último,

² Trata-se de *Identität und kulturelle Praxis: Politische Philosophie nach Charles Taylor*. Sobre este tema, cf. ROSA, 1996.

³ Este argumento é explicitado em TZIMINADIS, 2017b e em ROSA, 2015a.

portanto, como mediação entre os fenômenos que constituem e modernidade e as teorias sociais clássicas.

É importante notar que o que o leitor encontrará adiante é uma tentativa exploratória sobre um terreno ainda pouco desbravado. Apesar de ter feito barulho nas mídias jornalísticas da Alemanha e fora dela – afinal, parece evidente que o problema do tempo fugidio afeta a todos –, são poucas as obras que se detêm sobre uma análise sistemática da teoria da aceleração social. O autor que aqui escreve não encontrou, portanto, um “debate” dentro do qual pudesse se posicionar. As fontes que mais se aproximaram da constituição de tal meio foram três:

(1) A discussão elaborada por Rosa e mais dois intelectuais alemães, Stephan Lessenich e Klaus Dörre⁴ – que assim como ele são professores da *Friedrich-Schiller-Universität* –, publicada como livro no qual os três expõem suas teses e contrapõem-se em uma longa contenda sociológica acerca do diagnóstico da contemporaneidade.

(2) Artigos publicados em mais de um periódico, em fases diferentes da produção de Rosa, mas que esboçam uma interpretação e mobilizam de modo particular os conceitos derivados de sua obra, como, por exemplo, a recepção inicial de William Scheuerman (2003) e as mais recentes interpretações de Eric Hsu (2014), Filip Vostal (2015), Isaac Reed (2016), Gustavo Levya (2016) e Juan Álvarez-Cienfuegos Fidalgo (2016).

(3) A entrevista que, ao longo de sua pesquisa, este autor pode realizar com o próprio Hartmut Rosa, na ocasião da vinda deste para São Paulo em março de 2017⁵.

Assim, em alguns momentos o argumento aqui desenvolvido não encontra correspondente em qualquer outro trabalho, de modo que o leitor só terá a própria teoria da aceleração social para cotejar e averiguar sua consistência.

O trabalho que segue, portanto, reconstitui as principais linhas de argumento da teoria de Rosa e, principalmente, busca sintetizá-las em chaves de leitura que constituem pontes entre momentos isolados da obra. Essas sínteses costumam muitas análises que Rosa, por sua verve sistemática, mantém relativamente distantes umas das outras. Como há de ser, essa costura possui uma direção e uma intensão que não podem ser confundidas com aquelas contidas nas obras analisadas, pois derivam de um interesse do autor que aqui escreve. A saber: *o que a teoria da aceleração social indica acerca do mal-estar contemporâneo que se expressa numa variedade de patologias, por assim dizer, existenciais, como a depressão?* Deve-se dizer, de antemão, que esta questão já é suscitada pelo próprio Rosa. Mas aqui é

⁴ Trata-se de *Sociology, capitalism, critique* (DÖRRE, LESSENICH, ROSA, 2015).

⁵ *Modernidade dessincronizada: aceleração social, destemporalização e alienação: uma entrevista com Hartmut Rosa* (TZIMINADIS, 2017b).

tomada como ponto de fuga que orienta toda a exposição da teoria, algo que perpassa subterraneamente o caminho trilhado, e que desagua no último capítulo como pano de fundo daquilo que será concebido como um *modelo crítico* decalcado do interior da teoria da aceleração social. Neste ponto, esta dimensão existencial que se busca destacar é exposta sob três ângulos: o totalitarismo da aceleração, a alienação das relações com o mundo (*Weltbeziehungen*) e o estupor anímico (*Seelenlähmung*) daqueles sujeitos predicados pela lei estrangeira da aceleração.

O primeiro capítulo girará em torno da noção de *estabilização dinâmica*. Apesar de desenvolvida em uma fase já avançada da teoria, esta noção indica de forma sintética aquilo que Rosa aponta como a razão de ser das sociedades modernas: a sua forma contraditória de *estabilização através do movimento*. Neste ponto é posto em evidência um dos problemas centrais da teoria da aceleração social: o fato da experiência geral da escassez de tempo *a despeito* dos imensos esforços realizados desde as primeiras horas da modernidade no sentido de acelerar processos materiais e sociais. Ainda, uma exposição sobre as categorias centrais que perfazem o conceito de aceleração social é realizada em detalhe, bem como uma breve discussão acerca das forças que alimentam tal fenômeno. As proposições e as tendências centrais da teoria da aceleração são reunidas neste capítulo como uma infraestrutura que sustentará os movimentos realizados nos dois capítulos seguintes.

O segundo capítulo debaterá os fenômenos que, na teoria de Rosa, aparecem como indícios de uma mudança fundamental do processo histórico da aceleração social. Essa mudança descreve um salto qualitativo do processo civilizatório, e fundam, para Rosa, uma nova fase da modernidade. Neste ponto a reconstrução dá lugar a uma operação de sínteses derivadas do diagnóstico de época contido na teoria. Em linhas gerais, parte-se da constatação de que a aceleração social torna-se, a partir de certas transformações estruturais e culturais localizadas nas últimas décadas do século passado, um processo autônomo. A autonomia desse processo é significativamente demonstrada através da subsunção e da mobilização total das formas e das relações sociais. Em seguida, toma-se o conceito de *dessincronização* como condição estrutural desta nova fase, de modo a se elaborar uma tipologia dos modos de integração social e das estratégias individuais de conquista e manutenção de posições sociais. Basicamente, opera-se uma síntese das propostas de Rosa a partir de duas características centrais, que podem ser tomadas como respostas à condição de risco permanente de dessincronização: a contemporização das cadeias de ação, isto é, a dissolução dos limites e a rasura das fronteiras entre esferas sociais, e destemporalização, isto é, o abandono da pretensão moderna de dotar o tempo biográfico e o tempo histórico de uma unidade de sentido

que oriente as ações *no mundo*, dando lugar à situacionalidade e ao elogio (ideológico) da contingência. Essas características constituem uma nova experiência do tempo, bem como uma nova forma de dominação. Isto será tomado como fundamento normativo da crítica de Rosa ao processo autonomizado de aceleração, tema do último capítulo.

Por fim, no terceiro capítulo as atenções voltam-se sobre a experiência da *alienação*, elaborada por Rosa como condição inerente à autonomização do “sistema aceleratório” e à transformação de sua razão interna em um imperativo estrutural de integração social. Ou, ainda, como ele mesmo formulou em entrevista, a experiência da alienação, da maneira como ele a concebe, é o sintoma pungente que denuncia o estado crítico ao qual as forças da aceleração conduziram as sociedades modernas. Parte-se neste capítulo de uma elaboração acerca da noção de *totalitarismo da aceleração*, de modo a demonstrar como esta força tornou-se pervasiva em todos os âmbitos das relações humanas, e como ela pode ser tomada como uma mácula comum na experiência individual – algo que, como será demonstrado, atravessa todas as fronteiras sociais. Ante esta condição, busca-se explorar o conceito de alienação tomando dois sentidos nele contidos: alienação como estranhamento (*Entfremdung*) e como exteriorização (*Entäusserung*). Arrisca-se apontar estas duas dimensões no conceito de Rosa justamente por este ser derivado da experiência do tempo contida na teoria da aceleração social, que não apenas denota uma perda da relação entre sujeito e mundo, como também a atuação de uma força estranha sobre as ações – de tal forma que os indivíduos fazem, por sua *livre vontade*, aquilo que, num momento subsequente, teriam preferido não fazer. Por fim, chega-se a uma reflexão acerca do panorama que se estabelece ante o tempo biográfico, isto é, uma reflexão acerca da posição dos sujeitos contemporâneos ante as experiências e as expectativas que conformam o escopo de sua formação *no tempo*. Desse panorama delineiam-se alguns caminhos que, de dentro da teoria da aceleração social, podem iluminar as manifestações sombrias do mal-estar na contemporaneidade.

Assim, para além do interesse sobre as condições temporais da vida na contemporaneidade, as formas que precipita e os sofrimentos sob os quais padece, o leitor encontrará um conjunto sintético acerca da teoria de Rosa e, espera-se, uma ferramenta útil para se iniciar no estudo de um empreendimento intelectual ainda pouco explorado em língua portuguesa. Dito isto, o desenho geral do texto que segue já está posto e o leitor já possui o mapa necessário.

Capítulo 1 – Categorias histórico-analíticas

1.1. Modernidade e temporalidade: a estabilização dinâmica

No centro de todas as angústias e euforias que os teóricos da sociedade expressaram ao sopesar o sentido da transição das antigas comunidades tradicionais à modernidade, com maior ou menor consciência desse fato, estava um engajamento do pensamento sobre a natureza do tempo. Quando Lukács (2000) ensaiou dizer algo sobre a qualidade da vida humana sob a efígie do “indivíduo problemático”, recorrendo à forma romanesca como representação reflexiva do apartamento entre o espírito e o indivíduo isolado, apoiou-se sobre os ombros de Novalis para justificar a profundidade cultural daquele problema formal: só nos debruçamos intelectualmente sobre um objeto, isto é, um objeto só se torna digno de problema intelectual, quando sua existência deixa de ser óbvia, quando cessa seu sentido imanente. Inquirir a origem e o destino da narrativa épica, vinculadora do espírito ao indivíduo, era já atestar seu declínio. Em outra ocasião, Lukács (2009) acentuou o sentido de sua tese: diferentemente da épica antiga, no romance é preciso saber a origem biográfica do herói. A baliza dessa asserção é o tempo que foi cindido: sem conexões evidentes que o atam a uma comunidade de destino, o herói se individualiza, e seu tempo de vida já não coincide com o tempo do mundo. Este é um problema que se encontra, também, por detrás das preocupações de Weber, quem quis saber se, assim como para os camponeses de Tolstói, a morte do “homem civilizado” encerrava sentido. Sua resposta só pode ser negativa, uma vez que “a vida individual do civilizado está imersa no ‘progresso’ e no infinito e, segundo seu sentido imanente, essa vida não deveria ter fim”. O “progresso” guarda uma lógica segundo a qual um novo acontecimento sempre é possível, de modo que “nenhum dos que morrem chega jamais a atingir o pico, pois que o pico se põe no infinito”. Em tudo essa morte civilizada difere da dos antigos camponeses, para os quais “ao fim dos seus dias [...] não subsistia enigma que eles ainda teriam desejado resolver” (WEBER, 2011, p. 31). Em uma generalização, é possível dizer: o tempo em si só se torna um problema quando deixa de ser evidente e cessa o sentido de sua imanência. Pode-se dizer que essa conclusão é inerente à própria ideia de tempo, e que já estivera na ordem do dia de um Agostinho, para quem a simples pergunta “o que é o tempo?” era suficiente para uma completa desorientação de qualquer saber que se supunha ter sobre o tema. Mas os problemas que se seguem buscarão demonstrar que a desorientação moderna acerca do tempo é prenhe de consequências particulares, pois que toca em uma experiência social do tempo radicalmente nova, e radicaliza as velhas angústias.

De início, é possível apresentar a mais premente característica da experiência moderna do tempo recorrendo à antropologia histórica desenvolvida por Reinhart Koselleck (2006), inscrita em duas categorias de referência temporal: o espaço de experiência e o horizonte de expectativas. A utilização destas categorias formais, que não entregam qualquer vestígio de concreção histórica, de experiências sedimentadas ou expectativas projetadas, revela-se astuta na medida em que, justamente pela sua formalidade, possibilita a decantação de qualquer história vivida em uma relação daquilo que se sabe e daquilo que, a partir desse saber, se espera. Sua aplicação ao estudo da experiência moderna do tempo é capaz de sintetizar um conceito captador do movimento central do estudo que se segue: a temporalização da história. Por isso opera-se aqui uma recapitulação das lições de Koselleck. Espaço de experiências e horizonte de expectativa são, respectivamente, o passado presente e o futuro presente, categorias que se realizam no momento de constituição da ação, na medida em que veiculam o agir às referências temporais. Em tempos remotos, quando a história não se referia àquilo que já não se realiza mais no presente, àquilo que remete completamente ao passado, experiência e expectativa testemunhavam uma passagem, uma continuidade transferencial entre os tempos daquilo que já se vivera e os tempos daquilo que se espera viver. A fé cristã, que pendurava o tempo do mundo no gancho extramundano do Juízo Final, uma expectativa interruptiva do curso do tempo, mantivera por séculos, no Ocidente, uma anexação paralisante entre expectativa e experiência: neste mundo, nada, a não ser aquilo que já se experimentou, ocorrerá no futuro. O eterno retorno da luta entre as provações mundanas e a firmeza de propósito do crente só podia ser descontinuado, vez ou outra, por intervenções pontuais da Providência. Nada mais estranho à disposição moderna da relação entre experiência e expectativa. Paulo Arantes (2014), comentando essa mesma observação de Koselleck, chama a atenção para a amplidão desse universo temporal na história do Ocidente. Albrecht Altdorfer, a pedido do duque da Baviera, produziu, em 1529, *A Batalha de Alexandre*, na qual é representada a Batalha de Isso, em que Alexandre Magno derrota Dario III, em 333 a. C. Esse fato não seria relevante não fosse o anacronismo contido na representação. Não parece ter sido o acaso que fizera os cavaleiros de Alexandre e de Dario se assemelharem, respectivamente, às forças romano-germânicas e muçulmanas, que, no início da modernidade, se confrontavam nos sucessivos avanços do Islã em direção à Europa Central. Na representação, as duas forças em conflito representam uma estrutura simbólica perene, uma composição comum da experiência e da expectativa, sedimentada ao longo de quase dois milênios. Sob o olhar cristão de Altdorfer, no entanto, essa homologia é contaminada pela expectativa do Juízo Final, que se estende ao passado longínquo dos pagãos macedônicos –

pois estes, assim como os guerreiros da cristandade, figuram no campo de batalha sob um céu cataclísmico, anunciante do Apocalipse que se aproxima, da cessão de todos os tempos. A menção a esse anacronismo revelador, no entanto, só pode interessar ao estudioso da experiência moderna do tempo se considerado um terceiro elemento: Friedrich Schlegel. Este foi o observador primário, referência fundamental de Koselleck e, por consequência, de Arantes, pois é o espanto de Schlegel diante do quadro de Altdorfer o que fornece sentido à filosofia da história que se pretende delinear: entre os dois séculos que separam o filósofo do pintor o horizonte de expectativa foi infinitas vezes mais revolvido do que entre os dois milênios que atam Altdorfer a Alexandre. Afinal, como foi observado pelo próprio Koselleck, a Revolução Francesa, da qual Schlegel era contemporâneo, foi um ataque sem precedentes à pretensão didática da experiência histórica, e sua máxima expressa a disposição moderna das categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, que é a disposição do desencaixe. Só com essa disposição a história adquire uma conotação de saber sobre o passado, pois sua vinculação subterrânea com o futuro é interrompida – não mais pela Providência, mas pela ação humana deliberada –, o que significa que, no registro do presente, o horizonte de expectativa se distancia do espaço de experiências. O resultado mais premente dessa mudança é o surgimento da noção de *tempo histórico*, automaticamente subsumido à noção temporalizada de progresso. A atribuição de sentido ao tempo, uma vez que a mudança social torna-se um coeficiente de realização da experiência temporal, bem como o próprio tempo passa a ter uma história, significa um salto qualitativo em relação à pergunta “o que é o tempo?”, de modo imprevisto por Agostinho.

A pulverização do horizonte de expectativas, sua expansão longitudinal, torna-se uma constante que tenciona as experiências para o futuro. Mas, como bem observou Koselleck, para que o ritmo do progresso se mantenha é necessário que as expectativas aumentem exponencialmente, caso contrário, as experiências terão a possibilidade de, no seu avanço, chocarem-se com as próprias expectativas. A condição de manutenção dessa progressão é a aceleração. “Não apenas o fosso entre o passado e o futuro aumenta; a diferença entre experiência e expectativa é sempre superada, e de forma cada vez mais rápida, para que possa continuar viva e atuante” (KOSELLECK, 2006, p. 322). Em suma: não apenas a temporalidade torna-se um problema de nova ordem com a implosão das comunidades tradicionais, ela adquire, como elemento constitutivo de sua existência moderna, uma natureza aceleratória. Marque-se: aceleração como condição de manutenção. Nada mais paradoxal, sobretudo quando se pensa essa relação traduzindo-a nos termos de seu substrato social: dinamização como estabilização.

E aqui entra-se no âmago do presente trabalho. Para Hartmut Rosa (2015c) – cujo conceito de aceleração social será o objeto privilegiado deste capítulo –, é possível captar essa formação social sob o conceito de “estabilização dinâmica”. Num primeiro olhar, esse conceito contém uma potência de exploração daquela tensão fundamental da estrutura das sociedades modernas que, segundo Adorno (2008), está contida e escamoteada na sistemática idealista de Comte, enquanto dinâmica e estática social. Essa pode ser tomada como uma das chaves fundamentais para ler a teoria da aceleração social, pois além de indicar uma relação lógica que subjaz as estruturas temporais da modernidade, lança luz sobre o desenvolvimento de uma teoria da modernidade, propriamente dita, sob o prisma da temporalidade. Por ora, basta dizer que o significado mais consequente desse conceito diz respeito ao fato de que a sociedade moderna não pode existir de outra forma senão crescendo intensiva e extensivamente – o que está intimamente relacionado ao idiotismo lógico da autovalorização do capital, e, no entanto, segundo Rosa, não se resume a isso. Sua relação com o diagnóstico de Koselleck acerca do permanente distanciamento entre espaço de experiência e horizonte de expectativa pode ser encontrada, em síntese, na aplicação analítica da noção de “contração do presente”, tomada de empréstimo a Hermann Lübbe (2009), quem também bebeu da *Begriffsgeschichte*. Tomado como ponto de coincidência temporal entre experiência e expectativa, o presente que se contrai é o intervalo de tempo durante o qual os saberes práticos são válidos; prazo dentro do qual não são superados por um novo desarranjo entre aquilo que se aprendeu e aquilo que se pode esperar. A hipótese de Rosa (2013), que se desdobrará a seguir, é a de que a experiência de aceleração é um traço constitutivo do processo de modernização e da essência conceitual da modernidade. Pensar a estrutura social própria à modernidade a partir da noção de “estabilização dinâmica” é o ensejo com o qual Rosa explicará, em grande medida, os paradoxos socialmente necessários da temporalidade moderna, observados pela teoria da aceleração social. Enquanto tal, esta noção surge apenas em uma fase tardia da elaboração conceitual de Rosa. Mas neste trabalho servirá como gradiente de leitura para todo o empreendimento teórico que orbita o conceito de aceleração social.

O esforço de sistematização ao qual Rosa dá o nome de teoria da aceleração social não tem como pretensão a apresentação de uma característica moderna que já não tenha sido explorada pelo pensamento social⁶. Em grande medida trata-se de uma maior elaboração daquilo que já foi captado, ainda que de modo marginal, em registros teóricos ou literários

⁶ Cf., a esse respeito, TZIMINADIS, 2017b.

que se constituíram desde os tempos nascentes da modernidade. David Harvey (1998) é um dos principais responsáveis por ter captado essa experiência, contemporaneamente, a partir da ideia de “compressão espaço-temporal”, segundo a qual as qualidades próprias do espaço são suprimidas pelas técnicas de transporte e comunicação, isto é, o espaço é suprimido pelo tempo. A noção de uma estrutura social dinamicamente estabilizante já estava manifesta em asserções como a que Marx e Engels immortalizaram em seu Manifesto Comunista: tudo que é sólido se desmancha no ar. Marshall Berman (1982), quem intitulou sua principal obra com esta asserção, encontrou a mais bem acabada expressão literária da experiência moderna do tempo na figura negadora do Mefistófeles de Goethe, o espírito que tudo põe em movimento, aquele que tenciona para que tudo o que existe não possa senão “perecer miseravelmente”. A tragédia de Fausto, para Berman, catalisa a dialética temporal que condiciona a experiência dos homens modernos em sua relação consigo mesmos e com o mundo:

Fausto não será capaz de criar nada a não ser que se prepare para deixar que tudo siga o seu próprio rumo, para aceitar o fato de que tudo quanto foi criado até agora – e, certamente, tudo quanto ele venha a criar no futuro – deve ser destruído, a fim de consolidar o caminho para mais criação. Essa é a dialética que o homem moderno deve aprender para viver e seguir caminhando; e é a dialética que em pouco tempo envolverá e impelirá a moderna economia, o Estado e a sociedade como um todo (BERMAN, 1982, p. 48-9).

Entre o entusiasmo e o desespero, a atitude de Fausto guarda ainda o caráter ambíguo das avaliações realizadas sobre a experiência da estabilização dinâmica. Referindo-se aos desdobramentos desta obra de Berman, Rosa demonstra a constituição de uma *balança de avaliações culturais da mudança social*, cuja especificidade, no entanto, é a de que o ônus da prova, na modernidade, passa àqueles que defendem a resistência à mudança social, e não o contrário.

Como Friedrich Ancillon já havia notado em 1823, essa [torrente de mudanças] altera, culturalmente, o ônus da prova, por assim dizer, do movimento para a inércia: “Tudo começou a se mover ou será posto em movimento. E com a intensão ou sob a pretensão de aperfeiçoar tudo, todas as coisas são postas em questão, tudo é questionado e nos aproximamos de uma metamorfose universal. O amor pelo movimento pelo seu próprio bem, mesmo sem um propósito ou objetivo definido é o que resulta da mudança dos tempos. Nisso, e apenas nisso, a vida verdadeira é buscada”. O ônus da prova passou a ser sustentado a partir daí não por aqueles que desejavam mudar as coisas, mas por aqueles que, seja na vida cotidiana, na política ou na cultura, sustentavam o que era atualmente existente, algo que Berman esclarece com a citação do promotor de desenvolvimento de Nova York Robert Moses: suas escavadeiras demoliram grandes partes de Nova York, e especialmente do Bronx, com violência fáustica em plena metade do século

vinte (de modo similar às máquinas de Haussmann na Paris de um século antes), e, de acordo com ele, pessoas que “amam as coisas do jeito que elas são” não têm “chance” na modernidade. O amor pelo movimento, como Ancillon o formulou, parece ser um princípio moderno fundamental (ROSA, 2013, p. 36).

Rosa observa, nesse aspecto, no entanto, uma “guerra cultural”, implementada sempre que desenvolvimentos tecnológicos que potencializam dinâmicas materiais da sociedade surgem, como foi o caso das primeiras viagens de trem⁷, com a popularização do automóvel ou, mais recentemente, com a digitalização da comunicação. Seria possível concluir três tendências dessa guerra cultural. Em primeiro lugar, tais embates indicam, de antemão, que o processo de aceleração social não ocorre linearmente, mas no bojo de saltos qualitativos, intimamente relacionados ao emprego de novas tecnologias. Em segundo lugar, a cada onda aceleratória instaura-se uma ordem discursiva na qual se confrontam defensores e detratores da aceleração, como pode ser observado, por exemplo, no Futurismo de Marinetti ou na atitude do *flâneur* baudelairiano. Por fim, apesar de uma hegemonia cultural conquistada pelos detratores da aceleração, largamente difundida nas más avaliações cotidianas feitas pelos próprios indivíduos acerca da situação deplorável de seu tempo escasso, historicamente nenhuma onda de aceleração tecnológica foi contida ou revertida, constituindo, assim, um caráter triunfante do movimento estabilizador da estrutura social moderna (cf. ROSA, 2013, p. 41).

O estudo do fenômeno da aceleração social também ganha legitimidade do ponto de vista de sua fertilidade metodológica no trado das mediações que atam indivíduo e sociedade. Para Rosa (2013, 2010) as estruturas temporais possuem uma qualidade dupla, a de ser um fenômeno profundamente permeado por determinações sociais e, ao mesmo tempo, como quase nenhum outro fato social o faz, confrontar os atores como um dado natural bruto. Neste sentido, o tempo social expressa um meio a partir do qual são funcionalizadas estruturas cognitivas e normativas, criam-se passagens fundamentais entre os imperativos de coordenação social e a estrutura de personalidade de uma dada sociedade. A inspiração aqui é Norbert Elias (1998), para quem o processo de complexificação social, de diferenciação das cadeias de interdependência, exige o desenvolvimento de referências temporais progressivamente mais abstratas. Aliás, trata-se, na evolução relacional entre os referenciais temporais e a complexidade civilizacional, de uma progressiva elevação das sínteses conceituais.

⁷ Cf. Schivelbusch (2014).

As modalidades de determinação do tempo que repousam na percepção direta de um acontecimento pontual, no face a face com ele, como na observação de uma lua nova, por exemplo, representam uma forma de experiência que decorre de um nível de síntese ou de abstração relativamente baixo. Também por esse ponto de vista, as mudanças que afetam a operação de determinação do tempo tomam uma direção específica quando as sociedades incorporam um número cada vez maior de indivíduos, e quando se orientam para uma crescente diferenciação social (ELIAS, 1998, p. 75).

Aqui é desejável projetar as pontes que vinculam o fenômeno da aceleração social às determinações específicas dos referenciais temporais próprios à modernidade, para assim proceder a uma compreensão tanto da síntese que eles encerram quanto do caráter altamente abstrato do tipo de integração social que encetam. Uma contradição importante de ser notada é a relação entre o desenvolvimento de uma estrutura social que se dinamiza exponencialmente e sua fundação sobre referenciais temporais profundamente rígidos, que podem ser resumidos materialmente no surgimento dos relógios mecânicos, no fim da Idade Média, e sua progressiva difusão entre o Renascimento e a Revolução Industrial⁸. É impossível explorar a dimensão normativa do estudo da experiência temporal sem recorrer a uma reflexão sobre o significado dos relógios mecânicos para a criação de uma estrutura mental e social que possibilitou desvincular os ritmos temporais, em primeiro lugar, das determinações espaciais e, em segundo, de interdições morais da cultura. Mais uma vez é Koselleck um observador exemplar.

O relógio mecânico introduzido no século XIV – que, descendo da torre do castelo ou da igreja para o paço municipal, invadiu as salas, alojando-se finalmente nos bolsos dos coletes –, esse relógio – que, a partir do século XVI, indicava os minutos e, a partir do século XVII, também os segundos –, esse relógio era certamente um indicador, mas também um estimulador do disciplinamento, da racionalização do mundo do trabalho humano e de suas margens de ação. Na primeira metade do século XIX, numerosos operários industriais da Inglaterra já andavam com seus próprios relógios, também para controlar o relógio do capataz. Com a criação da rede ferroviária e a introdução dos seus horários unificados, finalmente foram introduzidos os horários-padrão – na Prússia, antes da Revolução de 1848 –, que eram completamente diferentes dos horários locais e da respectiva posição do Sol. Henry Ford iniciou sua carreira de empreendedor com a produção de relógios que indicavam ao mesmo tempo, em dois mostradores diferentes, o horário local e o horário-padrão: era um último indício do desenvolvimento de unidades temporais determinadas pela técnica, que se tornavam autônomas em relação aos ritmos naturais tradicionais. Dia e noite pareciam igualar-se. (Desde os tempos da ferrovia, graças aos trilhos, tornou-se possível fazer viagens noturnas.) Este é um processo ao qual corresponde o

⁸ Em seu célebre texto sobre o tempo de trabalho do capitalismo industrial, sobre o longo e conflitante processo de estabelecimento de sua hegemonia, E. P. Thompson indica que em áreas rurais das ilhas britânicas o ritmo de trabalho condicionado pelas diretrizes abstratas do relógio ainda sofria resistências no início do século XX (THOMPSON, 1984).

trabalho noturno nas grandes empresas, trabalho que já existia nas minas desde o século XVI e agora estava sendo introduzido em outros empreendimentos, cada vez mais, para aumentar a produção (KOSELLECK, 2014p. 145).

E continua, adiante:

A metáfora da máquina, especialmente a do mecanismo horológico – que, a partir do século XVII, abarcava o cosmo, a sociedade e o homem –, era ainda uma metáfora pré-progressiva: ela visava à regularidade, à ordem de Deus (que, depois de criada, decorria com constância) e à ordem da natureza e do homem, mas não à sua aceleração. O relógio era capaz de medir a aceleração, mas não de simbolizá-la. Isso só se tornou possível com a ferrovia e seu aparato metafórico: Marx falou das revoluções como locomotivas da história; não, porém, como relógios da história. Este era o limiar que precisava ser ultrapassado para que a aceleração se transformasse na experiência dominante de uma nova geração (*op. cit.* p. 145-6).

O tempo mecânico é, portanto, profundamente mais rígido que os referenciais temporais concretos das mudanças naturais e dos rituais, mas em sua rigidez encontra-se a formalidade necessária para um apartamento radical do tempo humano em relação ao tempo de tudo o que resta no universo, garantindo uma autonomia inaudita, condição do desenvolvimento científico e, conseqüentemente, tecnológico⁹. Em relação às interdições morais da cultura, a mecanização e abstração temporal garante o surgimento de um substituto normativo, uma referência de coordenação social independente de figurações vinculativas da religião, da comunidade, da pátria etc. Simmel (2005) já notara a relação entre a tendência à individualização e o acirramento das demandas de precisão temporal. É nesse ponto, portanto, que a teoria da aceleração social propõe não apenas uma compreensão das dimensões normativas das estruturas temporais modernas, mas, antes, uma compreensão da qualidade prementemente temporal dos constrangimentos normativos da modernidade. A abstração do tempo e as forças aceleratória que ela liberta revertem-se, assim, numa força heterônoma de integração social extremamente pervasiva.

Com isso, defendo que as sociedades modernas são reguladas, coordenadas e dominadas por um regime temporal fechado e estrito que *não é articulado em termos éticos*. Assim, os sujeitos modernos podem ser descritos como minimamente restringidos por regras e constrangimentos éticos, e, portanto, como “livres”, enquanto são restritamente regulados, dominados e suprimidos por um regime temporal largamente invisível, despolitizado, indiscutido, debilmente teorizado e inarticulado. Esse regime temporal pode, de fato, ser analisado sob um único conceito unificado: a lógica da aceleração social (ROSA, 2010, p. 8).

⁹ Para a relação entre o desenvolvimento dos relógios mecânicos, a visão mecanicista do mundo, a mensuração abstrata do tempo e o protagonismo ocidental na junção de conhecimento científico e desenvolvimento técnico, confira-se a pequena e magistral obra de Carlo Cipolla *As máquinas do tempo* (1998).

É possível pensar em três níveis de integração e sincronização social. Em primeiro lugar, os indivíduos são atados à estrutura social a partir das balizas temporais que coordenam suas ações diárias, a extensão, os limites e o ritmo de cada atividade, algo que pode ser chamado de (a) tempo cotidiano. Em segundo lugar, a divisão de períodos históricos em épocas, em ciclos geracionais que compartilham uma experiência comum, também indica um vetor de integração social, uma vez que fornece os recursos para que atores orientem suas ações conforme um sentido que transcenda suas determinações mais imediatas, trata-se assim de um (b) tempo epocal. Por fim, tanto as coordenadas transversais do tempo cotidiano quanto os horizontes longitudinais do tempo epocal possibilitam a elaboração individual de uma perspectiva temporal relativa ao curso da vida, uma síntese que se apresenta como projeto que orienta e possibilita escolhas: (c) o tempo biográfico. Uma leitura na introdução da principal sistematização da aceleração social demonstrará, no entanto, que Rosa (2013, p. 10) situa as dimensões (b) e (c) em ordem inversa, o que ele parece justificar tomando como critério a duração de cada uma dessas temporalidades. No entanto, a decisão de apresentá-las na ordem aqui escolhida toma como critério uma relação provavelmente mais fértil: o tempo biográfico só pode se constituir enquanto síntese elaborada a partir das outras duas dimensões, e, portanto, é mais repleto de determinações, e deve vir por último¹⁰. Essas três camadas da experiência temporal são confrontadas, sobretudo a partir do momento em que a sociedade moderna entra em um processo de diferenciação e complexificação, por uma demanda de sincronização: a necessidade de ajustar-se aos tempos alheios, que pode resultar numa relação de espera ou de pressão temporal, a necessidade de um posicionamento ético e político diante dos horizontes históricos que se apresentam, e a necessidade de estabelecer divisões mais ou menos claras das fases de uma biografia – todas essas necessidades expressam-se como dobradiças integrativas entre indivíduo e sociedade. Um aspecto fundamental da tessitura dessas passagens entre a experiência temporal individual e social, e entre cada dimensão da experiência do tempo, ainda afirma Rosa, é o desenvolvimento de padrões narrativos (*idem*). Nesse ponto, é preciso remeter-se à discrepância – sempre reiterada na argumentação da teoria da aceleração social – entre o tempo do mundo e o tempo da vida, que se torna um problema decisivo em relação à erosão das narrativas que fornecem coesão e harmonia às relações integrativas entre os atores e o universo social. Historicamente, a possibilidade de tal padrão narrativo está relacionada à existência de uma quarta camada temporal: o tempo sagrado. Como já apontado acima pelo exemplo da representação pictórica de Altdorfer, na

¹⁰ Sobre o tema, ver o capítulo 3.3 deste trabalho.

qual o horizonte de expectativa do Juízo Final mantém-se como algo quase invariável ao longo de dois milênios, mas também como um dado que se estende a outras formações culturais – na rememoração dos mitos, tempo atemporal ao qual o fluxo do mundo e da vida sempre retorna, a espera inevitável do Hades, para os gregos, ou o fatídico encontro com as valquírias, para o guerreiro germânico – o tempo sagrado figura como ponto de fuga no qual as linhas da experiência de si e do mundo se reconciliam. É nesse sentido que a teoria da aceleração social resvala, com maior ou menor consciência disso, no problema da secularização¹¹, dimensão que ganha formas distintas, segundo Rosa, em dois momentos distintos da modernidade; formas essas que compõem horizontes específicos de integração social, e cuja transição fornece vestígios substanciais para o “diagnóstico do tempo” proposto por Rosa (2010, 2013, 2015a).

Ainda sobre este tópico, é possível indicar aqui que justamente nas categorias de integração social encontram-se os elementos-chave do diagnóstico da contemporaneidade fornecido pela teoria da aceleração social. De forma resumida, o desenvolvimento do processo de aceleração social, que avança por ondas, e pode ser traduzido sociologicamente como uma estrutura de “estabilização dinâmica”, entra em conflito com as próprias dimensões de integração social indicadas no parágrafo anterior. Tal conflito é resultado da transposição de um limiar crítico do processo de aceleração social, situado em fins do século XX, a partir do qual duas características particulares da temporalidade moderna entram em crise: a temporalização da história, no sentido do progressismo identificado por Koselleck, e a sincronização, no sentido do estabelecimento de padrões de ritmo e limites do tempo de trabalho e lazer, de divisões temporais entre esferas distintas da sociedade etc. A primeira manifesta-se no declínio da integração longitudinal do tempo histórico em um horizonte de expectativa transcendente, integração essa que dotava os fragmentos da experiência temporal de um sentido coerente em direção ao futuro. A segunda se deve à erosão das mediações que possibilitavam a “tradução” dos ritmos e da lógica temporal de uma esfera social a outra,

¹¹ Para adiantar um pouco o argumento, sem que se alongue ainda mais este parágrafo, o problema da secularização na teoria da aceleração social aparece lateralmente através de uma divisão diagnóstica, elaborada por Rosa (2013), entre “modernidade clássica” e “modernidade tardia”. Trata-se justamente de pensar a maneira como a erosão dos sentidos imanentes, causada em grande medida pelo *setting in motion* das forças aceleratórias, é sublimada na criação de novos sentidos que possam fornecer uma semântica histórica que justifique o próprio processo de aceleração social. A característica fundamental dessa sublimação para a “modernidade clássica” é o desenvolvimento político da noção de progresso – o que corresponde, para Koselleck (2006), a uma temporalização da história – enquanto, por outro lado, a emergência da última onda aceleratória que inaugura a “modernidade tardia” é caracterizada por um recuo dos horizontes progressistas, precipitados intelectualmente no fim das grandes narrativas (LYOTARD, 2003) e até mesmo no fim da história (FUKUYAMA, 1990). Aqui já é possível vislumbrar uma das dimensões do colapso atual das bases legitimadoras da aceleração social.

A sugestão de que a secularização é um escoamento das qualidades próprias ao tempo sagrado ao tempo histórico pode ser encontrada em MARRAMAIO (1997).

como num sistema de roldanas e engrenagens que conseguem reduzir a velocidade de um sistema em sua comunicação com outro, sem o qual os sistemas mais velozes tornam-se fonte de pressão e ameaça aos mais lentos¹². Portanto, destemporalização e dessincronização são categorias centrais do diagnóstico da contemporaneidade para Rosa, e podem lançar luz sobre as diferentes elaborações teóricas que buscam identificar as causas da virada de época geralmente identificada ou como desdobramento ou como ruptura com a modernidade. Essas duas categorias remetem diretamente às formas de integração dos indivíduos ao tempo social, e, portanto, fornecem um ponto de vista privilegiado a realização de um diagnóstico. Além disso, adiantando um pouco o argumento, a partir de uma análise desses dois fenômenos, dessincronização e destemporalização, a teoria da aceleração social aponta para uma melhor compreensão de outro paradoxo indicado por Rosa. No que diz respeito à avaliação da temporalidade das sociedades contemporâneas, é possível identificar dois tipos de diagnósticos, diametralmente opostos num primeiro olhar. Trata-se, de um lado, daquelas teorias que identificam o tempo presente como excessivamente veloz, cujo signo mais apropriado seria o do *frenesi*. Do outro lado, há teorias, que em maior ou menor medida gravitam em torno da noção de fim da história, para as quais a característica mais relevante do tempo presente é a ausência de movimento, ou de um desenrolar dos eventos sem qualquer progressão, cujo signo mais apropriado seria o de um tempo em *suspensão*. A teoria da aceleração social elabora esse paradoxo no sentido de demonstrar que ambos são partes de um conjunto contraditório de relações, agudizado a partir do último salto qualitativo do processo civilizatório, e cuja compreensão passa pela análise da dessincronização e destemporalização – conduzindo a um novo referencial de ordenação temporal: a contemporização¹³. Rosa se utiliza de uma tradução do termo francês *inertiepolaire* para o alemão *rasender Stillstand*, título do livro de Paul Virilio (1993), transformando-o num conceito capaz de captar essa temporalidade paradoxal. Sem fazer referência ao termo original francês, do qual a tradução alemã se descola significativamente, optou-se por traduzi-lo como *frenesi em suspensão*¹⁴. Assim, a experiência de uma velocidade vertiginosa dos fenômenos e a sensação de paralização dos movimentos define o “estar no tempo” dos sujeitos contemporâneos – e daí Rosa (2010) derivará sua teoria da alienação, que será exposta no terceiro capítulo deste trabalho.

¹² A respeito desse aspecto ver, em especial, Rosa (2015c).

¹³ Sobre o tema, ver o capítulo 2 do presente trabalho.

¹⁴ Apesar de ocorrer aqui uma alteração das categorias gramaticais originais (*rasend* é o adjetivo que predica o substantivo *Stillstand*), a tradução para *frenesi em suspensão* conserva melhor o sentido do original do que o faria uma tradução gramaticalmente exata, como nos exemplos: “suspensão frenética”, “paralisação vertiginosa”, “cessação sôfrega” – entre outras formas sinônimas.

Por fim, não se pode negligenciar o esforço de Rosa em aproximar sua teoria da aceleração social aos conteúdos diagnósticos que já existiam nas primeiras elaborações teóricas das ciências sociais clássicas, isto é, aos modelos de análise propostos por Marx, Weber, Durkheim e Simmel, uma vez que esses, assim como a teoria da aceleração social, pretendem realizar uma teoria da modernidade¹⁵. A questão aqui é buscar nesses modelos fundantes os traços que indicam o processo de aceleração social subjacente às tendências que eles destacam: domesticação da natureza (Marx), racionalização (Weber), diferenciação (Durkheim) e individuação (Simmel).

(1) Rosa demonstra o quão valiosas são as análises marxianas do capitalismo no que diz respeito à conceituação da dinâmica temporal das sociedades burguesas, tendo em vista a teorização do princípio de autodestruição do modo capitalista de produção, e como este conflui para a tese central da teoria da aceleração social, a saber, a de que as sociedades modernas se estabilizam pelo princípio da expansão, ou do aumento, da escalada etc. (*Steigerungsprinzipien*). A implementação da técnica, no grau de profundidade proporcionado pelas forças conjuntas da economia e da ciência da sociedade burguesa, na dominação das forças naturais externas e internas ao homem, conforma, para Rosa, uma passagem privilegiada na obra de Marx para a busca dos traços da aceleração social. São dois os sentidos em que é possível identificá-los. A teoria da história subterrânea ao diagnóstico do capitalismo assenta-se sobre uma dialética das forças produtivas e das relações de produção, no interior da qual os saltos históricos diante dos momentos de contradição agudizada, sempre conduzem a um progresso da capacidade produtiva da sociedade, cuja consequência é o perecimento de formas de representação e de relação dos homens entre si e com o mundo não humano. Mas ainda há outro aspecto: a lógica imanente da autovalorização do capital, isto é, o princípio de extração de mais-valor e o acirramento concorrencial que só pode ser manejado, pelo capitalista particular, através da obtenção de vantagens temporais (cf. ROSA, 2013, p. 48). Em suma, o tempo, no modo de produção capitalista, é um bem escasso e, conseqüentemente, sua economia converte-se em aumento das taxas de lucro.

(2) Em sua pesquisa sobre as relações entre as motivações da ação capitalista e o *ethos* religioso inaugurada pela Reforma Protestante, Weber conjuga o problema do tempo ao processo de racionalização da conduta econômica e da atitude diante do mundo engendrada

¹⁵ Rosa (2013, p. 58) aponta um quadro de referência metodológica para justificar a escolha das quatro categorias centrais de cada um desses autores. Tal quadro é derivado de uma obra de Hans van der Loo e Wilhelm van Reijen, *Modernisierung. Projekt und Paradox*, e sua premissa é a de que uma análise sistemática da modernidade deve levar em conta quatro dimensões analíticas: estrutura social, cultura, estrutura da personalidade e relação da sociedade com a natureza. Rosa elege, respectivamente a esse arquetipo, as quatro categorias: diferenciação, racionalização, individuação e domesticação (ou instrumentalização) da natureza.

pelo ascetismo intramundano, seja em sua forma religiosa originária, seja em seu desenvolvimento secularizado na ética burguesa do trabalho. Para Rosa, a percepção de uma grande transformação dos horizontes históricos na teoria weberiana do capitalismo moderno conflui em grande medida àquilo que Marx observara acerca do princípio autodestrutivo da economia burguesa. No entanto, para Weber, ao invés de uma causa estrutural ou sistêmica, essa mudança da relação com o tempo estaria vinculada a uma tendência da cultura, a qual se poderia resumir à racionalização dos valores. Na raiz dessa tendência, no entanto, estaria a exortação religiosa ao uso metódico do tempo, ao constante balanço das economias temporais, à condenação do uso ineficiente ou à perda de tempo como o mais mortal dos pecados. Essa forma de avaliação do tempo seria, portanto, a pedra inaugural do grande edifício da racionalização da cultura. A dinamização do mundo, desta perspectiva, seria o resultado de um rearranjo constante, sempre no sentido de maior eficiência, da relação entre meios e fins, da criação metódica de estratégias que maximizam a produtividade do tempo disponível (cf. *ibid.*, p. 49-50).

(3) A aproximação do tema da aceleração social aos trabalhos de Durkheim parece, no entanto, uma tarefa muito mais elusiva. Mesmo uma teoria da modernidade parece não se apresentar de maneira clara em sua obra, a não ser pela categoria de diferenciação social. O argumento de Rosa em relação ao possível diálogo com Durkheim vai no sentido de identificar o processo de diferenciação a um adensamento das relações de interdependência, o que se traduz na criação de um risco constante de desintegração social e, conseqüentemente, anomia.

No entanto, após um olhar mais detido revela-se que sua intensa busca por novas formas de integração e solidariedade social é motivada, tal como as teorias sociais dos outros clássicos, pela experiência central de uma sociedade dinamizada, fragmentada e acelerada, o que resulta de uma condensação das relações sociais. Em sua análise das formas anômicas de divisão do trabalho, vistas como um dos maiores perigos do processo moderno de diferenciação, ele identificou a anomia social como *consequenciadas demasiadamente rápidas mudanças sociais*. Como resultado do ritmo elevado das mudanças, a consciência e as regras de interdependência social erodem antes que novas formas de integração social tenham tempo de se formar. Portanto, a mudança social e a crescente diferenciação não são, em si mesmas, um problema para a sociedade, mas sua temporalidade (demasiadamente) veloz (ROSA, 2013, p. 51).

Diferentemente de sua aproximação às outras categorias clássicas, Rosa se utiliza dos desdobramentos que outro intérprete do processo de diferenciação social realizou. Trata-se da leitura de Niklas Luhmann (1978), que, em sua teoria dos sistemas, trabalha as conexões

internas entre a diferenciação e complexificação social e a temporalização que esses processos engendram. O argumento é o de que com o desenvolvimento autopoiético da lógica temporal de cada subsistema social, que do ponto de vista dos atores converte-se num encurtamento dos horizontes de ação, forma-se um imperativo de “temporalização da complexidade”. Assim, o fenômeno da aceleração social seria subjacente à categoria de diferenciação social no que toca as formas temporais de integração social, isto é, de sincronização – ou, como se verá adiante, de dessincronização.

(4) No lado oposto ao de Durkheim, Simmel é tomado por Rosa como aquele que, com sua categoria central de análise da modernidade, a individuação, mais explicitou as forças aceleratórias modernas. O processo de individuação, cujo espaço social privilegiado é a grande metrópole, manifesta em todos os seus aspectos uma componente temporal que indica dinamização e aceleração. Dimensão fundamental da gênese histórica do indivíduo moderno é a dissolução dos laços fixos que atam os sujeitos ao grupo, às ideias, às crenças e, conseqüentemente, a um quadro de referências sociais que balizam seus percursos biográficos. Ao caracterizar a vida na metrópole, Simmel se utiliza da noção de uma violência dos estímulos externos e internos sobre o aparato sensorial como componente central da formação da subjetividade individuada. Além disso, as considerações de Simmel acerca da economia monetária também expressam uma mediação entre o fluxo ininterrupto, acelerado, das trocas e a possibilidade crescente de individuação dos interesses subjetivos. A relação entre velocidade e individuação pode ser entendida, como pretende Rosa, no sentido de uma cultura tendente à dissolução de toda forma social que pretenda ser duradoura. Essa experiência não apenas subjaz a categoria de individuação, como também é evidenciada através dela. No entanto, Simmel não teria elevado esses fragmentos de percepção da temporalidade a um nível mais elevado de elaboração, segundo Rosa. Em grande medida, como se verá adiante, os problemas suscitados pela estrutura de personalidade identificada por Simmel na vida nervosa da metrópole acompanharão as reflexões de Rosa por grande parte de sua argumentação, sobretudo no diagnóstico das patologias contemporâneas da aceleração social (cf. ROSA, 2013, p. 224-250, 2010 e 2015c).

A teoria da aceleração social não busca se constituir como uma nova categoria analítica que, ao lado das quatro categorias clássicas, somaria uma quinta. Antes, a intenção de Rosa em explicitar a experiência da aceleração social subjacente aos demais processos é a de apontar o fundamento temporal que os conectam entre si e, conseqüentemente, explicitar a natureza aceleratória do processo de modernização e da ideia de modernidade. Sua sugestão mais ousada consiste no argumento de que todas as quatro categorias clássicas, uma vez que

deixem de operar no sentido de possibilitar a aceleração social enquanto processo progressivo de desenvolvimento, e entrem num modo de frenesi em suspensão – o que coincide com o diagnóstico da contemporaneidade da teoria da aceleração social – revertem-se em seus opostos. A reversão da racionalização em erosão dos sentidos sociais, ou sua precipitação em uma “gaiola de ferro” como força heterônoma, ocorre na medida em que a dinamização da sociedade não conduza mais a um movimento evolutivo, mas incorra num estado de fragmentação das sequências temporais – o que será tratado adiante como “destemporalização”. O mesmo ocorre em relação à reversão da diferenciação funcional dos subsistemas em desintegração e dessincronização social ou da individuação em despersonalização e massificação. Rosa considera a reversão da dominação técnica da natureza como sendo o cataclismo ambiental contemporâneo, que expressaria um colapso do equilíbrio dos processos naturais, sobrecarregados pela interferência humana intensiva. No entanto, o argumento parece não levar em conta que, diferentemente das outras formas de reversão, essa não diz respeito a um avesso do próprio processo, mas uma consequência que se realiza externamente – a lógica que orienta a instrumentalização da natureza não é jamais revertida, apenas conduz, com o seu desenvolvimento, a consequências imprevistas. Mas o argumento pode ser resumido: a aceleração social é uma característica intrínseca às categorias analíticas que a sociologia clássica desenvolveu para diagnosticar a modernidade, ao ponto de que, ao deixarem de possibilitarem aceleração, entram em estado de reversão. A aceleração social, assim, é uma “categoria” transcategorial (cf. ROSA, 2013, p. 60-1).

Assim, o desenvolvimento da teoria da aceleração social converge, em grande medida, para uma teoria da modernidade – não apenas uma teoria da modernidade a partir das “lentes da temporalidade”, mas uma teoria da modernidade que tem como seu distintivo identificar como modernas sociedades que operam a partir de um princípio temporal específico: o da aceleração social. Ao tomar o conceito de “estabilização dinâmica” como ponto de fuga das três dimensões que compõem a aceleração social, tratadas logo a seguir, Rosa se propõe a constituir um princípio genérico de *reprodução social*, uma espécie de DNA cuja manifestação pode ser observável em todas as células que se organizam sob o signo da modernidade. Em uma de suas contribuições mais recentes – escrita com Stephan Lessenich e Klaus Dörre –, a relação entre a teoria da aceleração social e uma definição de modernidade a partir dessa se estreita. Nessa ocasião (ROSA; DÖRRE; LESSENICH, 2017), coloca-se explicitamente que uma sociedade “pode ser chamada de moderna” se seu “modo de estabilização é dinâmico”, isto é, se para manter-se enquanto tal, reproduzir seu *status quo* e o mesmo nível de funcionalidade, seja necessária um grande expansão e intensificação de seu

escopo: *crescimentomaterial, incremento tecnológico e inovação cultural*. A garantia de sua estabilização é, fundando-se nesse desdobramento escalar de si, o enrijecimento das estruturas que sustentam seu movimento a partir do próprio movimento, como uma bicicleta. A partir dessas observações, pode-se tocar na questão de ser ou não a teoria da aceleração social uma “sociologia do tempo”. Fica claro, em algumas passagens de sua obra e até mesmo em entrevistas (cf., especificamente, TZIMINADIS, 2017b), que a construção de um conceito específico de tempo não é o objetivo de Rosa, muito menos a inserção de seu trabalho em um campo específico da sociologia – quando se dirige a uma reconstituição dos processos identificados pelos clássicos da sociologia através da dinâmica temporal comum a todos eles, Rosa não se enverada, como diria Adorno, em uma “sociologia com hífen”. Quando observada detidamente, a teoria da aceleração social se constitui a partir da percepção de um tensionamento entre o movimento de reprodução social e o quadro de referência temporal posto pela própria sociedade moderna: o tempo parece ser um dos poucos elementos constitutivos que não podem se expandir e intensificar, mas que, por outro lado, pode ser comprimido e fragmentado. Uma das hipóteses do presente trabalho, portanto, é a de que *a questão temporal ganha força na teoria da aceleração social na medida em que diz respeito à experiência do tempo*. Isto é, na medida em que toca no delicado limiar entre o “tempo do mundo” e o “tempo da vida”; na medida em que esta tensão afeta, mobiliza, impulsiona e danifica a experiência subjetiva de indivíduos concretos em sua relação com o tempo. Daí a importância, também, da categorização das formas de inércia – dentre as quais o “efeito colateral” da depressão – que, como bancos de areia, permitem enxergar com maior detalhe a força das águas que descem o rio.

A despeito da experiência comum, registrada na alta literatura e verbalizada nas mais prosaicas conversas, o fenômeno da aceleração social não pode ser entendido sem um esforço analítico que mensure as formas de sua manifestação e o tipo de relações internas que compõem sua totalidade. Para Rosa existem três formas distintas de manifestação da aceleração social: aceleração técnica ou tecnológica, aceleração das mudanças sociais e aceleração do ritmo da vida. Cada uma diz respeito a camadas distintas da experiência temporal e possui forma própria. Por esse motivo segue-se para uma fenomenologia da aceleração social.

1.2. Fenomenologia da aceleração social

Em *Aceleração social*, Rosa (2013) apresenta sua teoria como um sistema explicativo bastante complexo. A definição do conceito de aceleração social se constitui a partir de uma

divisão analítica que busca delinear e delimitar três formas de aceleração, que não possuem uma conexão analítica entre si, mas que se apresentam empiricamente imbricadas. Seus esforços são, claramente, voltados à construção de uma teoria capaz de organizar conceitualmente fenômenos que, apesar de comumente reunidos sob a rubrica da aceleração, possuem naturezas distintas. Desse modo, além de evitar generalizações como a de James Gleick (1999), para quem a modernidade constitui uma aceleração de “*justabouteverything*”, o que não parece ser factível, uma vez que alguns processos até mesmo entram em um estado de reversão, o modelo analítico proposto por Rosa tem como objetivo permitir uma mensuração das nuances, das relações contraditórias e – o que talvez seja o mais importante – das fricções que desgastam os vínculos sociais sob o imperativo da aceleração, e ameaçam, por consequência, a reprodução da própria sociedade. Assim, uma teoria sistemática da aceleração social deve buscar a resposta para três questões: (1) o quê, de fato, acelera na modernidade? (2) os fenômenos que, tomados aleatoriamente, são reunidos sob o signo da aceleração social, podem ser subtraídos a uma única categoria analítica? (3) trata-se de uma aceleração da sociedade mesma ou de fenômenos internos a uma sociedade mais ou menos estável? (ROSA, 2010, cf. p. 14-5). Observações cotidianas como aquela segundo a qual os anos são progressivamente mais curtos, ou a massiva quebra de recordes de velocidade nas competições esportivas, a frequência com a qual vizinhos se mudam, relações se fazem e desfazem, a velocidade dos transportes, ou a velocidade paroxística do tempo instantâneo das comunicações digitais, o número sempre crescente de novas tecnologias, modas, comportamentos e ideais a cada ano etc., são fenômenos que não podem ser simplesmente inferidos de uma lógica única, nem podem ser englobados sob um único conceito sem o cuidado teórico de especificar, sopesar e desvelar seus vínculos – muitas vezes paradoxais. Sob um olhar imediato, a única fórmula capaz de reunir todas essas manifestações são proposições abstratas oriundas da análise física. Pode-se utilizar da fórmula newtoniana, quando feito o devido processo de substituição das especificidades de cada forma de aceleração por uma concepção abstrata generalizante: aceleração é o aumento da quantidade de eventos, ações e experiências por uma unidade fixa de tempo, ou, inversamente, diminuição do tempo utilizado por uma unidade fixa de eventos, ações ou experiências (ROSA, 2013). Mas, do ponto de vista sociológico, essa definição não permite a devida penetração no problema, o que, segundo Rosa, deve ser reparado a partir da divisão dessas manifestações em três dimensões distintas, logicamente independentes uma das outras.

A primeira das dimensões tratadas por Rosa é, também, a mais visível e a que em maior medida representa, para o senso comum, a definição de aceleração social. Trata-se da

(1) *aceleração técnica*, que se define por ser a única das três que é impulsionada intencionalmente e conscientemente promovida. Para além do âmbito estrito do desenvolvimento tecnológico, é possível pensá-la como qualquer instrumentalização de meios cuja finalidade é reduzir o intervalo temporal necessário para realizar dada atividade. Seu tempo de emergência enquanto força moderna determinante é a Revolução Industrial, apesar de que sua racionalidade já esteja presente em épocas muito anteriores, seja no desenvolvimento de técnicas de navegação e no aprimoramento dos sistemas de comunicação, seja, também, no desenvolvimento de uma mentalidade mecanicista que, desde os fins da Idade Média apontava para uma desvinculação do uso do tempo das restrições físicas e religiosas¹⁶. A Revolução Industrial, na verdade, parece coroar um processo mais demorado de sedimentação de uma atitude específica diante do tempo; atitude essa que, além de possibilitar objetivamente a aceleração pela técnica, implica numa completa mudança no status do espaço. As consequências dessa mudança se inserem no âmbito daquilo que Rosa se refere como regime espaço-temporal, o que diz respeito, assim como as consequências das outras duas formas de aceleração, ao “estar no mundo” dos sujeitos: suas relações com as coisas, com os outros e consigo mesmos (ROSA, 2013, p. 104, cf. figura 3.2.). A preeminência antropológica do espaço sobre o tempo é progressivamente substituída por uma outra condição na qual, por fim, o espaço torna-se uma função do tempo¹⁷. Trata-se do resultado de um duplo movimento de “desprendimento da percepção espacial da localidade e da percepção temporal do espaço” (*op. cit.*, p. 98), cujas primeiras manifestações remontam ao uso de mapas, que descentralizam o centro do mundo, até então referido pela “vila” ou pelo lugar de referência da comunidade, e do relógio mecânico, no sentido que já foi trabalhado acima.

Apesar da capilaridade desse regime espaço-temporal, o desprendimento temporal das condições espaciais é um dado relativamente recente na história do Ocidente. E. P. Thompson (1984), em seu famoso ensaio sobre o processo de educação e integração da classe trabalhadora inglesa aos ritmos e, sobretudo, à lógica do tempo de trabalho industrial, relata a permanência de elementos de resistência, que mais por incompreensão do que por antagonismo político, eram alvos de crítica e reprovação por parte de moralistas já do início

¹⁶ Cf. Koselleck (2004, p. 142-157). Sobre a desvinculação do tempo da economia mercantil do tempo da igreja, cf. o trabalho de LeGoff (1993).

¹⁷ Veja-se o argumento nesta passagem sintética: “Desse modo, a prioridade ‘natural’ (isto é, antropológica) do espaço sobre o tempo na percepção humana, enraizada em nossos órgãos sensitivos e nos efeitos da gravidade que possibilitam uma distinção imediata entre ‘acima’ e ‘abaixo’, ‘à frente’ e ‘atrás’, mas não entre ‘mais cedo’ e ‘mais tarde’, parece ter sido invertida: na era da globalização e da u-topicidade (*u-topicality*) da internet, o tempo é progressivamente percebido como se comprimisse ou aniquilasse o espaço” (ROSA, 2010, p. 17).

do século XX, mais precisamente, 1903. Este “velho oleiro”, como se apresenta, condena a arritmia de seus colegas, as longas pausas e o uso mal calculado do tempo, e espera que a implementação da máquina eduque seus movimentos e os inculque maior eficiência no trato com o tempo.

Si se hubiera encendido un motor de vapor todos los Lunes a las seis de la mañana, los trabajadores habrían estado disciplinados en el hábito de la industriosisidad regular y continua... He observado, también, que las máquinas parecen inducir hábitos de cálculo. Los Alfareros eran lamentablemente deficientes a este respecto; vivían como niños, sin ninguna previsión calculada para el trabajo o sus resultados. En alguno de los condados del norte este hábito de calcular les ha hecho intensamente prudentes en muchos modos manifiestos. Su gran sociedad cooperativa no habría nunca llegado a alcanzar un desarrollo tan inmenso y fructífero si no fuera por la previsión inducida por el uso de la máquina. Una máquina que funcionara a tantas horas a la semana produciría tanta cantidad de hilaza o tejido. Los minutos se consideraban factores de estos resultados, mientras que en los Alfares las horas, e incluso a veces los días, no se veían como tales factores. Quedaban siempre las mañanas y las noches de los últimos días de la semana, y se confiaba en compensar con ellos las pérdidas producidas por el abandono del principio de la semana (THOMPSON, 1984,p. 265).

Sobre este ponto, é importante enfatizar que na temporalidade mecânica do relógio encontra-se o vínculo entre um dado estado da cultura moderna e a racionalidade instrumental que movimenta o desenvolvimento tecnológico, geralmente remetido, sem mediações, a motivações econômicas, de modo que, no âmbito da experiência – adiantando um pouco o argumento – a dinamização da vida social encontra mais de uma causalidade. Apesar de não indicar, por si só, uma tendência à dinamização – pelo contrário, indica uma ordenação muito rigorosa – o relógio mecânico e a mentalidade temporal nele implicada possibilitam um grau maior de autonomia do tempo humano¹⁸, uma condição essencial para a dinamização do próprio tempo¹⁹, e, no que diz respeito à técnica e à transposição das barreiras físicas, para a aceleração de três processos fundamentais: os transportes, a comunicação e a produção.

No que diz respeito aos transportes, é possível falar, em linhas gerais, de um processo de supressão do espaço que separa os elementos físicos, o que é demonstrável pela história dos veículos que, em dois séculos, deixaram o mundo 60 vezes menor, como Rosa (2013, p. 100, cf. figura 3.1.) indica num quadro no qual é representada a progressão da velocidade média dos transportes da Revolução Industrial à contemporaneidade: antes de 1830, os navios

¹⁸ Sobre o maior grau de autonomia do tempo humano corresponde, nos termos da sociologia de Norbert Elias, a uma elevação das sínteses conceituais que os homens elaboram sobre o tempo e sobre si mesmos (ELIAS, 1998).

¹⁹ Bauman corrobora esse argumento ao descrever a modernidade como o tempo no qual o tempo possui uma história (BAUMAN, 2001).

a vela percorriam 16 km em 1 hora, em 1920, os navios a vapor e os trens faziam 80 km no mesmo tempo, os aviões propulsionados a hélice, em 1950, 560 km, e, em 1965, os primeiros aviões a jato, 1050 km²⁰. A relação entre o desenvolvimento técnico dos transportes modernos e a ideia de um encolhimento do espaço é um problema percebido desde os primeiros avanços com o motor a vapor, como indica esse artigo sobre a “essência das ferrovias”, publicado na *Brockhaus der Gegenwart*, de 1838, citado por Koselleck:

Elas suspendem as separações espaciais por meio da aproximação no tempo. [...] Pois apenas o tempo necessário para atravessá-lo faz do espaço uma distância; se o acelerarmos, o próprio espaço se reduz no que diz respeito à sua influência sobre a vida e o trânsito. [...] Terra e mar invertem seus papéis. [...] As ferrovias reduzem a Europa, mais ou menos, ao tamanho da Alemanha (*apud* KOSELLECK, 2004, p. 149).

A redução da Europa ao tamanho da Alemanha, para se referir à terminologia de Koselleck, corresponde a uma mudança radical no espaço de experiências e horizonte de expectativas daqueles que presenciaram as primeiras viagens de trem. Mas, além disso, esse encolhimento está vinculado, paradoxalmente, a uma expansão intensiva e extensiva dos mundos possíveis, o que só intensifica e adensa o regime espaço-temporal cunhado pela aceleração técnica. Por volta de 1780 o mundo era, ao mesmo tempo, maior e menor do que jamais fora antes: maior pela extensão que, com o auxílio da técnica, os sentidos humanos poderiam alcançar, e menor, pois, pela mesma técnica, essa distância inaudita poderia ser alcançada por uma velocidade também inaudita – observou Hobsbawm (1991). Essa dubiedade contida na evolução técnica dos transportes só tende a se intensificar sob a ideia e o horizonte da globalização. Nesse ponto, o processo de inversão da preeminência antropológica do espaço sobre o tempo pode ser também lido a partir de uma relação determinante da forma do regime espaço-temporal que diz respeito ao tipo de movimento com o qual os indivíduos e as coisas transitam sobre o espaço.

Em uma breve fenomenologia do “trânsito”, Rosa aponta já a maneira como a aceleração técnica dos transportes, por si só, contribui para uma modificação substantiva do “estar no mundo” dos indivíduos modernos:

[...] enquanto caminhamos a pé, percebemos o espaço em todas as suas qualidades, nós o sentimos, o cheiramos, o ouvimos e o vemos. Com a construção das estradas inicia-se o aplanamento do terreno, a subjugação de seus obstáculos, a manipulação das qualidades do espaço. Não erramos mais

²⁰ Esses valores são correspondências aproximadas dos originais, fornecidos em milhas por hora: respectivamente 10, 50, 350 e 600 m/h.

através dele, apenas o cruzamos obstinadamente. Então, com a invenção das autoestradas o espaço é encurtado, comprimido, desvanecido. Tirar os olhos da rodovia, imutavelmente monótona, e lançá-lo sobre o espaço, seria vitalmente arriscado. O motorista não se orienta pela paisagem que atravessa, mas pelos símbolos abstratos que ladeiam a pista, ou até mesmo pelo visor de seu GPS. Nesse sentido, a experiência moderna fundamental da “aniquilação do espaço” possui uma base real. Por fim, quem quer que voe rompe completamente com o espaço topográfico da vida e a superfície da terra. Para esta pessoa, o espaço é apenas uma distância abstrata e vazia, mensurada pela duração do voo. Ao invés de lutar contra as dificuldades do espaço, o viajante moderno voa contra o relógio, pois precisa conectar-se a outros voos e cumprir seus compromissos. Aqui também vemos a prioridade do espaço como dimensão orientadora transformar-se na prioridade do tempo, pelo menos no que diz respeito ao planejamento das ações e à manifestação de seus obstáculos. Muito frequentemente o espaço se torna, em sentido literal, uma função do tempo: onde alguém está depende de que horas são, enquanto o inverso já não é verdadeiro (ROSA, 2013, p. 99-101).

Rosa concentra sobre a aceleração técnica as causas do declínio das predicções espaciais, daquilo que condiciona e dá forma ao “lugar”, de modo que não se trata pura e simplesmente de uma desaparecimento da espacialidade, mas de sua abstração, sua desvinculação das predicções da “região”, seu aplainamento em um “não-lugar”, para falar com Marc Augé (1994). Ainda mais dramática se torna a condição subserviente do espaço no âmbito da guerra moderna, para a qual, segundo Paul Virilio, o poder de destruição confunde-se com “o valor estratégico do não-lugar da velocidade”, com o projétil que suplantou a fortaleza e a praça-forte, diante do qual “a manobra que consistia ontem em ceder terreno para ganhar tempo perde qualquer sentido”. O domínio do tempo determina o vencedor da guerra, e a incapacidade de se desprender do espaço determina a aniquilação total do perdedor – mas, para além disso, a instantaneidade do assalto à distância corresponde não apenas à derrota do adversário, “mas também, sobretudo, à derrota do mundo como campo, como distância, como matéria” (VIRILIO, 1996, p. 123). No entanto, o trânsito sobre o espaço que prescindiu das qualidades do espaço conduz, mesmo fora de relações bélicas, a uma experiência alienante²¹.

²¹ Rosa constata a possibilidade de objeções, como a feita por Levya (2016), a exemplo de outros autores, no sentido de que essa concepção do regime espaço-temporal estaria privilegiando a dimensão temporal em detrimento da espacial – como se isso partisse de uma escolha arbitrária de Rosa. No âmbito dessas objeções argumenta-se que os lugares ganham cada vez mais importância na tomada de decisões políticas, econômicas e geoestratégicas, mas, para Rosa, isso só corrobora seu argumento:

“A perda de significado do espaço através desse processo produz um paradoxo apenas aparente quando, contrariamente à tendência analisada, o espaço geográfico e geopolítico, e, às vezes, até mesmo especificidades locais, adquirem nova significância para uma série de decisões e desenvolvimentos. Precisamente porque o espaço tornou-se contingente e intercambiável para, por exemplo, investimentos econômicos e escolhas de localização, *diferenças locais e regionais* (climáticas, infraestruturais, políticas etc.) tornaram-se, de repente, muito importantes, o que pode até mesmo conduzir (temporariamente) a uma reavaliação positiva das identidades e peculiaridades regionais, e, acima de tudo, a uma re-politização do espaço. Esse ganho em relevância é, no entanto, apenas aparente ou secundário: sustenta-se no fato de que, em muitos aspectos, o espaço

O mesmo efeito é visível no âmbito da comunicação, que ocorre progressivamente independente de condições geográficas, e eleva o fenômeno de supressão do espaço pelo tempo a níveis críticos. Walter Benjamin (1994), por exemplo, já havia percebido o impacto do desenvolvimento da imprensa moderna, com suas vias ágeis de comunicação e seu vigoroso aparato técnico, sobre a consciência que os indivíduos têm sobre o mundo, sobretudo no que diz respeito à capacidade que esses indivíduos têm de elaborar suas experiências ao nível do saber prático. A informação jornalística implodia a comunidade semântica encerrada no “lugar”. Isso diz respeito, como bem observa Rosa, não apenas ao fator da velocidade da imprensa, mas ao crescimento escalar do volume de informações proporcionado por esta velocidade. Uma relação ambígua se estabelece entre as técnicas modernas de informação e a consciência do mundo: por um lado, a progressiva velocidade da imprensa corresponde a uma progressiva dinamização da realidade – os “diários” ou os “periódicos” que surgiram ao fim do século XVIII respondiam à necessidade de reportar aos leitores as últimas notícias do dia ou dos dias anteriores, enquanto as versões *online* da imprensa digital, no século XXI, atualizam-se no intervalo de minutos – e, por outro, a própria velocidade da imprensa incide sobre a experiência imediata como uma avalanche que empurra para longe os horizontes da consciência. Em consonância à aniquilação do espaço pela aceleração dos transportes, a aceleração das comunicações descontextualiza os sujeitos que se comunicam, e, dada a redução radical do tempo de transmissão de informações possibilitada pela revolução digital, tende a aniquilar o próprio tempo – não por acaso Rosa se reporta, ao tratar desse assunto, ao conceito cunhado por Manuel Castells para tratar da natureza do tempo na “sociedade de rede”, *timeless time* (ROSA, 2013, cf. p. 103 e 218).

Por fim, a aceleração produtiva diz respeito à redução do tempo de conversão da matéria em produtos e serviços. Essa redução está diretamente ligada à transformação do tempo de trabalho, que desde o início da idade moderna se desprende da substancialidade própria às relações entre sujeito e objeto, e alcança um nível de abstração e síntese tão elevados que potencializam o controle humano sobre as atividades produtivas em uma profundidade historicamente inaudita (ROSA, 2013, p. 165-6; THOMPSON, 1984; KOSELLECK, 2014). Esse desenraizamento do tempo de produção, além de conformar a base e uma “substância” para o valor da economia capitalista (MARX, 2013), conforma também, para Rosa, a maleabilidade das estruturas materiais que circundam a vida social, subsumindo-a à demanda do capital de dinamização e conversão permanente da matéria em

perdeu sua *dignidade imutável*, sua *condição de pano de fundo imutável*, e adentrou o caracteristicamente moderno reino do contingente, do opcional e do transitório” (ROSA, 2013, p. 101).

mercadoria e, portanto, meio de extração de valor. O resultado desse processo no âmbito da experiência imediata é o desengajamento compulsório dos indivíduos em relação ao meio e às coisas que os envolvem: os objetos de trabalho, as roupas que usam e até mesmo suas mobílias são lançadas no cadinho do transitório e do contingente. Além disso, como Weber (2011) já havia notado que o desenvolvimento tecnológico, uma vez operando a partir de uma legalidade interna inacessível ao homem comum, conduzia a um estado de alienação estrutural, ou, como Simmel (1998) vislumbrara uma inevitável ruptura entre a “cultura objetiva” e a “cultura subjetiva”, Rosa atribui à aceleração da produção um bloqueamento estrutural da possibilidade dos indivíduos se apropriarem dos objetos que os cercam, seja porque não possuem conhecimento para acessar seu funcionamento, seja porque a aquisição desse conhecimento é temporal e economicamente mais dispendiosa do que a simples reposição.

[...] na sociedade da aceleração, as coisas já não são reparadas: enquanto podemos acelerar a produção, não podemos acelerar, significativamente, a manutenção e os serviços. Desta forma, reparar as coisas torna-se cada vez mais dispendioso, quando comparado a reproduzi-las. Além disso, como a maioria dos produtos torna-se tecnicamente mais complexa, perdemos o conhecimento prático necessário para cuidá-los nós mesmos (ROSA, 2010, p 86).

O papel constitutivo das identidades, exercido pela relação com o mundo material imediato, é completamente subvertido. O desgaste físico das coisas, que se ata ao tempo lento do uso prolongado, é substituído por um “desgaste moral”, ligado à norma da atualização permanente.

Dada a maneira como os objetos tornam-se incessantemente obsoletos e desatualizados (o computador que prometia aceleração ontem, hoje já é um empecilho tendo em vista os programas mais velozes), e a racionalidade econômica do *descarte* e *substituição* ao invés da reparação, os processos de constituição identitária, relacionados à adaptação e familiarização com as coisas, tornam-se cada vez mais improváveis. Deste ponto de vista, a modernidade é caracterizada pela contínua substituição do *desgaste físico* pelo *desgaste moral* (Marx) como causa de substituição dos objetos e arranjos materiais: no curso dos últimos séculos, estes últimos tornaram-se cada vez menos inutilizáveis por motivo de esgotamento ou desgaste de sua substância material (isto é, por tornarem-se irreparáveis); antes, se tornaram “desatualizados” ou obsoletos em relação à tecnologia corrente ou à moda. Como resultado, em contraste com as sociedades pré-modernas, eles quase nunca são reproduzidos de maneira idêntica, mas quase sempre numa *forma alterada* (ROSA, 2013, p. 105).

Todas essas manifestações da aceleração técnica são substantivamente vinculadas à estrutura de produção social inaugurada pela Revolução industrial, e, como Rosa demonstra

em seu diagnóstico do tempo presente, pela Revolução Digital dos últimos anos do século passado. Esta última, aliás, compõem o tripé daquilo que Rosa identifica como um *salto qualitativo do processo de aceleração*, como a emergência de uma *nova onda aceleratória*. A Revolução Digital, juntamente à Acumulação Flexível e às Revoluções Políticas de 1989 inauguraram uma nova era – o que será explicado em detalhe no próximo capítulo²². Dos três processos de aceleração técnica, é o da comunicação que capitaneia essa virada, bem como passa a determinar com maior proeminência os processos de transporte e produção. Isso se deve, em grande medida, a uma certa duplicação da realidade material através da virtualização, seja pela digitalização de processos, ou parte de processos produtivos, o que cria uma pressão extraordinária sobre cadeias de ação e processos materiais, seja pela substituição da circulação de objetos e pessoas pela circulação de dados, o que significa um golpe de misericórdia sobre as determinações espaciais já moribundas²³. No âmbito da produção essa virada se traduz, por um lado, numa fricção formidável entre o ritmo do trabalho humano e da máquina, gerando uma ameaça constante de desintegração (ROSA, 2013, p. 168-92; 2015c), e, por outro, uma perda substantiva da relevância da diferenciação funcional entre o espaço laboral e o espaço doméstico, bem como entre o tempo de trabalho e o tempo livre²⁴. No âmbito dos transportes, no entanto, as consequências dizem respeito a um aprofundamento das distorções na experiência subjetiva do espaço, do mundo e dos outros. Seguindo os paços de Paul Virilio, Rosa fala de uma “revolução da transmissão”, que, emergida dessa onda aceleratória do fim do último século, reverteria a tendência inaugurada pela “revolução dos transportes”. Trata-se apenas do fato de que, com a duplicação digital da realidade material, o movimento dos homens e das coisas dá lugar a uma forma muito mais intensa de dinamização, fundada, no entanto, num princípio de imobilidade, e que aponta para uma fusão entre os corpos humanos e todas as experiências do mundo através de uma “revolução do transplante”.

²² Ver, sobre o tema, o capítulo 2.1. deste trabalho.

²³ Sobre este processo: “Assim, aceleração [técnica] é alcançada seja pela virtualização imediata, seja pela digitalização de processos outrora materiais (por exemplo, no desenvolvimento de um modelo), o que, de fato, permite uma aceleração à velocidade da luz em algumas áreas, ou, em vez disso, pela construção de transmissão de informações digitais no interior de processos analógicos, isto é, processos materiais e cadeias de ação, os quais, por isso, são postos sob mais pressão para acelerar. Realmente, com as novas possibilidades de virtualização e digitalização, as três formas dominantes de aceleração tecnológica se sobrepõem: o transporte convencional de bens como mídias gravadas e livros é substituído, através da digitalização, por uma forma de pura transmissão de informações, e, similarmente, processos de produção (por exemplo, o desenvolvimento de desenhos e modelos arquitetônicos) podem ser transformados em procedimentos de processamento de informação através da virtualização” (ROSA, 2013, p. 73-4).

²⁴ Tanto o fenômeno do descompasso entre a aceleração das máquinas e os limites temporais humanos, quanto a “desdiferenciação” dos âmbitos funcionais fazem parte de um novo *modus operandi* da administração da experiência do tempo, o que Rosa diagnostica sob o conceito de “dessincronização” – uma característica central do estágio atual da aceleração. Tal questão será trabalhada em detalhe no próximo capítulo.

A revolução dos transportes trouxe os seres humanos ao mundo, enquanto a revolução da transmissão trouxe o mundo (virtualmente) aos seres humanos. Assim, para Virilio, esse processo de dinamização reverte-se, dialeticamente, num processo de enrijecimento, no qual seres humanos e bens, eles mesmos, já não se movem. Isto finda em um cenário no qual tudo o que é dinâmico é resultado de um fluxo torrencial de dados. Através de luvas virtuais e trajes ciberneticamente sensíveis, ou até mesmo conexões modernas entre computadores e corpos, na aurora da atual “revolução dos transplantes”, estes aparatos transmitem (ou poderiam fazê-lo) todas as qualidades espaciais da terra, e até mesmo de outros planetas, para qualquer lugar do mundo com tanta similaridade que uma tentativa de determinar onde alguém “realmente” está seria despropositada: essa é a visão de Virilio sobre uma “inércia polar” terminal, o que eu chamo de frenesi em suspensão [*rasender Stillstand*] (ROSA, 2013, p. 101-2).

Esta visão terminal de um movimento, tecnologicamente conduzido, de reversão das forças dinâmicas em forças de paralisação, diz respeito, na teoria da aceleração social, à reversão dos já mencionados processos de modernização identificados pelas teorias sociais clássicas. Mas além disso, essa condição revela o lado inverso, ou o estado de contradição permanente do processo de aceleração social a partir de determinados níveis críticos, atingidos com a emergência da “modernidade tardia”. Como Rosa argumenta ao longo de seus principais trabalhos sobre o conceito de aceleração social (cf. 2003, 2010, 2013, 2015a), esse diagnóstico da contemporaneidade não deve, no entanto, ser simplesmente derivado das mudanças que ocorreram no âmbito da tecnologia. Mas é possível apontar para a aceleração técnica como o fundamento material a partir do qual as outras duas formas de aceleração podem sustentar seu movimento de intensificação. Cabe aqui mencionar, por hora, que as consequências diretas da aceleração técnica sobre o processo de aceleração, sobretudo acerca da virada da modernidade para a modernidade tardia, dizem respeito a uma dissolução profunda das estruturas de ordenação e orientação da experiência imediata do tempo. A sequencialidade, enquanto padrão referencial, começa a ceder lugar a um padrão fundado na *simultaneidade*. Muitos exemplos podem ser ilustrativos: a disposição caleidoscópica de dados que, na internet, minam a divisão cronológica entre épocas e sequências de eventos, bem como propiciam uma consciência destemporalizada do mundo; a comunicação desvinculada da sequencialidade dialógica, através de dispositivos eletrônicos de comunicação, que possibilitam a ativação ou desativação dos diálogos em qualquer ponto de sua “sequência”; o gosto estético dominante do pós-moderno, baseado no pastiche e na fusão eclética de estilos e épocas; até mesmo a ordenação das épocas biográficas, como o tempo de formação, a fase produtiva ou a aposentadoria, são rearranjados de maneiras particulares por cada indivíduo etc. O desengajamento das ações, das divisões funcionais e do horizonte

biográfico de uma estrutura sequencial do tempo, conduz, para Rosa, a uma aniquilação do próprio tempo, de modo que, assim como o espaço fora desprovido de sua força predicativa, o tempo também deixa de ser uma dimensão orientadora.

Diferentemente da aceleração técnica, a (2) *aceleração das mudanças sociais* não diz respeito a um processo intencionalmente promovido e, como toca em estruturas e sustentações fundamentais da sociabilidade, é possível dizer que esta não é uma aceleração *na* sociedade, mas *da* sociedade, o que já indica que, no quadro analítico desenvolvido por Rosa, os três sistemas de aceleração não possuem dimensões e formas idênticas, de modo que sua interação também não pode ser analisada senão mensurando a particularidade de cada um e os acessos que criam entre si. Pode-se dizer que aceleração das mudanças sociais é historicamente vinculada às mudanças tecnológicas, mas não ocorre necessariamente enquanto uma função desta última, e portanto deve ser tratada como uma dimensão logicamente independente de aceleração social. Se é possível observar uma relação causal entre, como já relatado, o desenvolvimento das técnicas modernas de comunicação e a ampliação dos horizontes de ação, não se pode compreender, a partir dessa relação, a lógica interna de desenvolvimento dos processos característicos da aceleração da mudança social. Em primeiro lugar, essa forma de aceleração não diz respeito a uma instrumentalização de meios para alcançar um fim pré-estabelecido. Em segundo, o próprio desenvolvimento tecnológico, em muitas situações, pode ser ele mesmo uma consequência, uma resposta a demandas sociais derivadas da instabilidade causada pela aceleração das mudanças sociais.

São muitas as manifestações deste tipo de aceleração. Aqui mais uma vez é possível referir-se aos escritos de Walter Benjamin (1994) – cuja influência aparece, ora implícita ora explicitamente, na teoria da aceleração social – e à maneira como, neles, o problema do declínio da experiência (*Erfahrung*) toca diretamente no processo de dissolução moderna das referências, do meio, dos símbolos e de sociabilidade que forneciam aos sujeitos um pano de fundo, relativamente estável, diante do qual o curso da vida humana não seria contraposto a grandes desvios, alterações e revisões. Emblemática, neste sentido, a passagem, que se repete em mais de um trabalho, acerca do esgarçamento da vida pela violenta inconstância das forças econômicas, políticas e, sobretudo, pela guerra total, em relação a que nenhuma experiência poderia ser erigida, compartilhada ou transmitida.

Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadoras que a experiência da guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens,

e em cujo centro, num campo de forças de torrentes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano (BENJAMIN, 1994, p. 115).

A desorientação em relação ao meio social, o desencontro entre as estruturas simbólicas do mundo e as referências individuais parecem ter sido uma constante desde os primeiros momentos da modernidade – e, evidentemente, intensificada pelo poder destrutivo das guerras modernas. A aceleração das mudanças sociais, para Rosa, diz respeito, no âmbito da experiência imediata dos sujeitos, a uma incitação à constante revisão das identidades, dos sentidos, dos caminhos biográficos. Retomando as primeiras considerações deste trabalho, pode-se buscar na teoria do romance de Lukács, por exemplo, um aprofundamento das divergências de sentido entre a vida e o mundo, mas também é possível trilhar um caminho apontado pela psicanalista Maria Rita Kehl, que identificou a origem do sujeito da psicanálise no melancólico renascentista, para quem a curiosidade e o apetite pela dominação intelectual do mundo era confrontada pela impermeabilidade de uma realidade fugidia, em constante transformação, expansão, sempre à frente do horizonte que a visão subjetiva poderia alcançar. A consequência dessa dissonância, desse “desacordo com o Bem”, com o “laço social”, é um sobrepeso sobre as escolhas individuais, que conforma uma subjetividade consciente da contingência.

O homem do Renascimento não é aquele que perde seu lugar junto ao Outro por ter errado ou pecado, mas porque o capo simbólico se tornou, para ele, indecifrável. O pensamento humanista resgatava o aspecto positivo dessa queda: o da emancipação do homem em função da nova condição. O homem, deslocado do centro da criação, foi convocado a se tornar o centro de suas próprias referências e assim encontrar (ou inventar) seu lugar na ordem do universo. A melancolia renascentista adquire, assim, um prestígio muito diferente do abatimento da vontade característico da acedia medieval. O melancólico do humanismo, convocado a buscar em si mesmo a medida de suas escolhas, reúne vontade de saber, consciência de si, busca de sentido, angústia diante da escolha. “O homem, enquanto microcosmo, não tem uma grandeza particular”, escreveu o humanista Pico della Mirandola. “Ele participa de todos os níveis do cosmo. Cabe a ele decidir o que ele quer”. [...] Tal otimismo humanista não impediu, porém, que o melancólico renascentista sofresse o peso de uma consciência angustiada ante a insignificância de sua presença no mundo (KEHL, 2009, p. 69).

Como desdobramento desta condição de vida, elevada a níveis paroxísticos na contemporaneidade, Rosa (2010, 2013) fala de um “eu saturado²⁵”, uma subjetividade que, pela necessidade de integração às estruturas sociais cambiantes, se adensa radicalmente.

²⁵ A referência aqui é Kenneth Gergen (1991), psicólogo social cujo conceito de *eu saturado* influencia de modo determinante a concepção de subjetividade contemporânea para Rosa.

George Beard (2002), psiquiatra norte americano da virada século XIX, inovou ao elaborar um diagnóstico que concluía que as principais causas da neurastenia, alcunhada por ele como “nervosidade americana”, se encontravam na volatilidade dos sentidos e dos fundamentos da sociedade moderna. Ao lado dele, muitos outros contemporâneos da emergência da primeira onda de aceleração social elaboravam observações – sobretudo no campo da literatura – a partir das quais é possível depreender que as principais preocupações em relação à dinamização da vida não concerniam ao desenvolvimento fulgurante da técnica, mas à desestabilização das constelações que até então orientavam, incólumes, o horizonte da vida prática. Enfim, tratava-se de uma preocupação com o estado de conservação do tecido social, dos padrões de associação e da substância dos conhecimentos práticos (ROSA, 2010). Como já notado, o que marca as sociedades modernas em relação a outras é o desenvolvimento de ritmos variáveis de mudança social, o que denota, ao mesmo tempo, a dinamicidade de seu conteúdo social (sua cultura, seus símbolos e estruturas, que não apenas são dinamizados, mas, sobretudo, são produzidos para não durar) e seu vínculo a uma lógica de reprodução orientada pelo princípio do crescimento exponencial, que, segundo Rosa, não se restringe ao âmbito da vida econômica. A estabilização dinâmica, enquanto conceito da estrutura social moderna, é uma função da aceleração das mudanças sociais²⁶ (ROSA, 2015c).

Um dos principais empecilhos na definição dessa dimensão da aceleração social é a busca por qualquer tipo de acordo entre teóricos acerca de quais são os aspectos mais relevantes de uma sociedade, cuja mudança implicaria um impacto total em todo o tecido social. Trata-se aqui do problema de definir quais os indicadores empíricos da mudança social, sem os quais seria impossível fundamentar a aceleração da mudança social. Por isso, Rosa recorre a um conceito desenvolvido pelo filósofo alemão Hermann Lübbe (2009), o de “contração do presente” (*Gegenwartsschrumpfung*), com a finalidade de apreender, a partir de uma categoria interpretativa, as taxas de mudança social contidas nos fenômenos observados. Esse conceito foi desenvolvido para denotar um traço próprio ao Ocidente moderno, que se trata da progressiva diminuição do tempo vivenciado como presente em relação ao desenvolvimento acelerado de inovações culturais e sociais. A ideia de uma contração do presente, para Lübbe, está vinculada ao fato de que, na civilização moderna, que é uma “civilização dinâmica”, há uma progressiva cessação da transmissibilidade de conhecimento teórico e prático entre as três gerações que, por uma média constatável ao longo da história

²⁶ Diante da possível objeção de que em outras épocas as sociedades também estavam sujeitas a mudanças radicais, facilmente verificáveis na história das civilizações ou na grande vulnerabilidade em relação a catástrofes naturais, Rosa argumenta que, no caso da sociedade moderna, o diferencial consiste na *causalidade endógena* das mudanças sociais.

humana, têm uma existência compartilhada. Trata-se de pensar que, no desenvolvimento desse processo, as relações entre pai, filho e neto são premidas pela emergência de um fenômeno conceituado como “não contemporaneidade dos contemporâneos”, o que denota um elemento de ruptura da reprodução social. Além disso, Lübbe também fala de uma “museificação” da sociedade, apontado para o fato de que o crescente interesse “museológico” pelo passado – cada vez mais recente – não significa senão que as experiências das gerações passadas são retiradas das linhas de conexão que as atariam às experiências presentes²⁷. Essa definição se orienta também, na obra de Rosa, pelas categorias históricas fundamentais de Reinhart Koselleck, e, portanto, é possível pensar o presente, nesses termos, como um intervalo de tempo no qual o espaço de experiências e o horizonte de expectativas coincidem. A contração do presente significa o encurtamento progressivo desse intervalo, o que denota um aumento na taxa de obsolescência da sabedoria prática extraída das experiências vividas. Por esse motivo Rosa assinala a forma de condução da vida sob as condições atuais da aceleração das mudanças sociais como a escalada de um “declive escorregadio”, no qual os atores precisam se esforçar para, diante de um pano de fundo em constante alteração, tomarem decisões rápidas e manterem-se em compasso com as mudanças, sob o risco contínuo de caírem para a instância inferior do *out of date*²⁸. A contração do presente, poder-se-ia dizer, é uma correspondente daquilo que Benjamin observara como queda das “ações” da experiência.

Apenas dentro desses intervalos de tempo [o presente], de relativa estabilidade, podemos planejar sobre experiências passadas para orientar nossas ações e inferir conclusões do passado a respeito do futuro. Apenas

²⁷ Lübbe defende seu argumento a partir de exemplos bastante ilustrativos. Entre eles, fala sobre a larga extensão do presente nos primeiros tempos da modernidade a partir da obra de Maquiavel, que ainda derivava seu conhecimento político e militar da experiência de Roma, transmitida a ele por Tito Lívio. “Deixe-me elucidar o conceito de contração do presente, derivado da compressão das inovações, contrastando-o com uma experiência do tempo histórico que possui um presente muito mais expansivo. Na já tardia época do interesse de Maquiavel na história de Roma, como contada a ele por Lívio, o interesse predominante nas circunstâncias e nos eventos passados servia como modelo para julgamentos presentes. Eles até mesmo pareciam oferecer uma base compatível para a derivação de normas abstratas capazes de orientar ações presentes. Acontecimentos nas forças militares romanas ou em sua história política funcionavam como exemplos para leis de ações e estratégia; sua validade fora do período em questão parecia ser indiferente ao tempo. Em termos temporais, isso significa que o presente – um espaço de tempo marcado por certa constância de elementos importantes da vida cultural – se estendera por mais de um milênio e meio. O espaço temporal da experiência esticou-se ao longo, e o horizonte de futuro correspondeu-o em expansividade e conteúdo.

Em grave contraste, pelo menos do ponto de vista da ação estratégica dependente da dinâmica de desenvolvimento da tecnologia de armamentos, o presente contraiu-se, em termos cronológicos, a um grau extremo. A aplicabilidade até mesmo das mais recentes guerras como modelos para contingenciamentos estratégicos é fortemente limitada sob as condições tecnológicas atuais. Correspondentemente, o ensino da história militar não tem mais como seu propósito primário a apresentação de modelos passados ainda válidos. Isso põe uma questão-chave: que propósito, então, pode ter, como um todo, o ensino atual da história militar?” (LÜBBE, 2009, p. 160).

²⁸ Cf. Rosa (2013, p. 117).

dentro desses intervalos de tempo podemos encontrar alguma certeza de orientação, avaliação e expectativa. Em outras palavras, *a aceleração social é definida por um aumento das taxas de decadência da confiabilidade das experiências e expectativas, e pela contração dos intervalos temporais definíveis como “presente”*. Agora, obviamente, podemos aplicar essa mensuração de estabilidade e mudança a instituições sociais e culturais e a práticas de todos os tipos: o presente contrai no âmbito político bem como no ocupacional, no tecnológico bem como no estético, no normativo bem como no científico e cognitivo, isto é, nos aspectos culturais e estruturais (ROSA, 2010, p. 18-9).

Uma série de consequências pode ser extraída dessa forma de aceleração, pois ela está intimamente ligada às estruturas de orientação individual e estabilização social. Em primeiro lugar, os âmbitos sociais nos quais as taxas de decadência do presente são mais velozes do que a média social, como os da ciência e da economia, podem causar um descompasso crítico na cadência social, o que contribui para o fenômeno da dessincronização. Em segundo lugar, a intensificação das mudanças sociais assevera a possibilidade de coexistência de valores, símbolos e instituições oriundas de épocas distintas – a contemporaneidade dos não contemporâneos²⁹. Mais do que isso, atingindo uma velocidade crítica com a virada de época da modernidade tardia, a contração do presente entra em conflito com a experiência, ou a noção guiadora dessa experiência, de um processo cumulativo da história, concebido como *progresso*. Mas, para além disto, o fenômeno da contração do presente, pensado do ponto de vista das formas de transmissão da experiência histórica entre as gerações, pode ser verificado empiricamente na razão que se estabelece entre o ritmo – mais ou menos constante, ao longo da história – da mudança entre as gerações, e o ritmo das mudanças sociais. Tomadas como instituições responsáveis pelo elo reprodutivo da sociedade, a *família* e o *trabalho* podem, conforme a teoria da aceleração social, expressar de modo direto o significado dessa razão. Segundo Rosa, numa fase ainda precoce da modernidade, as práticas e os valores vinculados a estas instituições mudavam apenas ao longo de gerações, de modo que conformavam, em alguns casos, uma comunidade entre netos, pais e avós – configurando uma taxa de mudança *intergeracional*. Nesta situação, em que a comunidade familiar ainda não diferenciava entre o âmbito privado e o âmbito do trabalho, as gerações se sucediam como se fossem apenas atores diferentes encarregados de cumprir o mesmo papel desempenhado por seu predecessor. No exemplo dado por Rosa, retirado de um estudo feito pelo historiador e demógrafo Arthur Imhof, em 1984, uma família rural do estado alemão de Hessen é chefiada por várias gerações pelo mesmo Johannes Hoos:

²⁹ Sobre a relação entre aceleração da mudança social, dessincronização e o fenômeno da contemporaneidade dos não contemporâneos, cf. ROSA, 2013, p. 114-5.

O indivíduo Johannes Hoos, que nasceu ou morreu neste ou naquele ano, não era de crucial importância. Significante era, no entanto, que houvesse sempre um descendente chamado pelo nome de Johannes Hoos que estivesse preparado para carregar e dirigir a família através de seus anos de melhor condição física e maior integração social. Neste sentido, a família não estava simplesmente em posse de Johannes Hoos por dez, vinte ou trinta anos, mas continuamente pelo curso de quatro séculos e meio. Certamente uma estabilidade fantástica a despeito da incerteza dos tempos biográficos (IMHOF *apud* ROSA, 2013, p. 110-1).

A estabilidade estrutural da sociedade, nesta situação, trespassa as gerações. Mas Rosa identifica, com a consolidação das instituições e do estilo de vida urbano da modernidade clássica, a estabilização de um ritmo de mudança social que saltaria para um nível *geracional*, isto é, ocorreria no mesmo passo da mudança de gerações, e seria correlato ao individualismo clássico, orientado pelos ideais da personalidade bem constituída e pela noção fundamental de autodeterminação. Este é o momento de precipitação do tempo biográfico³⁰ propriamente dito, da emergência de uma representação do indivíduo como sujeito a ser formado à imagem de sua própria identidade, em relação a quem a busca por uma ocupação laboral e a criação de uma família (já nuclear) são assuntos relativos apenas ao indivíduo. “Iniciar uma família própria, que, como uma unidade econômica apenas deixa de existir com a morte dos cônjuges, não se torna nada menos que um processo de constituição da identidade e garantia de autonomia para o moderno indivíduo burguês” (ROSA, 2013, p.111). Na fase atual da modernidade, coincidente da última onda de aceleração, essa taxa de mudanças alcançaria um nível *intrageneracional*, o que corresponde a um profundo abalo das estruturas de sentido e da sabedoria prática social ao longo de uma única geração, isto é, o presente se contrai a tal ponto que a “taxa de decadência” das experiências válidas passa a oscilar no curso de uma única vida humana. Rosa nomeia a forma de vida que emerge desta condição como “identidade situacional”, que só pode referir-se a si mesma a partir de marcadores temporais externos: as pessoas estão casadas com este ou aquele parceiro *hoje*, votaram neste ou naquele partido até *dois anos atrás*, pretendem (ou, quando não têm escolha, assim o farão) ocupar esta ou aquela função pelos *próximos anos*³¹. Neste ponto é interessante acrescentar, ainda, que, radicalmente distinto do destino de Johannes Hoos, o curso biográfico do sujeito

³⁰ O desenraizamento do sujeito da comunidade de destino e a antevisão da morte como fim, não mais como conexão com as outras gerações, fornecem as balizas para que se possa vislumbrar a vida individual como uma forma própria. Na literatura, o exemplo mais bem acabado desta consciência é o desenvolvimento do romance de formação com *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe, e suas derivações ao longo dos séculos XIX e XX. Ver capítulo 3.3. deste trabalho.

³¹ Esta condição toma como principal referência, na teoria da aceleração social, o famoso trabalho de Richard Sennet (2010), mas é possível indicar aqui, também sobre este mesmo tema, o ensaio de Luciano Gallino (2009).

situacional é permanentemente premido pela ameaça do envelhecimento, cujo antigo status de sinônimo da sabedoria é miseravelmente rebaixado – o medo da obsolescência e a obsessão pela juventude são apenas outras expressões da erosão do padrão sequencial da vida humana. Não obstante, as formas da individualidade próprias a essas taxas de mudança social não podem mais se orientar por ideais de personalidade ou por um projeto de vida burguês. E, apesar dos elogios pós-modernos à situacionalidade dessas formas de vida, são progressivamente erodidas as bases do ideal de autodeterminação (ROSA, 2010, 2013).

Por fim, é necessário expor a terceira dimensão da aceleração social, que é vinculada às duas anteriores, mas que também possui uma forma e uma lógica própria e, como se verá, enceta uma relação patentemente paradoxal com a aceleração técnica. Trata-se da (3) *aceleração do ritmo da vida*. Para Hartmut Rosa, uma definição sintética dessa forma de aceleração pode ser a de que se trata de um aumento dos episódios de ação e experiência por unidade de tempo, o que resulta em uma percepção de escassez de recursos temporais. A relação entre a intensificação do ritmo da vida e o crescimento de experiências e de demandas de ação já é conhecida pela sociologia desde os finais do século XIX, sobretudo pela obra de George Simmel (2005). Um contemporâneo de Simmel, Siegfried Kracauer (2009), observava no fascínio da multidão pelo cinema uma identificação entre o cintilar vertiginoso das telas e o apego à exterioridade por parte dos sujeitos que, pelo ritmo acelerado das experiências, já não podiam aprofundar-se em si mesmos³². Mas Berman (1982), trabalhando sobre a figura do Fausto, também indicava, nesta personagem do século XVIII, a consciência de que a dinamização do mundo implicaria numa infinita dinamização da vida, uma maldição a qual Fausto deveria se acostumar para continuar vivendo: “Fausto não será capaz de criar nada a não ser que se prepare [...] para aceitar o fato de que tudo quanto foi criado até agora [...] deve ser destruído, a fim de consolidar o caminho para mais criação” (*op. cit.*, p. 48-9). A vida urbana das grandes cidades industriais do século XIX já era objeto de reprovação por parte daqueles que vinham de regiões rurais menos desenvolvidas, sobretudo pela repulsa causada pelo frenesi da multidão sem identidade, que transita aos esbarros e empurrões, sem sequer olhar nos olhos de seus semelhantes – como observou um ainda acaipirado Friedrich Engels (2008) acerca da metrópole londrina. Essa percepção só se agravou com a consolidação do processo modernizador, alcançando as dimensões mais íntimas da vida, como a duração dos

³² Veja-se a passagem sugestiva: “Os aparatos dos grandes cineteatros têm um único fim: manter o público amarrado ao que é periférico para que não se precipite no vazio. Nestes espetáculos a excitação dos sentidos se sucede sem interrupção, de modo que não haja espaço para a mínima reflexão. Como os *salva-vidas*, as luzes difundidas pelos refletores e os acompanhamentos musicais servem para se manter à superfície. A tendência à distração, que exige uma resposta, encontra-se na exibição da pura exterioridade” (KRACAUER, 2009, p. 346).

relacionamentos amorosos – como observou Bauman (2004) –, subsumidos pela dinâmica impulsiva da realização imediata do desejo. Ou, então, implicando numa pauperização psíquica pela incapacidade de manutenção da atenção, sobretudo em crianças e adolescentes, naquilo apontado por Christoph Türcke (2015), quem fala de uma “cultura do déficit de atenção”. Atualmente são muitos os clamores pela amenização do ritmo da vida, como os movimentos do “slowfood”, a difusão de novas ofertas espiritualistas, sobretudo para jovens, e até mesmo gurus de uma nova divisão da literatura de autoajuda, o *time management*.

Apesar de ser um fenômeno de fácil acesso pela consciência, Rosa indica a dificuldade em estabelecer critérios objetivos de avaliação e mensuração da aceleração do ritmo da vida. Observando algumas tendências mais generalizadas na estrutura social e, sobretudo, laboral, parece ser falacioso, ou mero capricho subjetivo, indicar uma aceleração da vida, tendo em vista que tanto as condições materiais de produção, quanto as legislações trabalhistas, propiciaram uma redução considerável do tempo de trabalho desde a Revolução Industrial. Portanto, o problema do aumento do “tempo livre” é uma referência a qual a teoria da aceleração do ritmo da vida deve sempre se voltar, pois aí se encontra uma contradição central para a teoria da aceleração social como um todo (cf. ROSA, 2013, p.123). Por isto, Rosa divide sua análise em dois âmbitos de observação do fenômeno: um objetivo e outro subjetivo. Objetivamente, a aceleração do ritmo da vida é constatável na redução progressiva do tempo destinado a realização de atividades específicas como comer, dormir, relacionar-se com amigos e familiares etc., uma vez que sob a lógica da aceleração os indivíduos buscam fazer mais coisas em menos tempo. Tomando como referência a definição de Simmel de intensificação da vida nervosa, segundo a qual trata-se, neste fenômeno, de um aumento exponencial dos conteúdos da consciência, Rosa diz ser possível averiguar como este crescimento atingiu um ritmo assustador, por exemplo, comparando a duração dos anúncios comerciais da CNN, que, de 30 segundos em 1971, passaram a 5 segundos no início dos anos 2000. No entanto, até mesmo a edição de conteúdos televisivos obedeceu a uma tendência de compressão e fragmentação:

Alguém que assiste um canal livre de comerciais, por alguns momentos, encontra-se exposto a edições de imagem que são essencialmente mais rápidas do que eram até mesmo nos anos 1970, por exemplo. Se tomarmos a definição de Simmel e a duração média de duas horas por dia que são despendidas em frente à televisão, este dado pode ser interpretado como um indicador significativo de aceleração do ritmo da vida: desta perspectiva, o fenômeno observado com espanto por Robinson e Godbey, a saber, o de que quanto mais as pessoas gastam tempo vendo televisão, mais elas reclamam sobre estresse e falta de tempo, não parece nada paradoxal (ROSA, 2013, p. 124).

Para Rosa essa lógica se manifesta, no campo das ações, de três maneiras: na redução da duração de cada ação, na supressão do intervalo entre uma ação e outra, e na sobreposição de uma ação a outra, ou adensamento das ações, o que na linguagem da engenharia de processos produtivos é chamado de *multitasking* (ROSA, 2010, 2013). Mas, para além da pressão temporal direta, externa aos sujeitos, é necessário considerar outros fatores, mais complexos, como a fragmentação e a flexibilização das sequências de ação – propiciadas, sobretudo, pelo desenvolvimento dos aparatos técnicos de comunicação. Rosa fala de uma relação inversa entre o crescimento exponencial dos horizontes possíveis de ação e a qualidade das escolhas tomadas pelos atores – dado que o tempo para tomá-las, diferentemente dos horizontes, não cresce.

Essa consideração pelas características exteriores da aceleração do ritmo da vida não valeria, por si só, para indicar um problema a ser analisado, caso os indivíduos e a vida interior pudessem simplesmente ser adaptados, condicionados ao ritmo socialmente demandado – isto é, se não houvesse um diferencial aceleratório entre o “sistema social” e o “sistema individual”³³. Há que se considerar, portanto, também um lado subjetivo da aceleração do ritmo da vida. Esta dimensão se define pela sensação generalizada de que há um descompasso entre o tempo da vida e o tempo do mundo, sempre mais veloz. A velocidade do mundo, no entanto, não toca o sujeito apenas na forma da aceleração de processos (aceleração técnica), mas sobretudo na forma do contingenciamento das estruturas sobre as quais a vida individual deve ser construída (aceleração das mudanças sociais). É possível encontrar uma homologia entre a ideia de uma “intensificação da vida nervosa” (Simmel) e aquilo que George Beard, o psiquiatra apresentado há pouco, chama de “nervosidade americana” – a neurastenia. Entre seus pacientes, essa fadiga dos nervos parecia resultar de novos fenômenos da vida social, tais quais:

A invenção da imprensa, a expansão do uso da máquina a vapor, na indústria e nos meios de transporte, o telégrafo, a imprensa jornalística, a máquina política dos países livres, as agitações religiosas que são sequelas do Protestantismo [...] além de, mais do que tudo, talvez, o aumento e extensão da complexidade da educação moderna, dentro e fora das escolas e universidades, o efeito inevitável do desenvolvimento da ciência moderna e a expansão da história em todos seus ramos [...] (BEARD, 2002, p. 178).

Por ora vale indicar que, não apenas a velocidade dos eventos, mas também a qualidade dos conteúdos da experiência temporal está na base da mudança de percepção que os sujeitos têm

³³ Esse diferencial, cuja caracterização faz referência implícita a Niklas Luhmann, é explicado com maior acuidade em Rosa (2015c). Ver o capítulo 2.2. deste trabalho.

acerca do tempo de suas próprias vidas. A grandeza *quantitativa* da aceleração social acaba por precipitar-se numa transformação *qualitativa* da experiência do tempo. Assim, a aceleração do ritmo da vida é movida por uma “fome de tempo” (*time famine*), pela necessidade de impulsionar-se a uma maior velocidade e com uma maior disposição ao erro e à contingência no trato com o mundo e com outros indivíduos – consequentemente, por um sentido fundamental de que o tempo é um *bem escasso*. No entanto esta fome de tempo se apresenta como elemento contraditório, tendo em vista o considerável aumento do tempo livre nas sociedades modernas desenvolvidas. Esta relação contraditória toca em uma questão central para a teoria da aceleração social: por que as queixas de pressão temporal, estresse e ansiedade mantêm-se altas em uma sociedade que, como demonstrado, tem como lógica material o constante revolucionamento dos meios de transporte, comunicação e produção, no sentido de *diminuir* o tempo necessário para o cumprimento de tarefas, realização de ações e experiências? Esta questão aponta para o centro de gravidade do sistema explicativo elaborado por Hartmut Rosa.

Nesse ponto é possível se debruçar sobre o paradoxo central analisado pela teoria da aceleração social: o fato de que há uma aceleração da experiência do tempo, isto é, uma aceleração do ritmo da vida, em uma sociedade na qual são desenvolvidas forças técnicas capazes de reduzir progressivamente o tempo necessário para a realização de uma dada atividade. Em termos lógicos, a aceleração técnica deveria resultar numa grandeza inversamente proporcional àquilo que se caracteriza como aceleração do ritmo da vida. A existência deste paradoxo indica a necessidade de uma explicação sociológica – e, talvez, essa seja uma das perguntas subterrâneas que percorrem a obra de Hartmut Rosa em sua totalidade. Para responder esta questão, Rosa inicia por apontar alguns pressupostos a partir dos quais uma sociedade de alto desenvolvimento tecnológico converter-se-ia em uma sociedade de abundância temporal. O mais importante deles diz respeito à natureza de *reprodução* desta sociedade, mais especificamente: para que a técnica aplicada às tarefas cotidianas possibilite maior taxa de ócio, é necessário que a quantidade de tarefas, e sua intensidade, permaneçam sempre as mesmas. Em outra situação, uma sociedade pode ser acometida por uma aceleração social se suas capacidades técnicas forem diminuídas, de modo que a mesma quantidade de tarefas despenda mais tempo. Mas nenhuma dessas situações é equivalente às condições observáveis nas sociedades modernas. Não há uma redução da capacidade técnica, pelo contrário, há um processo de contínuo desenvolvimento – mas, por outro lado, essas sociedades não se reproduzem senão expandindo-se e intensificando-se a si mesmas (cf. ROSA, 2010, p. 21-5).

Sobre a base deste *insight* torna-se evidente que a aceleração do ritmo da vida ou a crescente escassez de tempo são consequências de um crescimento quantitativo que deve ser logicamente independente dos processos de aceleração técnica: nós produzimos, comunicamos e transportamos não apenas mais rapidamente, mas também em maior quantidade do que épocas sociais anteriores. Pois uma diminuição progressiva dos recursos temporais só pode surgir, em princípio, se mais tempo é requerido para realizar uma dada tarefa, isto é, em casos de desaceleração técnica, ou se a *taxa de crescimento* (de produção de bens e serviços, do número de comunicações transmitidas, de distâncias percorridas, de atividades a serem cumpridas) ultrapassa a *taxa de aceleração* dos processos correspondentes (ROSA, 2013, p. 67-8).

A explicação mais adequada para o paradoxo da aceleração do ritmo da vida *a despeito* da aceleração técnica, segundo Rosa, deve ser buscada na relação íntima entre as lógicas de aceleração acima descritas e uma tendência, transversal a elas, que pode ser descrita como *crescimento exponencial* – o que não é senão uma expressão do movimento próprio ao modo de estabilização dinâmica das sociedades modernas. Esta tendência, exposta de modo mais bem acabado no âmbito imediato da produção econômica, é também observável como uma lógica social mais generalizada, que diz respeito não apenas às mediações técnicas da vida cotidiana, mas também aos modos de comportamento, aos horizontes de conhecimento e aos limites normativos. Em um exemplo, Rosa considera duas situações. Na primeira, uma pessoa recebe e responde cerca de dez correspondências por dia, o que toma duas horas de seu tempo de trabalho diário – trata-se de uma época anterior à comunicação por e-mails. Na segunda, essa mesma pessoa, munida de seu computador privado e conectada à internet, poderia reduzir o tempo necessário de ler e responder suas dez correspondências à metade. Mas essa conta pressupõe a manutenção do número de correspondência, o que não ocorre historicamente. Pelo contrário, a quantidade de e-mails a serem lidos e respondidos, diariamente, tende a multiplicar-se consideravelmente, de modo que os ganhos temporais proporcionados pelo melhoramento técnico são sempre convertidos em aumento da quantidade de episódios de ação (ROSA, 2010). De modo sintético, é possível responder ao paradoxo aqui tratado: o ritmo da vida só acelera, a despeito da aceleração técnica, porque existe uma tendência de crescimento exponencial que trespasa e impulsiona para a frente as sociedades modernas, criando um ciclo sempre renovável de aceleração social.

Assim, a hipótese central desse trabalho é a seguinte: *a sociedade moderna pode ser entendida como “sociedade de aceleração” no sentido em que demonstra uma ligação estrutural e cultural altamente condicionada*

(voraussetzungsreiche) entre ambas as formas de aceleração – aceleração técnica e o aumento do ritmo da vida relativo à diminuição dos recursos temporais – e, portanto, também uma forte relação entre aceleração e crescimento. Isso implica que a taxa média de crescimento (definido como aumento da quantidade total de coisas produzidas, comunicadas, de distâncias percorridas etc.) *excede* as taxas médias de aceleração (ROSA, 2013, p. 68-9).

No entanto, não apenas essa razão exponencial entre aceleração e crescimento, em sua expressão quantitativa, pode ser observada como causa da sensação de “fome temporal”. Um dos argumentos que este trabalho busca defender é o de que, mesmo que implicitamente, a teoria da aceleração social indica uma mudança não apenas no ritmo das relações e formas sociais, mas, sobretudo, na substancialidade da experiência do tempo – isto é, como já dito antes, a dimensão quantitativa da aceleração social precipita-se numa mudança qualitativa. Mas aqui cabe explicar de que modo isso ocorre, segundo o argumento desenvolvido por Rosa. Em primeiro lugar, como já indicado, a aceleração técnica possibilitou o estabelecimento de uma base material para as outras duas formas de aceleração, de modo que, a despeito de suas independências lógicas, a inter-relação entre elas constitui uma unidade empiricamente indivisível. Assim, o fenômeno da contração do presente desencadeia um imperativo dinâmico de integração social, o que se traduz, do ponto de vista individual, em um *medo de perder* potenciais experiências e uma *compulsão à adaptação*, devida ao risco constante da obsolescência³⁴ (cf. ROSA, 2013, p. 134). Parte do diagnóstico sociológico elaborado pela teoria da aceleração social é o de que esta forma de integração conduz, sobretudo a partir da última onda de aceleração, a uma necessidade de manutenção das opções em aberto – isto é, uma predisposição à mudança repentina no curso das ações para manter-se ao passo do ritmo do mundo. A consequência desse modo de administração do tempo pessoal é uma des-hierarquização das atividades, uma tentativa de contemporização das várias frentes de atuação individual. Nesta situação fica visível como a precipitação do quantitativo em qualitativo ocorre. Mas é possível observar, em segundo lugar, que essa atitude específica em relação ao tempo implica numa pauperização dos conteúdos da experiência como resultado da necessidade de manter-se “alerta” para a mudança repentina – o que só aprofunda a sensação de que o “tempo voou” e nada de relevante foi feito. Por este motivo Rosa argumenta que os

³⁴ Este ponto toca na questão das formas de sincronização social, o que Rosa toma como âmbito de discussão da “retórica do dever”, cada vez mais presente na dimensão socialmente nomeada como tempo livre. Os sujeitos passam a justificar suas escolhas estritamente pessoais a partir de uma noção de dívida: devo cuidar melhor do meu corpo, procurar o melhor servidor de internet, fazer novos amigos, viajar e conhecer culturas diferentes etc. A retórica do dever aparece como um desmentido da pretensão de autonomia e do próprio caráter “livre” deste tempo. Em seu esboço de um modelo crítico para a sociedade de aceleração social, Rosa inclui este aspecto sob a noção de “totalitarismo da aceleração social” (ROSA, 2010, p. 61-3).

achados dos *surveys* que indicam um aumento do tempo gasto em frente a televisão não contradizem a teoria da aceleração social – até mesmo o confirmam. O conteúdo desse tipo de experiência adequa-se muito bem às formas temporais da sociedade de aceleração: o caráter randômico e fragmentário das programações televisivas (obviamente, tendo em vista o curso do mundo desde que Rosa escreveu esta obra, também dos conteúdos acessados pela internet: audiovisuais, redes sociais, jogos etc.) não requer atenção e concentração profunda, de modo que seus conteúdos podem ser interrompidos a qualquer momento. Além disso, esta forma de entretenimento carrega consigo a promessa de gratificação instantânea – o que funciona como um reforço positivo para o *modus operandi* dos imperativos de integração social próprios à fase contemporânea da aceleração social. Não obstante, esta última característica conduz à contradição de cada vez mais tempo ser dedicado a atividades cujo tempo não é cumulativo, o que só aprofunda a sensação de aceleração.

1.3. Motores e sistemas aceleratórios

Nas duas obras centrais de sua teoria da aceleração social, Hartmut Rosa se debruça sobre o problema das causas deste fenômeno, e há uma diferença significativa em sua definição entre as duas obras, o que será objeto de análise nos próximos parágrafos. No entanto, é possível apontar aqui alguns aspectos gerais daquilo tratado por “motores externos” da aceleração social e da configuração de um sistema “autopropulsado” de aceleração. Numa consideração acerca das determinações basilares dessas forças de aceleração, Rosa alerta para a necessidade de buscá-las nas conexões internas das três dimensões da aceleração social, e não na subsunção de uma dimensão a outra. Esse tipo de operação é feita, por exemplo, por Paul Virilio (1996), ao reduzir todas as manifestações à aceleração técnica, por Hermann Lübbe (2009), que toma a aceleração das mudanças sociais como polo de determinação ou, ainda, por Georg Simmel (2005), que o faz a partir da aceleração do ritmo da vida (ROSA, 2013). Essas conexões internas, no entanto, são resultados de forças motoras que as impulsionam, de modo que não se pode dar por concluída a exposição das características básicas do fenômeno da aceleração social sem que se trace algumas linhas gerais acerca dessas forças.

Em primeiro lugar, Rosa indica o *motor econômico*: propriamente, a lógica de valorização do capital e sua tendência interna à transformação do tempo em um bem escasso na medida em que o tempo socialmente necessário para a produção do valor de troca de uma mercadoria é progressivamente diminuído pelo sistema concorrencial e pela constante aplicação da ciência e da técnica na produção. A dissolução da relação entre produção e

satisfação de necessidades, própria às economias não capitalistas, em função do advento de uma economia de valorização do capital – que tem como consequência um círculo produtivo no qual a produção se dá com a finalidade de gerar mais produção –, coloca em movimento estruturas materiais que até então operavam no sentido de suprir necessidades relativamente estáticas. Estabelece-se uma lógica de crescimento escalar (*Steigerung*), na qual o aumento exponencial da capacidade produtiva implica diretamente numa transformação da relação com o tempo – isto é, comprime-o. O crescimento das taxas de lucro de um produtor depende da quantidade de tempo que este dispõe – e essa quantidade está diretamente ligada à sua capacidade de produzir sempre mais dentro de uma mesma unidade de tempo. Não é preciso análise detida para perceber que este motor externo está intimamente ligado à aceleração técnica.

Em segundo, tem-se um *motor cultural*, através do qual é possível analisar o surgimento, no desenvolvimento da modernidade, de uma nova concepção de boa vida. Para Rosa, essa concepção tem suas raízes no processo de secularização do Ocidente moderno, de modo que recorre à ideia de racionalização, central para Max Weber, para definir parte do escopo da boa vida moderna. Trata-se de apenas uma parte, pois a racionalização e o uso metódico do tempo não se justificam por si mesmos. Se num primeiro momento sua justificativa apoiava-se na ideia de que os bons frutos do trabalho sistemático eram amostras de uma boa aventura vindoura, transcendental, num segundo momento, já avançado o processo de secularização, essa justificativa dá lugar a uma *promessa* mundana, intimamente vinculada à economia monetária e sua potencialidade infinita de intercâmbio de valores, a qual Rosa descreve, sinteticamente, como um *pathos pela progressiva expansão das experiências possíveis*. Por um lado, a ruptura com a tradição coloca em movimento formas de vida progressivamente autonomizadas, de modo que o horizonte de experiências possíveis de uma única vida humana amplia-se substantivamente. Por outro, essa mesma ruptura engendra processos sociais e formas culturais que ampliam, exponencialmente, a quantidade de experiências oferecidas pelo mundo, de modo que esse pareça sempre inalcançado pelos indivíduos, a despeito de sua fome de experiências. Essa situação, na qual o tempo da vida é sempre menos veloz que o tempo do mundo, para Rosa, fornece as bases para a promessa moderna, segundo a qual o aumento do ritmo da vida conduz a uma vida plena, isto é, quanto mais rapidamente alguém conduz sua vida, melhor suturará aquele descompasso entre o tempo finito da vida humana e o tempo em constante expansão do mundo moderno. Em termos lógicos, a aceleração da vida, levada às últimas consequências, pode ser um substituto para o tempo sacral, pois aquele que vive infinitamente mais rápido pode viver duas, três ou,

até mesmo, infinitas vidas. De certa forma, a aceleração é a resposta moderna à morte (ROSA, 2013).

Por fim, Rosa delinea uma terceira forma de força propulsora à aceleração social, que pode ser compreendida como *temporalização da complexidade*, isto é, a necessidade de ordenação temporal e sincronização de esferas de ação com ritmos particulares, resultantes de um processo de diferenciação e complexificação próprios à modernidade. A esse processo Rosa dá o nome de *motor social*, uma vez que, inspirado na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, compreende-o como resposta sistêmica à necessidade de, ao mesmo tempo, possibilitar o funcionamento independente de sistemas sociais autônomos, e sua coordenação através de imperativos sincronizadores. De um lado, a diferenciação funcional possibilita o atendimento das demandas de aceleração, pois conduz cada sistema social a um ritmo que lhe é próprio, externalizando problemas e fricções que não pertencem a este ou aquele sistema. Por outro lado, o aumento da complexidade, do ponto de vista do ator, demanda uma atitude temporalizadora deste, isto é, a projeção no futuro das opções que se abrem no presente, mas não podem ser realizadas de imediato. Essa relação desenvolve um motor de aceleração porque engendra a dinamização das esferas de ação – que, de início, se diferenciam como resposta à demanda por aceleração –, ao mesmo tempo em que adensa o horizonte de opções individuais e escolhas sistêmicas, cujo resultado é a progressiva projeção de ações a serem tomadas no futuro (ROSA, 2013).

No entanto, em *Alienation and Acceleration*, a definição das causas da aceleração social é visivelmente modificada, o que pode sinalizar algumas alterações da teoria em seus fundamentos. Expor-se-á brevemente essas alterações sem a pretensão de buscar uma síntese, por ora. Esse objeto será minuciosamente analisado em um ponto adiante do trabalho. Em relação aos “motores externos” da aceleração social, Rosa enumera apenas dois. O *motor social*, que na obra anterior servia de insígnia para os processos de diferenciação funcional e temporalização da complexidade, dá lugar à noção de *competição* como um princípio dominante de alocação de recursos nas sociedades capitalistas modernas, definição muito similar à atribuída ao motor econômico na obra anterior – motor esse que já não aparece como força independente aqui. Em segundo lugar é apontado, com a forma idêntica à precedente, o *motor cultural*, em relação ao qual todas as características próprias à atitude moderna para com o tempo – racionalização, secularização e maximização das experiências – são apresentadas (ROSA, 2010). Por fim, nesta obra, a noção de temporalização da complexidade – o que, na obra anterior, aparecia como motor social – já não aparece, para o que é permitido atribuir como causa algumas objeções como a de William Scheuerman (2003), que questiona

a plausibilidade de tomar o processo de diferenciação funcional como uma causa independente.

Além do chamado motor cultural, outro aspecto que se mantém idêntico nas duas obras, e que diz respeito às sustentações da aceleração social, é aquilo que Rosa descreve como *círculo de aceleração* (ROSA, 2010, 2013). Em termos simples, o círculo da aceleração é o resultado da relação mútua entre as três formas de manifestação da aceleração social, acima descritas. A aceleração do ritmo da vida, ao chegar a certos limites físicos, demanda aplicações técnicas que, conseqüentemente, alimentam a aceleração técnica, e essa, por sua vez, impulsiona em grande medida as mudanças mais profundas da sabedoria prática, intensificando as mudanças sociais. Sob a pressão de mudanças sociais progressivamente mais velozes, os indivíduos são exortados a suturar as diferenças entre o ritmo do mundo e o ritmo de suas vidas. *Assim, segundo Rosa, em dado momento da modernidade, o círculo de aceleração torna-se tão coeso em sua autopropulsão que já não é mais necessário referir-se a cada motor externo em sua especificidade* (ROSA, 2010).

Mas essa dimensão causal da aceleração social necessita alguma análise mais detida, como indicado acima.

Como dito há alguns parágrafo atrás, os fenômenos da aceleração social se expressam, em seu aspecto propriamente fenomênico, como um arranjo paradoxal, cuja explicação deve advir de uma força que está, por assim dizer, “por detrás” dele. Em sua primeira aparição integral (ROSA, 2003), bem como em sua elaboração mais detalhada em forma de livro (ROSA, 2013), a teoria da aceleração social parece pagar altos tributos à teoria dos sistemas, segundo a qual não existe um “centro” ou uma “origem” das causas que atuam por detrás da sociedade – o que se revela, entre outras ocasiões, na insistência de Rosa na não subsunção de um “motor externo” aceleratório por outro, isto é, no fato de serem independentes em sua atuação e em sua lógica interna. Essa *autopoiese* de cada motor teria sua correspondência externa na lógica inerente de cada uma das três categorias da aceleração social. Assim, a tentativa de Rosa em não deixar nada de fora de sua categorização – o que resulta em uma sistematicidade que muitas vezes desencoraja o leitor – tem seu cume na complexa estrutura explicativa que aponta, de modo direto e rígido, cada dimensão da aceleração a um motor específico (cf. ROSA, 2003, p. 12). Dessa forma, a aceleração técnica liga-se diretamente ao motor econômico, a das mudanças sociais ao processo de diferenciação e complexificação social e, por fim, a do ritmo da vida, ao motor cultural da modernidade. Por outro lado, Rosa concebe a formação de um “círculo aceleratório”, um fechamento da lógica de aceleração sobre si mesma – resultado da sedimentação histórica das formas de aceleração em uma

estrutura que se justifica por si. A partir dessa sedimentação não seria mais necessário remeter cada dimensão da aceleração a um motor específico, pois todos estariam interligados em sua cadeia de atuação. Ora, daí deriva a estranha afirmação de que tanto os motores da aceleração quando os fenômenos que deles resultam são *logicamente* independentes, mas *empiricamente* interligados (ROSA, 2013, p.71). Não seria mais consequente admitir que a incongruência lógica desses fenômenos – como a identificada no paradoxo entre aceleração do ritmo da vida e aceleração técnica – é resultado, justamente, de sua existência *empiricamente contraditória*? William Scheuerman (2003) parece ter sido o primeiro a notar uma possível fraqueza nessa estrutura explicativa, e, sobretudo, o risco iminente de precipitar-se um ecletismo metodológico desnecessário. A preocupação em desenvolver uma explicação não nuclear para o fenômeno da aceleração parece reverter-se, no entanto, no calcanhar de Aquiles de um projeto intelectual tão prenhe de consequências como o de Rosa. A impressão deixada pelos seus escritos é a de um certo pudor em relação a qualquer afirmação que possa remeter à ideia de origem ou que dê ares de monocausalidade. Se essa atitude promove a virtude de não ser pretenciosa, por outro lado inibe a teoria de penetrar na nervura dos fenômenos. É verdade, no entanto, que em seu livro sobre alienação (ROSA, 2010), essa estrutura explicativa é remodelada, e o movimento que essa mudança descreve pode ser tomado como um ponto de partida para operar uma outra hipótese acerca da relação entre os fenômenos da aceleração social e sua causalidade. Assim, deter-se-á um pouco mais sobre o problema da causalidade na teoria da aceleração social.

Existe uma distinção, mais ou menos evidente, entre causas (motores) *estruturais-sociais* e *culturais*, na teoria de Rosa. A segunda delas é claramente resumida no “motor cultural” da aceleração social, mas a primeira é objeto controvertido. Apesar de não torná-la explícita, essa contenda aparece, na exposição da teoria, da seguinte forma: o que faz das estruturas da sociedade de aceleração dinâmicas são as forças econômicas do capitalismo ou o processo de diferenciação dos sistemas sociais? Rosa vê nessa possível questão – ou, melhor, objeção – à sua teoria um falso problema:

Um olhar mais próximo rapidamente esclarece, entretanto, que ambos esses fatores causais resultantes, de um lado, da forma modelar de diferenciação social, e de outro, de um ‘código operacional’ especificamente econômico, são de fato distinguíveis entre si de uma forma analiticamente clara e empiricamente adequada (ROSA, 2013, p. 185).

Ou seja, afirma-se com isso que o processo de “temporalização da complexidade”, cuja indumentária conceitual deriva diretamente de Niklas Luhmann (1978), é um fenômeno que

se basta a si mesmo, enquanto a lógica operativa do capitalismo – que também é um componente estrutural – é, pelo menos nos primeiros escritos, resguardada sob o “sistema econômico”. Sua solução é, como dito acima, evitar o monocausalidade. Mas daí o perigo de resvalar, apesar da boa intenção, em alguma espécie de ecletismo. Para Scheuerman, com isso, Rosa apenas repete o jargão da teoria dos sistemas de que a diferenciação social deve ser considerada um motor *independente*, sem, no entanto, explicar o porquê (SCHEUERMAN, 2003, p. 42). Mas nesse ponto deve-se defender Rosa: ele o faz – mas, como apontará o presente trabalho, de modo deficiente. Especificamente, dois motivos são levantados por Rosa, em sua própria defesa: um *endógeno* e outro *exógeno*. (1) Os sistemas sociais, na medida em que autonomizam sua operacionalidade e encerram-se sobre si mesmos, passam a fiar sua existência na continuidade, isto é, na duração autorreferente de suas atividades. Assim, por exemplo, a imprensa, ao passo que se torna uma atividade especializada – “autônoma” – deve produzir notícias diariamente, mesmo que essas escassem. Como Türcke (2010) bem notou, essa condição inverte a lei básica da notícia: de “comunicado, porque importante” a “importante, porque comunicado”. Ora, uma vez postos sobre os próprios pés, cada sistema externalizará os elementos que interrompem seu movimento, criando subsistemas *ad infinitum*, de modo que o resultado é a criação de um ambiente altamente complexo, no qual cada ator é magneticamente atraído pela lei interna de cada sistema – que sempre tende a ser a única lei – tendo que, por isso, sequencializar sua participação em cada um, suspendendo sua atuação em determinado sistema para atualizá-la posteriormente. Daí o motivo endógeno: a tendência interna do processo de diferenciação social conduz a uma estrutura temporal que, do ponto de vista do ator, é altamente dinamizadora: suas ações devem ser mensuradas, temporalmente, pela sequência de ações com a qual hipotecou seu futuro. (2) Mas o principal motivo é exógeno: o ambiente no qual o sistema se assenta torna-se, como resultado da própria diferenciação social, altamente instável, fazendo com que cada sistema busque constante e velozmente antever e adaptar-se às mudanças que se afiguram, sob a pena de tornar-se disfuncional. Assim, o “declive escorregadio” que deve ser enfrentado por cada ator tem seu correspondente estrutural, e a “contração do presente” também se manifesta como código operacional imposto pelo ambiente complexo dos sistemas a cada sistema particular. Desta feita, a diferenciação social é apresentada como uma causa da aceleração social estruturalmente independente. Levanta-se a seguinte questão, no entanto: a diferenciação social explica, como Rosa bem o mostrou, o mecanismo de complexificação das escalas temporais e, conseqüentemente, a transferência desse movimento para os atores – mas também explica o *porquê*, isto é, o motivo pelo qual sistemas são autonomizados e produzem

uma complexidade escalar? Rosa diria: pela necessidade de automanutenção e para manterem-se ao passo da dinamização imposta pelo “ambiente de sistemas”. Mas não é evidente que essa “necessidade sistêmica” só existe por que há um preço a ser pago pelo seu não atendimento – isto é, um preço que diz respeito a algo *outro* que não o processo de diferenciação social em si, e que, portanto, subordina este último?

Vale aqui, para seguir o exemplo do “sistema dos meios de comunicação”, e tomando as considerações de Türcke a esse respeito, esboçar uma outra maneira de compreender as causas estruturais da aceleração social. O apelo constante a uma justificativa *autopoiética*, que possui seu momento de verdade na medida em que, pelo menos desde Weber, a sociologia é consciente da formação de esferas de valor autônomas, bloqueia justamente a percepção do *outro* que se manifesta nela. “Pensar sistematicamente parece significar não poder pensar genealógicamente em pontos decisivos”. O ponto decisivo, para Türcke, é a lógica econômica expressa na concorrência entre os meios de comunicação enquanto sustentáculo do “fechamento operativo” desses últimos. Assim, o limite da autonomia do “sistema dos meios de comunicação” – sua subsunção à lógica econômica – é, ao mesmo tempo, sua condição.

[...] não é nos meios de massa que se decide sobre seu funcionamento autônomo. Eles mantêm-se funcionando enquanto *forem* mantidos funcionando – através da pressão econômica, que preserva a sociedade unida e que, por sua vez, é preservada em alta atividade pelo sistema nervoso dos indivíduos que lhe são subordinados. A lógica própria dos meios de comunicação de massa é assim também uma lógica extrínseca. Sob um ponto de vista, ela é algo em si próprio, sob outro, apenas emprestada; em um, real, em outro, tão somente aparência, porém não como um mero engodo, mas como fenômeno de algo que ela mesma não é, mas que nela vem à tona. Esse ser-um e ser-diferente simultâneo do mesmo e do estranho, do ser e da aparência, do fenômeno e daquilo que nele vem à luz, nele manifesta-se e esconde-se, satisfaz as condições da *dialética* (TÜRCKE, 2010, p. 31).

Elaborando sobre essa formação contraditória do sistema de comunicação, se é permitido estender, *mutatis mutandis*, o que há de essencial nesse sistema a todos os outros sistemas sociais – isto é, sua qualidade de *funcionar* encerrado sobre si mesmo –, parece que se toca em uma nervura estrutural da sociedade de aceleração social. Há uma síntese, nesses termos, daquela ordenação analítica das causas estruturais identificadas por Rosa: a diferenciação funcional torna-se um fenômeno do imperativo de acumulação – e mobilização total – do capital, não no sentido de ser um véu que recobre algo mais verdadeiro, mas no sentido mais primordial de algo através do qual é possível enxergar, e em cuja manifestação se realiza algo *outro*. É verdade que Rosa começou a caminhar nessa direção em uma fase mais avançada de

sua conceituação desse problema. Em *Alienation and acceleration*, como já observado, a insistência sobre o caráter autônomo da temporalização da complexidade parece ser abrandada, e isso é visível na mudança expositiva com a qual Rosa caracteriza os “motores” aceleração social. O “motor econômico” e o “motor socioestrutural” do primeiro livro são contraídos em “motor social: competição”: “[...] o princípio dominante básico de alocação em quase todas as esferas da vida social nas sociedades modernas é a lógica de competição”³⁵ (ROSA, 2010, p. 27). De alguma forma, no entanto, essa prevalência da lógica econômica já pode ser vislumbrada quando Rosa assume que parte fundamental do diagnóstico da contemporaneidade³⁶ reside na observação da deformação de estruturas sociais – como o Estado, o mundo laboral e a família – como resultado de pressões oriundas da aceleração de processos econômicos. É evidente, porém, que esses processos econômicos não são, por si só, uma explicação para o fenômeno da aceleração social – são, conclui-se aqui, o impulso que fornece o substrato material para o processo de mobilização das estruturas sociais, cuja efetivação não pode ser compreendida, no entanto, sem a dimensão cultural e valorativa que o envolve. O projeto normativo da modernidade, “motor cultural” da aceleração social, constitui, em relação a tais impulsos econômicos, uma “afinidade eletiva” incontornável (ROSA, 2015c).

1.4. Clivagens temporais: as categorias de inércia

É preciso ainda apresentar em maior detalhe o segundo dos paradoxos mencionados anteriormente, a saber, o da *conversão da aceleração social em cristalização temporal*³⁷. Para tal, é necessário recorrer ao quadro das categorias analíticas de movimento e inércia, através dos quais é possível apreender o fenômeno da aceleração social não como uma torrente de dinamização linear e, com isso, apontar para o fato de que, a despeito da tendência geral ao aumento contínuo das velocidades sociais, tal fenômeno incorpora em si dimensões inertes. Hartmut Rosa classifica essas dimensões como em categorias tais que descrevem *limites, disfuncionalidades, intencionalidades e inerências*. Essas rubricas são interpretações deste trabalho, mas sua pertinência será demonstrada desenvolvendo, dentro das presentes

³⁵ Essa posição fica evidente quando, em entrevista, Rosa declara: “Na sociologia existe essa grande discussão: é a sociedade capitalista que produz uma estrutura diferenciada para a circulação do capital, ou é a sociedade diferenciada uma estrutura na qual o capitalismo é apenas um modo de produção? Se eu tiver que escolher entre essas duas opções, ficaria com a primeira. Então, por isso, a diferenciação funcional não é completamente independente” (ROSA *apud* TZIMINADIS, 2017b).

³⁶ Ver capítulo 2 deste trabalho.

³⁷ A explicação completa deste problema pode ser verificada, no entanto, ao longo dos capítulos 2 e 3.

proporções, aquilo que o sociólogo denomina “cinco categorias de inércia” da teoria da aceleração social (ROSA, 2013).

Entre as categorias que descrevem limites à aceleração social, Rosa aponta a) *as velocidades-limite naturais e antropológicas*, e b) *as ilhas de desaceleração* que resistem às forças sociais circundantes. Da primeira categoria, trata-se de condições cuja temporalidade e processualidade não podem ser alteradas a não ser com um custo da alteração qualitativa dos fenômenos aos quais se referem. Pode-se pensar em fenômenos biológicos, do corpo humano ou de outras materialidades naturais, como os processos sazonais, por exemplo. É possível mencionar, também, as condições cognitivas e sensitivas que apontam limites físicos e antropológicos do corpo humano. Mas em relação a esse último domínio, deve ser considerada certa elasticidade, tendo em vista o próprio processo histórico de formação da subjetividade e das faculdades cognitivas e sensíveis dos indivíduos modernos. Paradigmático nesse aspecto é o trabalho de Wolfgang Schivelbusch (2014) sobre as primeiras viagens ferroviárias e seu impacto sobre as formas de percepção do tempo dos primeiros passageiros. O desenvolvimento de novas formas de percepção está aqui atrelado à reação dos sujeitos a uma experiência de choque, que resulta em primeiro plano num mal-estar e, consecutivamente, no desenvolvimento de mecanismos de defesa que, entretanto, transformam-se eles mesmos em novos marcos da sensibilidade. Contemporaneamente, conjectura-se que a longa exposição a experiências de choque progressivamente violentas, estaria encaminhando a modernidade a um limite estético, para o qual o mal-estar não seria acompanhado de um novo mecanismo de defesa, mas de um desfalecimento psicológico (cf., em detalhe, ROSA, 2011). Segundo essa hipótese, as manifestações contemporâneas do mal-estar psíquico – como a depressão e a síndrome de *burnout* – não seriam apenas mais uma forma de processo de transição entre duas épocas distintas, mas estariam sintomatizando um limiar crítico das faculdades sensíveis. No entanto, aventa-se com cada vez mais nitidez, como bem observa Rosa, a transposição desses limites antropológicos através da implantação de próteses corporais e outras técnicas de adestramento cognitivo e sensorial (ROSA, 2010, 2013).

As ilhas de desaceleração, enquanto segunda forma de categoria limite, descreve aquelas formas sociais e culturais que permanecem, em maior ou menor medida, intocadas pelas tendências de desenvolvimento da modernidade, mesmo que ao preço do isolamento e do baixíssimo grau de integração. O exemplo utilizado por Rosa é o dos *Amish* nos Estados Unidos, que se organizam culturalmente e orientam suas ações em relação a valores e padrões de relacionamento relativamente autônomos em relação à sociedade nacional dentro da qual

se alojam. À resistência desses grupos e lugares aos desenvolvimentos modernos concede-os a aura de atemporalidade, atributo que lhes garante um status de *oásis de desaceleração*. Mas o anacronismo idílico dessas formações sociais é posto também sob alta pressão externa e, conseqüentemente, sob o risco de erosão. Quanto maior sua resistência à integração das forças modernas, mais devastadora tende a ser a potência dos choques aos quais estão expostos. Assim, essa forma de desaceleração, segundo Rosa, não pode ser vista como contratendência à aceleração social, mas apenas anteparos cuja resistência é progressivamente minada (ROSA, 2010, 2013).

As formas de *disfuncionalidade* são c) *efeitos colaterais* à aceleração social, que podem ser percebidos na intensificação dos engarrafamentos do trânsito de grandes cidades em função do aumento excessivo de veículos trafegando ao mesmo tempo, ou mesmo na saturação de canais de dados. Rosa elenca outras formas de desaceleração não intencional disfuncional, como a relação entre o desenvolvimento vertiginoso do ritmo da maquinaria industrial, sobretudo a partir das últimas revoluções tecnológicas, e o desenvolvimento de uma taxa cada vez maior de desemprego estrutural, isto é, de pessoas que são lançadas na temporalidade pantanosa da eterna espera por reintegração ao mercado de trabalho. Mais: o desenvolvimento desigual da capacidade aceleratória entre sistemas sociais distintos, fenômeno tratado aqui como dessincronização, acaba por causar fricções sistêmicas que também se convertem em desaceleração disfuncional. Por fim, uma manifestação dessa forma de desaceleração está intimamente ligada ao que se expôs acima como limites críticos das faculdades sensíveis e cognitivas, a saber, o desenvolvimento difuso de depressões e outros quadros clínicos relacionados à experiência temporal. Essa precipitação de mal-estares psíquicos pode também ser abordada pela categoria da disfuncionalidade porque diz respeito a um efeito colateral à aceleração abrupta do ritmo da vida, bem como denota uma forma de dessincronização entre o tempo do mundo e o tempo da vida (ROSA, 2010, 2013).

Entre as d) *intencionalidades*, enquanto categoria analítica de desaceleração é possível observar, de forma genérica, duas formas. A primeira é chamada por Rosa de *desaceleração como oposição ideológica*, e diz respeito às formas conscientes e diretamente intencionadas de demanda por desaceleração, algo que aparece ao longo da história da modernidade como reação ideológica à dinamização da sociedade e da cultura. Esses movimentos pró-desaceleração orientam-se pela negação dos processos de modernização e pelo ideal romântico de um passado pré-moderno estável. Aqui é possível encontrar similaridades desagradáveis entre os mais radicalizados dos ambientalistas e o mais fanático dos terroristas religiosos. A segunda, também uma maneira intencionada de demanda por desaceleração, é

denominada como *desaceleração aceleratória*, e pode ser lida como estratégia de aumento das capacidades de aceleração através da desaceleração. Veja-se, por exemplo, a crescente preocupação de grandes empresas em proporcionar a seus funcionários alguns minutos de atividade de relaxamento, ou os retiros espirituais de Bill Gates, ou até mesmo as moratórias institucionais, cuja finalidade é resolver problemas sistêmicos, sem as quais é impossível dar um passo adiante no caminho da aceleração infinita (ROSA, 2010, 2013). Essas duas formas de desaceleração, apesar de serem as mais palpáveis e evidentes, são as que menos estão conectadas internamente ao fenômeno da aceleração social, e, portanto, as que menos reverberam nas preocupações do presente trabalho. Obviamente, em sua posição elas descrevem um tipo de ideologia, a qual não pode ser ignorada por aquele que pretende compreender os efeitos do regime de aceleração sobre a vida concreta de seus sujeitos.

Por fim, Rosa apresenta a mais paradoxal das formas de desaceleração, e a mais inerente ao fenômeno da aceleração social, como e) *cristalização e enrijecimento cultural e estrutural da experiência do tempo* ou, de modo mais sintético, como “frenesi em suspensão” (*rasender Stillstand*). Essa forma de desaceleração diz respeito à percepção cultural segundo a qual, a despeito da dinamização inaudita que acomete as sociedades contemporâneas, há uma rigidez infraestrutural, uma cristalização dos movimentos com a qual nenhuma mudança profunda pode advir (ROSA, 2010, 2013). Aí reside o ponto nodal do segundo paradoxo da aceleração social, e o caminho para entendê-lo passa pela exposição detalhada do fenômeno do frenesi em suspensão, o que aponta para várias entradas, que serão expostas adiante. Dado fundamental dessa categoria é que, diferentemente das outras formas de desaceleração, que aparecem como resistência ou reação à aceleração, essa é um produto interno e contrapartida necessária do estágio atual da modernidade. Essa espécie de “negativo” da aceleração será exposta a seguir a partir de uma análise das mudanças estruturais e subjetivas do novo estágio civilizacional do processo de aceleração – isto é, uma análise do espraiamento do fenômeno da dessincronização e das estratégias individuais desenvolvidas em consequência desse fenômeno. Por fim, o frenesi em suspensão será tomado como categoria central do modelo crítico que Rosa desenvolve a partir de sua teoria da alienação, enquanto estado anímico patológico inerente à subsunção da vida ao regime de aceleração.

Capítulo 2 – Diagnóstico do tempo: limiares críticos do tempo presente

2.1. Trabalho flexível, revolução digital, 1989

Como já dito anteriormente, a teoria da aceleração social defende uma reinterpretação das categorias-chave do processo de modernização a partir de uma perspectiva temporal, e até

mesmo uma proposição segundo a qual a única ideia que fornece coesão ao conjunto destas categorias é a de *aceleração*. Tomando a perspectiva de uma autopercepção cultural da modernidade sobre si mesma, Rosa identifica dois grandes surtos de aceleração – o que se adequa à sua ideia de que o processo de aceleração social ocorre em ondas, e não linearmente – a partir dos quais é possível demarcar duas mudanças de época fundamentais para a orientação do pensamento das ciências sociais. A primeira destas ondas é localizada por volta dos anos 1900, como consolidação dos desenvolvimentos políticos e econômicos que desde o final do século XVIII determinaram o curso da história no Ocidente. A segunda, no entanto, precipitou-se como resultado de um processo relativamente mais curto, e sua aparência ganha forma antes mesmo da virada do último século, por volta do ano de 1989. Se a primeira onda de aceleração foi objeto de reações filosóficas, literárias e até mesmo clínicas, não é de se espantar que o mesmo tenha acontecido com a segunda. No discurso sociológico este período presenciou uma expansão considerável de seu léxico: segunda modernidade, modernidade reflexiva, líquida, tardia etc. Da filosofia, da estética, dos estudos culturais e literários não faltaram proponentes de uma pós-modernidade, que não apenas denota um enfraquecimento do panorama mental e da estrutura institucional da modernidade, mas uma ruptura completa com o projeto moderno: fim do sujeito, da sociedade, da história etc. Todas estas manifestações se envolvem, implícita ou explicitamente, com uma avaliação do tempo, sobretudo em sua camada epocal, mas é possível encontrar nelas a expressão de uma mudança na experiência do tempo mais generalizada. Assim como na primeira onda de aceleração personagens como George Beard identificavam o novo ritmo da vida a uma fadiga nervosa ameaçadora da própria civilização, desde que se seguiram os eventos do último *fin-de-siècle* novos signos, como os do *burnout*, da depressão, da *hurrysickness*, entre outros, ocuparam os horizontes das clínicas e até mesmo dos *managers*. Mas, tomada como categoria interpretativa, como a aceleração social pode lançar luz sobre estes fenômenos da percepção? Rosa respondeu a esta pergunta da seguinte maneira:

Um outro aspecto do qual me orgulho da teoria da aceleração social é que ela fornece ferramentas para realizar uma distinção clara entre a modernidade tardia e aquilo que chamo de modernidade clássica. Acredito que na época de Simmel, ou na de Marx, o que se apercebeu foi, juntamente à dinamização da sociedade, que ela movia-se para frente. Diria, como Reinhart Koselleck, que houve uma apreensão temporalizada da história. Nos fins do século XIX e início do XX, por exemplo, havia uma forte impressão de que a história possuía uma direção, e todas as teorias da modernização foram elaboradas sobre essa ideia de que a sociedade tornar-se-ia gradativamente mais mercantilizada, judicializada, burocratizada, diferenciada etc. E esse mesmo processo era percebido em relação às vidas

individuais, curiosamente. É possível observar que depois do século XVIII as pessoas começaram a abandonar aqueles tipos de vida errática na qual não se sabia ao certo o que o futuro poderia trazer. Começaram a investir, por exemplo, em educação: era necessário ir à escola para que, mais tarde, pudessem arrumar um emprego. Ou, com o desenvolvimento do Estado de bem-estar, surgiu a perspectiva de que por volta dos 60 anos era possível retirar-se da vida laboral. Portanto havia uma ideia muito clara de que era possível projetar o futuro em uma direção adiante – o futuro social e individual. E eu me refiro a essa situação como sociedade de mudanças de ritmo geracional. Isto é, uma situação social na qual quando uma avó fala com seu neto, ela diz: “Olha, criança, na minha época, no meu tempo, fazia muito sentido ser um carpinteiro, mas no seu, talvez não”. Ou: “Na minha época era impensável que dois homens pudessem viver juntos, mas na sua época isso pode ser aceitável”. Esse ritmo de mudança denota que cada nova geração deverá criar seu próprio mundo, seus próprios empregos, suas próprias estruturas familiares e seus próprios lugares para viver. E hoje, no que eu chamo de modernidade tardia, cuja condensação localizo nos anos 1990, o ritmo das mudanças tornou-se muito rápido para esse tipo de troca geracional: ele alcançou uma velocidade intrageracional. Aqui aquela conversa entre avó e neto, na qual se poderia dizer “meu tempo e seu tempo”, perde o sentido. Ambos poderiam concordar que, *neste exato momento*, o Brasil ou a Alemanha são países democráticos, mas talvez *amanhã* as coisas sejam diferentes. Começa a emergir um tipo de mudança errática e impulsiva, de modo que perdemos a sensação de mover-se para frente. De alguma forma perdemos o senso de futuro. A ideia de progresso foi perdida. A sociologia pode demonstrar que, ao longo de muitas gerações, desde o século XVIII, os pais estiveram convictos de que trabalhariam muito, com o fim de proporcionar a seus filhos uma vida melhor. Mas agora isso mudou. Em grande parte dos países – talvez isso não seja verdade para o Brasil – os pais estão cada vez mais convictos de que fazem tudo o que está ao seu alcance para permitir que seus filhos permaneçam onde estão, para que suas vidas não regridam. E eu acredito que isso começou a mudar realmente por volta do ano 1990, pois os processos de aceleração social ocorrem em movimentos ondulares, e é justamente nesse período que pelo menos três ondas de aceleração se manifestaram. Uma delas foram as revoluções políticas que levaram à queda do Muro de Berlim e do bloco comunista. A Europa do Leste e a Eurásia possuíam uma temporalidade distinta, e a confrontação entre os blocos funcionava como uma barreira de velocidade. Dessa forma, as revoluções políticas significaram a abertura de uma vastidão de terras e populações à lógica da aceleração. Uma segunda onda teve a ver com a reforma dos mercados financeiros no sentido de desregulação e privatização, o que costumamos chamar de neoliberalismo – o que está relacionado em grande medida com a transformação do modo de produção fordista. E, por fim, obviamente, a revolução digital e o advento da internet (ROSA *apud* TZIMINADIS, 2017b).

Parte fundamental do diagnóstico do tempo presente elaborado por Rosa consiste em explicar a cesura entre estes dois momentos do processo de aceleração social. Observar que entre as características desta virada está uma perda de mobilidade não contradiz a tese de uma intensificação do processo de aceleração social. Aliás, esta forma de estar no tempo é bem captada pela ideia central do frenesi em suspensão (*rasender Stillstand*). A condição descrita na resposta de Rosa é desenvolvida ao longo do conjunto de ideias, observações e proposições

acerca da época contemporânea na teoria da aceleração social. É possível apreendê-las em três categorias desenvolvidas no âmbito deste diagnóstico, categorias essas que se interpenetram, mas que podem ser analisadas separadamente. Como destacado em uma das primeiras amostras da teoria da aceleração social, Rosa (2003) fala de uma sociedade de “aceleração dessincronizada” para caracterizar o elemento de distinção da fase contemporânea da aceleração. (1) Dessincronização significa aqui um problema de ordem estrutural, que diz respeito às fricções causadas pela desigualdade de aceleração entre cada sistema social, de modo que o *modus operandi* da estabilização dinâmica, que propulsiona um crescimento exponencial dos produtos sociais, torna-se ele mesmo uma ameaça à manutenção das estruturas de reprodução e conduz a um risco iminente de desintegração social. Uma segunda característica surge na teoria da aceleração social por influência sobretudo da ideia de “tempo instantâneo”, que chega a Rosa através de John Urry (2009), o que é transformado na categoria de (2) contemporização. Trata-se aqui da difusão de um imperativo de administração do tempo que opera no sentido de conciliação de cadeias de ação na perspectiva da simultaneidade, o que, entre outras coisas, aponta para aquilo que Rosa (*op. cit.*) descreve como processo de desdiferenciação funcional entre as esferas de ação – cuja consequência íntima para os sujeitos é o da desindividuação. No entanto, o risco da desindividuação é sustentado não apenas pela tendência à contemporização, mas, sobretudo, por aquilo que Rosa (*op. cit.*) define como (3) temporalização do tempo, o que significa uma perda das estruturas de sentido que vinculam os momentos isolados dos fenômenos a um processo determinado, a uma sequência progressiva, isto é, significa uma autonomização dos instantes em relação aos processos – o que sustenta a “tirania do momento” a qual, segundo Thomas Eriksen (2001), obstaculiza qualquer tentativa de ação. A temporalização do tempo, resta dizer, caminha lado a lado da *destemporalização da história* e da *destemporalização biográfica* e inaugura um horizonte normativo fundado na noção de situacionalidade.

Essas três categorias iluminam o desenho de um novo regime espaço-temporal o qual as teorias sociais contemporâneas identificam sob as rubricas de *globalização* e *pós-modernidade*. O discurso da globalização, segundo Rosa, enfatiza uma virada na ordem institucional dos Estados nacionais no sentido de abrandamento das barreiras jurídicas para o fluxo de capitais externos, e um fortalecimento das redes tecnológicas de informação, produção e transporte, de modo a possibilitar uma economia mundial bem integrada e mais suscetível à dinamização. Tais processos teriam como consequência uma desestabilização das identidades individuais e coletivas, sobretudo na medida em que essas pressupõem fronteiras e contenções que são justamente o alvo a ser abatido pelas forças da globalização. No entanto,

as definições que seguem esta fórmula sociológica não parecem apresentar algo essencialmente novo em relação ao que foi o processo de modernização desde seu início, pois a adaptação das instituições a um ambiente movediço e a desestabilização dos referenciais individuais e coletivos já eram fenômenos deriváveis da máxima de Marx e Engels segundo a qual tudo o que é sólido se desmancha no ar. Rosa chama a atenção para a dificuldade na definição do que há de *qualitativamente* novo sob a rubrica da globalização e, em seguida, aponta para um possível critério a partir da teoria da aceleração social:

[...] um balanço sobre o que há de qualitativamente novo sob essas circunstâncias só pode ser bem realizado de uma perspectiva temporal-analítica: enquanto os diagnósticos da globalização falharem ao não reconhecer isto, as justificativas de suas afirmações acerca de uma “nova era” continuará insatisfatória e confusa. A troca ou movimentação de informações, dinheiro, mercadorias, pessoas, e até mesmo de ideias ou doenças, através de grandes distâncias, não é algo novo: o que é novo é a velocidade e a falta de resistência com as quais estes processos ocorrem (ROSA, 2013, p. 214).

Esta falta de resistência diz respeito à progressiva supressão daquelas categorias de inércia tomadas anteriormente como *limites naturais e antropológicos* e como *ilhas de desaceleração* – o que Rosa indica como parâmetro de mensuração da intensificação da aceleração social – e, conseqüentemente, a um aumento das formas de desaceleração disfuncional. Mas o que é mais importante aqui é delinear as formas desse novo regime espaço-temporal que Rosa argumenta sustentar a ideia de globalização. Em termos processuais este regime se revela como um desenvolvimento mais avançado da compressão do espaço pelo tempo, atingindo um nível paroxístico de desencaixe entre fenômenos e contextos espaciais. Enquanto condição, ou pano de fundo, este regime implica numa substituição das categorias espaciais, ligadas à noção de “lugar”, caracterizadas pela fixidez, por categorias ligadas à noção de “fluxo”, bem como a própria noção de temporalidade – enquanto sequencialidade e ritmo – é suprimida pela ideia de “tempo atemporal”, isto é, um tempo sem forma e sem direção.

Subjacente ao conceito de tempo atemporal está a ideia de que o tempo é formado pela duração, pela sequência e pelo ritmo das ações e eventos. Conseqüentemente, a condição social caracterizada pela eliminação da duração, pelo expurgo do ritmo dos eventos sociais, e pela dissolução das séries sequenciais fixas e estáveis [...] pode ser descrita como “atemporal” na medida em que passa a ser dominada pelos modos de *simultaneidade* momentânea e pelo seu, por assim dizer, horizonte negativo, a *eternidade* (ROSA, 2013, p. 218).

Não obstante, o horizonte negativo implicado na eliminação da temporalidade – cujo processo não é senão aquilo que Rosa também descreve como temporalização do tempo – converge

com as imagens do fim da história, que povoaram o imaginário intelectual a partir da última década do século passado, e, por sua vez, convergiram com o horizonte normativo da pós-modernidade. Há ainda que se considerar a mudança do status do poder que, como certa vez observou Bauman (2001), se despreendeu por completo das determinações espaciais e das temporalidades a elas ligada³⁸; a habilidade de mover-se num espaço de fluxos, orientando-se pela momentaneidade do tempo atemporal, é o que caracteriza o novo status do poder. O triunfo do nomadismo, sob este aspecto, parece ser o maior ponto de convergência entre o diagnóstico da globalização e da pós-modernidade (cf. ROSA, 2013, p. 214-219).

Ainda sobre as conexões entre o discurso da globalização e da pós-modernidade, Rosa desenvolve, em alguns pontos esparsos da teoria da aceleração social, uma crítica à confusão que se faz em relação aos diagnósticos da chamada pós-modernidade, no que diz respeito à tomada de condições sociológicas como atitudes normativas ou escolhas éticas. Os vários fins postulados, do sujeito, da história, da sociedade etc., não podem ser tratados acuradamente sem que se tome em consideração o substrato material e cultural que subjaz o desenvolvimento dessas representações. O elogio da fragmentação e da contingência como uma espécie de passo emancipatório em relação ao totalitarismo das meta-narrativas seria ingênuo, e sua afinidade com o elogio neoliberal da flexibilidade, ideológico, quando não referidos ao conjunto de relações e formas sociais nos quais estão enraizados. Rosa elabora essa crítica, resumidamente, em um artigo:

A partir da minha perspectiva, abordagens pós-modernas (e neoliberais) que ridicularizam qualquer tentativa de teoria crítica sistemática como mais uma “meta-narrativa” fadada ao fracasso, e descartam qualquer aspiração à autonomia coletiva como nada além de uma armadilha para o totalitarismo, enquanto celebram acriticamente as virtudes do fragmentário, do experimental, das biografias incoerentes, podem ser interpretadas como formas representativas de capitulação cultural aos imperativos estruturais da sociedade de alta velocidade. Elas celebram os efeitos éticos e culturais da aceleração social sem se conscientizarem das pré-condições estruturais de sua filosofia. Não podemos, de forma alguma, aceitar ingenuamente a auto-interpretação pós-moderna segundo a qual ela representa uma contribuição para a emancipação. As individualidades “múltipla” ou fragmentária endossadas pelo pós-modernismo bem, como os caracteres adaptativo e flexível defendidos pelos neoliberais, parecem muito mais serem condições necessárias à aceleração social do que o resultado de uma escolha ética ou filosófica (ROSA, p. 457, 2005).

³⁸ Afirma Bauman: “O Estado pode não esperar muito do potencial mobilizador da nação de que ele precisa cada vez menos, à medida que os massivos exércitos de conscritos, reunidos pelo frenesi patriótico febrilmente estimulado, são substituídos pelas unidades high-tech elitistas, secas e profissionais, enquanto a riqueza do país é medida, não tanto pela qualidade, quantidade e moral de sua força de trabalho, quanto pela atração que o país exerce sobre as forças friamente mercenárias do capital global” (2001, p. 230).

Não por acaso Rosa coloca o pós-modernismo, nesse mesmo artigo, bem como esparsamente em outras ocasiões, sob a rubrica da *ideologia*. Sua crítica se aprofunda, aliás, quando a condição defendida por essa vertente filosófica como se revela, nas narrativas subjetivas, como formas de sofrimento³⁹.

Cabe, porém, antes de analisar a maneira como as três categorias acima mencionadas – dessincronização, contemporização e temporalização do tempo – conformam este novo regime espaço-temporal, mencionar os três fenômenos que, ao fim de sua resposta, Rosa aponta como catalisadores deste último surto de aceleração social. De que maneira a dissolução do ideal de engenharia da indústria e do trabalho projetado pelo fordismo se relaciona com a revolução digital e, por fim, com a derrocada do comunismo no Leste Europeu – e, com isso, de que maneira esses três fenômenos fornecem a base histórica para o que Rosa toma como ponto de emergência desta onda aceleratória sobre a qual se sustenta a modernidade corrente?⁴⁰ Em primeiro lugar, pode-se buscar esta resposta nas próprias reflexões de Rosa acerca da dialética observada por Marx entre forças produtivas e relações de produção, que a seu julgamento deve ser interpretada como um desenvolvimento dos potenciais de aceleração (da produtividade) no qual práticas e instituições que, em dado momento, foram implementadas pela necessidade de aceleração, tornam-se, num segundo momento, um obstáculo (cf. ROSA, 2003; 2013, p. 170). De alguma forma, as exigências de velocidade do “capitalismo leve” das empresas *high-tech* e do mercado financeiro encontra as estruturas de uma fase anterior justamente como tais obstáculos. Este é o caso das tendências à desregulação e flexibilização produtiva, cujo efeito de desmonte das estruturas organizacionais voltadas à delimitação rígida do tempo de trabalho e das fronteiras entre espaço laboral e mundo da vida se expressa como uma inversão dialética – haja vista que, assim como em sociedades pré-capitalistas o tempo de trabalho era medido pela tarefa a ser

³⁹ Ao evitar o “paternalismo” intelectual – atributo das teorias críticas, para os pós-modernistas e pós-estruturalistas – os defensores da contingência e do fragmentário esquecem de que outro paternalismo muito mais deletério permanece intacto: o do mercado. “Die Paternalismus-Angst, die Sorge, dass wir Intellektuelle den anderen unsere Vorstellungen aufzwingen, ist ein Hauptgrund, warum die Linken in der Tradition der Kritischen Theorie es aufgegeben haben, über das gelingende Leben nachzudenken. Aber dann setzt sich ein zweiter Paternalismus durch, der des Marktes. Seine Strukturen bestimmen, was wir tun, sogar das, was wir wollen“ (ROSA; BRAUER, 2014).

⁴⁰ Esta relação também é elaborada desta forma: “A onda aceleratória postulada desenvolveu suas forças motoras econômicas, informacional-tecnológicas e cultural no mais tardar nos anos 1970, mas ganhou poder para se expandir geograficamente e penetrar a sociedade moderna, no entanto, a partir da confluência de três desenvolvimentos históricos por volta dos anos 1989: a *revolução política* daqueles anos, o colapso da Alemanha Oriental e do regime Soviético e a abertura política e econômica dos Estados do Leste Europeu; a *revolução digital*, suportada sobretudo pelo estabelecimento da Internet (e pela construção de satélites para a transmissão de TV), que se expandiu pouco depois em uma *revolução da telefonia móvel*, que permitiu a disponibilidade de comunicação microeletrônica desvinculada da localidade; e, por fim, a *revolução econômica* da acumulação flexível ou pós-fordista da produção *just-in-time* do ‘turbo-capitalismo’” (ROSA, 2013, p. 213).

cumprida, e não por uma quantidade abstrata de tempo pré-estabelecido, também esta característica aparece no imaginário do novo ideal corporativo. Assim como esta rigidez temporal torna-se uma barreira para aceleração, a diferenciação entre o ambiente e os objetivos do mundo do trabalho e do mundo da vida também o faz. Não é difícil enxergar aí a emergência de um novo tipo ideal de trabalhador flexível, apto a mudar repentinamente o rumo de suas ações, e a adaptar-se a condições permanentemente instáveis de trabalho (SENNETT, 2010; GALLINO, 2009), ou então de uma ética empreendedora a partir da qual cada trabalhador deve representar-se a si mesmo como empresa, avaliar-se e esperar ser avaliado pela sua performance (EHRENBERG, 2010), o que significa mobilizar todos os âmbitos de sua vida para manter-se – ou, melhor, deixar de cair – em sua posição⁴¹. Basta seguir o esquema categorial de Rosa para compreender em que sentido esta mudança no padrão organizacional – e acumulativo – do capitalismo se relaciona com a chamada revolução digital, afinal, enquanto uma *mudança social*, o declínio do fordismo e o advento das estruturas produtivas flexíveis, dependem em grande medida de *acelerações técnicas*.

[...] a conquista da transmissão de informações em *tempo real* exerceu uma influência poderosa sobre quase todas as áreas da vida econômica e cotidiana e, assim, criou a impressão de que somos testemunhas de uma revolução qualitativa da velocidade, a partir da qual a velocidade mesma já não é simbolizada pela incansável “corrida trepidante e giratória da roldana das máquinas”, mas pela *WorldWide Web* e por palavras-chave como *gratificação* e *entrega instantânea*. A virtualização e digitalização de processos que já foram materiais (o desenvolvimento de modelos, por exemplo) e a inserção de transmissão digital de informações em processos “analógicos”, isto é, cadeias de processamento material, faz com que ocorra uma aceleração simultânea da produção, circulação e consumo (ROSA, 2013, p. 213).

Na medida em que a flexibilização dos processos tem como característica temporal (pelo menos como ideal), por um lado, o abandono da sequencialidade e a retomada de uma orientação pela tarefa, e, por outro, a indiferenciação entre tempo de trabalho e tempo de lazer, fica evidente a maneira como a revolução digital lhe fornece suporte. Mas ainda é necessário vincular estes fenômenos às revoluções políticas de 1989 e, de forma mais ampla, ao significado histórico e normativo que elas trouxeram consigo.

⁴¹ Vale dizer que o “culto da performance” e a capitalização de si, ao amalgamarem vida privada, personalidade e trabalho, criam um léxico e um *modus operandi* que extrapola o âmbito das corporações. Como Rosa (2003; 2010; 2013) observa, esta forma de competitividade atinge as formas mais íntimas de relação consigo e com outros. Não há surpresa, portanto, que até mesmo em programas de pós-graduação pesquisadores são incitados ao “*networking*”, à “circulação” – o que não significa senão a promoção de si entre os pares – como modo de captação de recursos e reconhecimento para suas pesquisas.

Num artigo para o *The Economist* de 1990, Jeffrey Sachs, propositor e conselheiro de muitas reformas que sucederam nos países socialistas após 1989, em uma referência direta e sagaz a Lenin, lança um programa de integração econômica para os recém-chegados ao mundo livre com a seguinte questão: “o que fazer?”. Para ele, as principais preocupações sobre as quais os pensadores e administradores da reforma econômica e da transição sistêmica deveriam se debruçar eram questões de *meios*, não de *fins*. Não se tratava, naquele momento, de pensar problemas de longo prazo, como se os países seguiriam em direção a um modelo de bem-estar sueco, ou um liberalismo thatcherista, afinal, esta seria uma questão cuja resposta só poderia advir após cada uma das ex-repúblicas soviéticas e adjacentes seguirem o caminho – o único racional – das privatizações da propriedade, do mercado e do trabalho. Cumprido este dever – sem desvios, terceiras vias ou o que o valha – estariam, então, aptos a pensar em fins. Aquilo que se pode ler, hoje, como arrogância no discurso de Sachs, na época, não se mostrava senão como confiança e sabedoria daqueles que, a oeste de Berlin, trilharam o caminho do triunfo e provaram, enfim, o valor dos seus propósitos. O tom do texto é daquele que compadece do erro alheio, daqueles que, por obtusidade ou teimosia, não se atinaram para a verdade e falharam. Como uma revelação salvacionista, a economia de mercado, como única forma possível de troca, e a competitividade, como única forma possível de interação, surgem no discurso de Sachs para enterrarem de uma vez por todas qualquer fantasia ideológica alimentada ao longo do século XX. Há aqui uma convergência evidente com a proclamação do “fim da história” por parte de Francis Fukuyama (1990), que também foi acompanhada pelo mesmo tom compadecido, mas convicta de sua profecia:

El fin de la historia será un momento muy triste. La lucha por el reconocimiento, la voluntad de arriesgar la propia vida por una meta puramente abstracta, la lucha ideológica a escala mundial que exigía audacia, coraje, imaginación e idealismo, será reemplazada por el cálculo económico, la interminable resolución de problemas técnicos, la preocupación por el medio ambiente, y la satisfacción de las sofisticadas demandas de los consumidores. En el período poshistórico no habrá arte ni filosofía, sólo la perpetua conservación del museo de la historia humana. Lo que siento dentro de mí, y que veo en otros alrededor mío, es una fuerte nostalgia de la época en que existía la historia (FUKUYAMA, 1990, p. 31).

A cristalização da história humana em uma peça de museu revela, no imaginário inaugurado pela pós-história, um esgotamento dos horizontes de expectativas – como se todas as experiências, após realizadas à exaustão, chocassem-se contra o limite final dos potenciais humanos⁴². Neste sentido, tanto o programa de Sachs quanto a profecia de Fukuyama vão

⁴² Cf. a reflexão de Arantes (2014) sobre o “horizonte decrescente” no “novo tempo do mundo”.

muito além de uma lição ou um manual de usuário para os povos do Leste. A despeito de sua natureza panfletária, ambas as observações possuem um momento de verdade ao postularem o esgotamento das forças utópicas que moveram o Ocidente desde o século XIX. Visto do ponto de vista das categorias da teoria da aceleração social, o “fim da história” é a forma discursiva da destemporalização da história, da dissociação da temporalidade cumulativa do progresso, enfim, da *temporalização do tempo*. O ritmo de aceleração das mudanças sociais, ao atingir o nível intrageracional, converge para a erosão do ideal progressista que marcou a “modernidade clássica”. Pensada em relação aos três níveis da experiência temporal – o cotidiano, epocal e o biográfico –, a destemporalização da história complementa a dissolução dos padrões sequenciais e o advento de uma administração situacional do tempo da vida. Assim, fica fácil entender porque Rosa identifica o indivíduo contemporâneo, em sua relação com a experiência da aceleração, com roedores⁴³ que correm incansavelmente em sua roda suspensa: correm sem mover-se para lugar algum.

2.2. Dessincronização como forma de integração social

Neste ponto é preciso realizar uma explanação sobre a dimensão estrutural da crise atual do processo de aceleração social. Como dito no começo deste trabalho, o conceito que subjaz todas as proposições elaborados por Rosa acerca do fenômeno da aceleração social é o de *estabilização dinâmica*, o que, de forma sintética, significa que nenhuma formação social moderna pode manter-se sem que se expanda, se intensifique ou se inove permanentemente. Esta condição se estende para além do âmbito econômico e afeta não apenas os ritmos sociais como também o sentido atribuído às instituições e às relações. A autovalorização do capital – único sujeito, para Rosa (2015c), das mudanças nas sociedades modernas –, mediada pelo modo de interação competitiva dos capitalistas, não apenas altera a dinâmica temporal da produção, da circulação e do consumo, em relação a qualquer outra forma pré-existente de economia, mas altera substantivamente o próprio sentido da economia. Não se trata mais da satisfação de necessidades pré-determinadas, mas de uma produção voltada a um contínuo aumento escalar da própria produção, de modo que o próprio capital deve continuamente criar novas necessidades que não servem senão de *mediação* para a extração de valor – e assim *ad infinitum*. Essa mudança qualitativa do significado da economia sob as leis de autovalorização do capital possui um paralelo em outras dimensões da vida social. A produção do conhecimento, sob o signo da ciência moderna, diverge substantivamente do status atribuído à sacralidade do saber escolástico, à solidez do saber dos anciãos, à impenetrabilidade do saber

⁴³ Cf. Rosa (2015c, p. 296).

do oráculo, do poeta e de qualquer outro homem escolhido pelos deuses. Na medida em que estas formas pré-modernas de conhecimento se fundavam na lógica da preservação, da transmissão e da revelação, a ciência moderna, pelo menos em princípio, se orienta e se legitima socialmente pela inovação, pela promessa de expansão de suas descobertas e pela constante revisão de possíveis erros e imprecisões das etapas passadas. “A ninguém seria concedido reconhecimento institucional e recursos de pesquisa sem que apresente seus achados como algo que vai além do que já se sabia” (ROSA, 2015c). O mesmo pode ser dito a respeito da natureza da lei: desprovido de qualquer ligação com regras dadas por Deus ou com princípios metafísicos que constituam uma “ideia” de justiça, o legislador moderno deve operar a partir de concepções de bem constantemente atualizadas, expandidas e complexificadas. Daí não ser difícil enxergar como este mesmo princípio se aplica às instituições políticas democráticas ou, em um âmbito mais íntimo, ao gosto estético. Em todas essas circunstâncias há um princípio escalar que, como já explicado anteriormente, se fundamenta eticamente sobre uma concepção de boa vida cuja máxima é a potencialização das experiências possíveis. Essa legitimação entra em crise, no entanto, quando tal princípio começa a mostrar-se como um fim em si mesmo. E, para Rosa, tal percepção se dá no momento em que o *modus operandi* da *estabilização dinâmica* começa a falhar, e o momento da estabilização torna-se ameaçadoramente desestabilizado pelas forças de dinamização. Para já indicar aqui o conceito mobilizador de toda esta seção, a crise da estabilização dinâmica é uma consequência da *dessincronização* estrutural da sociedade.

É possível iniciar este problema a partir de sua questão mais evidente: por que é necessário crescer, expandir e intensificar como uma necessidade que se justifica por si mesma? Rosa comenta sobre um grande evento que, no ano de 2014, reuniu milhares de pessoas na Universidade de Leipzig sob o tema “decrecimento”, e cujas conferências, exposições e debates ganharam grande atenção pública. Desaceleração, bem-estar temporal e valorização da convivência formam reivindicações centrais do movimento pelo decrecimento. Afinal, como já explicado pelo conceito de aceleração, o crescimento exponencial das potencialidades materiais, culturais e afetivas é inversamente proporcional à disponibilidade de tempo com qual um indivíduo pode se dedicar a cada uma dessas potencialidades – o tempo não pode jamais ser expandido, apenas contraído. As raízes dessa percepção de que existe uma irracionalidade estrutural no modo de reprodução escalar da economia já estava presente, no entanto, no Relatório do Clube de Roma, de 1972, cujo grande passo consistia no questionamento da equalização entre crescimento e progresso. A relação entre a lógica do crescimento escalar e o problema da sustentabilidade ambiental

também é evidente, na medida em que a primeira opera a partir de um princípio de infinidade, o que não é incompatível com a segunda. Para Rosa (2015c), a evidenciação desta questão, assim como a de outras relações problemáticas que derivam do imperativo do crescimento, se dá pelo fato de que nos últimos anos o modo de estabilização dinâmica tem se tornado cada vez mais custoso, pois seus recursos energéticos – materiais, sociais e psíquicos – entraram em um estado-limite, justamente porque sua contínua mobilização alcançou um nível de desgaste crítico. Em síntese, *quanto mais avança no tempo o modo de estabilização dinâmica, mais difícil e custosa sua manutenção*. Mas há uma outra dimensão desse problema: pela força que exerce, o princípio de crescimento tenderá a se manter a despeito da fragilização das mediações que sustêm a integração social. Isso significa que relações de maior densidade e menor capacidade de aceleração – e, portanto, de crescimento – tendem a ser externalizadas, ou melhor, expulsas do sistema autorregulado do modo de estabilização dinâmica. Em síntese, *o custo de sua manutenção é convertido em desestabilização e risco de desintegração social*. Em termos temporais, a crise do modo de estabilização dinâmica é uma crise de dessincronização.

Apesar de se tornar um problema que ameaça a estrutura do sistema de estabilização dinâmica, a partir da última viragem, a dessincronização é uma categoria inerente a esse mesmo sistema. Ao acompanhar as observações de Hermann Lübbe (2009) acerca da “contração do presente” – o que Rosa toma como metro da aceleração das mudanças sociais – é possível encontrar a dessincronização como uma consequência necessária deste movimento. A forma de consciência história desenvolvida já no início da modernidade indica uma condição de anacronia crescente entre as experiências do presente e o passado recente. A ciência histórica, com seu interesse pela precisão e acuidade no conhecimento dos fatos, apenas atesta o descolamento entre as experiências do passado e o saber prático – o que, em períodos anteriores, era indissociável. Portanto, uma das tendências paralelas à contração do presente é a do aumento progressivo da produção de relíquias culturais. As camadas de sedimento da história tornam-se cada vez mais finas e, assim, aquele que olha para trás percebe que em um estágio do passado ainda muito próximo dele já não é possível se reconhecer. A expressão desse movimento, para Lübbe, é a “museificação da sociedade”. Traduzida em uma categoria, trata-se da “não-contemporaneidade do contemporâneo”. Veja-se que no exemplo da museificação também se reflete a relação entre as gerações, algo já explicado pela exposição das categorias utilizadas por Rosa para descrever a razão de obsolescência entre as gerações. Para Lübbe, desde os primeiros sinais de obstrução da comunicação entre as gerações que compartilham um mesmo intervalo de tempo – avós, pais

e netos, geralmente – é possível identificar o surgimento do fenômeno da dessincronização, isto é, trata-se de um fenômeno congênito à dinamização das formas e das relações sociais. Mas esta condição vai além da anacronia geracional. Como também já comentado anteriormente, a relação entre o aumento de conteúdos possíveis da experiência e a intensificação do ritmo da vida é uma expressão da dessincronização. As técnicas modernas de comunicação e produção de conteúdo são exemplos evidentes. O *boom* da imprensa no século XVIII implicou, automaticamente, num rebaixamento do conhecimento dos homens sobre seu mundo. Goethe e outros homens das letras, nesse tempo, expressaram sua preocupação com o volume cada vez maior de publicações e com a necessidade de desenvolvimento de técnicas de leitura mais eficazes para acompanhar o passo da cultura (cf. LÜBBE, 2009, p. 164-5). É como se um diferencial de movimento entre a sociedade e os indivíduos, um componente de dessincronia, se tornasse condição estrutural.

É preciso se perguntar, portanto, sobre o que há de novo em relação ao fenômeno da dessincronização, e por que ele aparece como uma característica particular do diagnóstico do tempo presente. Se se segue o caminho sugerido por Rosa (2013), deve-se buscar a novidade observando as “categorias de inércia” anteriormente mencionadas, a maneira e a intensidade com as quais são pressionadas pelas forças de dinamização. A pressão entre essas clivagens temporais pode servir de índice do nível de aceleração ao qual a sociedade é submetida. No que diz respeito ao fenômeno da dessincronização, é cabível buscar seus níveis atuais no *potencial diferencial* implicado na relação entre as formas mais velozes e aquelas menos propensas à dinamização. Tanto o movimento pelo decrescimento quanto a crítica do Clube de Roma à cegueira do ideal econômico do PIB em expansão contínua e indefinida, dizem respeito justamente ao peso desse potencial diferencial entre a dinâmica econômica e as outras formas e relações sociais. Nisso consiste a ameaça interna de desintegração social. Para Rosa (2015c), a partir do último surto de aceleração, este diferencial não apenas se intensificou, como também implicou num agravamento de relações disfuncionais que põem em risco a própria reprodução social. Assim, é possível, segundo Rosa (2015c), apreender as principais crises da contemporaneidade a partir da noção de dessincronização.

(1) *A crise ecológica*. Trata-se aqui de uma dessincronização entre a sociedade e o mundo que já se convencionou chamar de natural. Segundo a teoria da aceleração social, a crise ecológica, enquanto uma crise do substrato material da vida humana social e individual, não ocorre simplesmente porque animais são caçados, florestas cortadas, minérios extraídos e resíduos industriais emitidos. Mas porque isso acontece com um ritmo muito elevado em comparação ao ritmo de absorção e reprodução natural. O exemplo da extração de petróleo é

emblemático: enquanto sua extração e emprego industrial ocorrem diariamente, a quantidade disponível em todo mundo foi produzida ao longo de centenas de milhões de anos de sedimentação.

(2) *A crise da democracia*. “[...] a atual fragilidade da democracia ocidental [...] surge, basicamente, do fato de que os processos democráticos de formação das vontades políticas, de tomadas de decisão e de implementação são, por sua própria natureza, consumidores de tempo” (ROSA, 2015c, p. 291). Essa fragilidade só existe, na verdade, porque a natureza perdulária da deliberação democrática é infinitamente mais lenta que os processos econômicos, mas também que os desenvolvimentos tecnológicos, científicos e culturais como um todo. A complexificação das demandas políticas, seja pelo passo acelerado das inovações científicas, seja pela pressão exercida pelos mercados globalizados, seja pela ampliação das demandas por direitos, por partes da sociedade que até então não se manifestavam, agrava a morosidade do processo democrático. Veja-se que se instaura, neste caso, uma relação inversamente proporcional entre as forças cinéticas da sociedade e a capacidade de controle e direcionamento do sistema deliberativo próprio aos Estados democráticos. No caso de dessincronização da política democrática em relação aos desenvolvimentos sociais não se trata apenas de um risco de disfuncionalidade estrutural, mas se coloca em jogo, também, o papel condutor que a política democrática, munida de valores como emancipação, autonomia individual e autodeterminação coletiva, exerceu nos primeiros tempos do processo moderno de dinamização social. De fomentadora da aceleração, a política passa a operar como força de reação e adaptação à aceleração. Pois, se um dia esses valores, viabilizados pelo exercício político, foram impulsionadores da dinamização social – afinal, a temporalização da história, o direcionamento da sociedade através do horizonte de progresso, forneceu fundamento para a aceleração social –, hoje se tornam vetores contrários. A caracterização do progressismo e do conservadorismo político, na contemporaneidade, atestam essa mudança. Forças progressistas alinham-se com reivindicações de desaceleração dos fluxos econômicos, de maior parcimônia na avaliação do desenvolvimento tecnológico e de proteção da biosfera contra sua instrumentalização e exploração indiscriminada. Por outro lado, conservadores se alinham ao discurso neoliberal de desregulamentação dos mercados, retração das coordenadas do Estado sobre a atividade econômica, flexibilização do trabalho, privatização e mercantilização de setores sociais até então não mediados pela autovalorização do capital etc. Tendo em vista esse reposicionamento das forças ideológicas e a resignificação da dinamização social, a dessincronização da política democrática deve estar na agenda do pensamento político que pretenda compreender a crise atual da democracia moderna (ROSA, 2005).

(3) *A crise financeira.* Trata-se aqui de um fenômeno de dessincronização intrassistêmica, isto é, uma desregulação de velocidades no interior de um mesmo sistema social, no caso, no próprio modo de produção capitalista. Mesmo após mais de duzentos anos de aplicação da ciência sobre os processos técnicos de transporte, comunicação e produção, a realização material do capital não pode ter sua duração simplesmente suprimida. O mesmo ocorre em relação ao consumo dos produtos circulados, seja pela própria indústria ou por consumidores finais, seja por desgaste, esgotamento ou quebra dos produtos. Esse fato evidente é um elemento perturbação ameaçador à lógica de produção de valor capitaneada pela “indústria” financeira. Pela sua legalidade interna, o processo financeiro de extração de valor – quase exclusivamente determinado pela velocidade da informação – pode ser acelerado ao nível do instantâneo, o que faz de sua dinâmica uma barreira intransponível para a economia material. O resultado dessa desconexão entre as duas dimensões do capitalismo atual é o crescente descontrole sobre a relação entre especulação e produção, dinheiro e valor etc. A bolha financeira de 2008, segundo Rosa, foi uma bolha temporal também (ROSA, 2015c).

(4) *A crise global da depressão e do burnout.* Neste âmbito toca-se na dimensão mais delicada da agudização dos processos de dessincronização, pois diz respeito diretamente ao “estar no mundo” dos sujeitos. Como já explicitado no capítulo anterior, a dinamização do mundo objetivo eleva o nível de disparidade entre o tempo do mundo e o tempo da vida, de modo que cada indivíduo se vê na obrigação de acelerar a própria vida para se sincronizar com os processos que o cercam. Se, por um lado, a aceleração do ritmo da vida persegue um ideal de boa vida, por outro, ela não é mais do que o resultado de uma necessidade, uma *compulsão à integração*. O limite da capacidade de acelerar para se integrar é o que define aquilo que Rosa toma como dessincronização entre indivíduo e sociedade. “Assim, a questão é levantada no sentido de saber quanta aceleração um indivíduo pode aturar antes de ‘romper’, por assim dizer” (ROSA, 2015c, p. 293). É interessante mencionar o sentido da palavra inglesa *stress*, utilizada em abundância para designar o estado de pressão dentro do qual se encontram os indivíduos em relação a suas obrigações: além de indicar a força que se exerce sobre dada matéria, *stress* também denota a deformação das formas e das substâncias sob essa força. *Tobestressed* significa ter sido deformado. Por isso Rosa se refere à síndrome de *burnout*, nas relações laborais, e à depressão, nas relações consigo mesmo, como precipitações patológicas do *stress* temporal das forças de dessincronização. A dessincronização, nesse caso, não resulta apenas num descolamento dos indivíduos, mas atinge qualitativamente a subjetividade daquele a quem afeta: o estado depressivo e a crise de

burnout têm como característica comum, como argumenta Rosa, o sentimento de esvaziamento de sentido do movimento, o silenciamento do eco entre o mundo e o sujeito. Para adiantar um pouco o argumento, a experiência de descolamento e a subtração de vitalidade do sujeito que, após mobilizar-se totalmente, precipita-se na atonia, é o substrato anímico do conceito de *frenesi em suspensão*, que Rosa (2010; 2015c) o desenvolve no sentido de elaborar uma reinterpretação do conceito de alienação.

Das clivagens temporais descritas como “categorias de inércia”, intrínsecas e tensionadas em relação ao processo de aceleração social, é possível mensurar os efeitos da dessincronização, sobretudo tomando o nível micro da dessincronização dos sujeitos. Em primeiro lugar, os limites antropológicos à aceleração parecem atingir mais um nível de retração. Da mesma forma que observou Wolfgang Schivelbusch (2014) o retraimento dos limites cognitivos em relação aos choques perceptivos com o advento das viagens de trem, é possível observar, contemporaneamente, o desenvolvimento de novas formas de percepção capazes de adaptar a condição antropológica às novas demandas de velocidade em relação à experiência do mundo. Um diferencial fundamental em relação ao tempo presente, no entanto, é a tendência à implementação de próteses que auxiliam o processo de adaptação. Como já mencionado anteriormente, o desenvolvimento tecnológico que conduziu à revolução dos transportes no nascedouro da modernidade industrial, conduz hoje a uma revolução dos transplantes, o que pode ser descrito como produção e adaptação técnica dos corpos, a partir da engenharia genética, da substituição de órgãos por aparatos artificiais⁴⁴, do uso “produtivo” de drogas que potenciam as funções orgânicas e ajudam a sobrepujar barreiras disfuncionais, como o sono⁴⁵, entre outras formas de potenciação humana. Nas competições paraolímpicas, por exemplo, já é possível que atletas amputados tenham um desempenho até superior aos demais, devido à eficiência física de suas próteses. A substituição de órgãos humanos por próteses mais potentes já é algo que se imagina há muito tempo, mas hoje essa ideia ganha novos níveis de penetração no imaginário. Pense-se, por exemplo, na jovem universitária Kim Suozzi que, antes de morrer, aos 23 anos, decidiu empenhar seu cérebro para um grupo de pesquisadores que aventam a possibilidade de traduzir o cérebro humano em uma versão digital e, com isso, dar um primeiro passo em direção à eternidade. A utopia tecnológica dessa forma de potenciação da vida humana converge tanto com o horror moderno à morte – que, como observara Weber, já não encerra mais sentido – quanto com o ideal de boa vida da

⁴⁴ Cf., para este tópico, Virilio (1996).

⁴⁵ As drogas de inibição do sono e o ideal de trabalhador e consumidor em eterna vigília que elas comportam é tema do ensaio de Jonathan Crary (2014).

maximização das experiências possíveis, afinal, um dos motivos de Kim pela busca da consciência eterna é não perder tudo o que ainda poderá acontecer (HARMON, 2015). Em uma reportagem ao *The New York Times*, Alan Schwarz (2015) enumera uma série de casos de profissionais, em diversos níveis da hierarquia empresarial, que se utilizam, sem qualquer constrangimento, de remédios para Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), para se manterem ao passo dos negócios e explorarem ao máximo suas possibilidades de lucro. Para aqueles que ainda estão lutando por uma posição dentro das corporações, o uso das drogas também é comum. Trata-se de uma juventude que não se utiliza das drogas “*to get high, buttogethired*”⁴⁶ (não para se entorpecer, mas para arrumar um emprego, no trocadilho em inglês). Do ponto de vista ideológico, a dinamização é respondida pelo novo mantra da psicologia corporativa: a resiliência. Essa qualidade diz respeito à capacidade de se manter sob estados de *stress* – ser esticado e deformado – sem, contudo, entrar em colapso. Rosa já explicitou, com a categoria de desaceleração ideológica, os estratagemas corporativos que objetivam aliviar a pressão temporal sobre empregados, de tempos em tempos, para que se mantenham aptos a continuar acelerando. Palavras-chave como resiliência, *mindfulness* e os mais recentes avanços de um nicho de mercado editorial voltado ao *time management* – que mescla autoajuda e administração de negócios – atestam o vigor desse estratagema. Em um artigo de divulgação de pesquisa, publicado na *Harvard Business Review*, Rich Fernandez (2016) enumera uma dezena de quadros estatísticos, econômicos e psicológicos para elucidar o quão agravante tem sido o volume de trabalho e a incidência de crises de *burnout* entre trabalhadores do mundo inteiro. Seu diagnóstico, no entanto, não poderia ser mais cínico: já que essa nova forma de trabalhar é uma fatalidade irreversível, cabe a cada trabalhador desenvolver suas habilidades de resiliência, de ser esticado e deformado sem se quebrar.

Pode-se supor, ainda, que mesmo nas situações-limite, quando o colapso psíquico fala mais alto que o agenciamento das próteses e a ideologia corporativa, todo um receituário de cura e correção desse desvio é mobilizado, como atesta o fato dos antidepressivos serem uma das coqueluches do mercado farmacêutico.

Neste ponto é possível aventar a construção de uma hipótese. A dessincronização causada pela velocidade das principais forças sociais da modernidade tardia – sobretudo a economia capitaneada pelo mercado financeiro e o desenvolvimento tecnológico das comunicações – é a expressão temporal de um processo de desintegração social. A

⁴⁶ Sobre o uso produtivo e o novo status das drogas, bem como a nova normatividade antiautoritária do capitalismo, cf. Ehrenberg (2010).

temporalidade-norma que orienta esse novo patamar da modernidade encontra nas formas e nas relações mais lentas um obstáculo que deve ser acelerado – mesmo ao preço de sua deformação – ou expulso do sistema⁴⁷. Em grande medida isso ocorre porque as roldanas de redução⁴⁸ – adaptadoras do movimento transferido de uma roldana a outra – que conectavam os sistemas mais velozes aos mais lentos, como as leis de proteção ao trabalho, a regulamentação das horas de trabalho, a garantia de previdência, o filtro das barreiras alfandegárias, a divisão entre espaço laboral e espaço doméstico etc., são sistematicamente dissolvidas por uma nova forma de poder político que apenas reage às badaladas do relógio da economia mundial. Conclui-se disso que as forças *positivadoras* de integração social, como o Estado nacional e a economia produtiva representada pelo modelo de Ford, perdem substantivamente sua força. Por um lado, se há um momento de desintegração social no substrato da ideia de dessincronização, por outro, no entanto, a própria ameaça de obsolescência e superfluidade funciona como uma força de integração, mas uma integração que opera em *negativo*, isto é, ameaçando os indivíduos de desintegração. Como a aceleração das mudanças sociais se caracteriza por ter a forma de um “declive escorregadio”, onde para permanecer no lugar é preciso manter-se subindo, a integração em negativo se dá pela permanente derrapagem do chão sob o pé dos sujeitos. Afinal, é possível tomar todas as formas de mobilização subjetiva mencionadas acima – o recurso às próteses tecnológicas, farmacêuticas, comportamentalistas, farmacêuticas etc. – como uma *luta por sincronização*⁴⁹. Também é possível reportá-las a uma transição, observada por Rosa, do tipo de motivação que orienta a aceleração do ritmo da vida enquanto forma de integração social. São duas as motivações principais desde o início da modernidade: o ideal moderno de boa vida, baseado na *promessa* de experimentação máxima das opções oferecidas pelo mundo, e o imperativo sistêmico de adaptação, que não se baseia senão no simples *medo* de ser deixado para trás, nas formas da exclusão e da anomia. Em sua fase contemporânea, no entanto, a aceleração social

⁴⁷ Cf., sobre a noção de expulsão como novo *modus operandi* da economia mundial, Saskia Sassen (2014).

⁴⁸ Rosa trata desse problema a partir do pano de fundo institucional desenvolvido naquilo que ele chama de modernidade clássica. Assim como roldanas de redução, esse pano de fundo garantia não só a transferência harmônica do movimento entre as diversas esferas de aceleração, como também o funcionamento sincronizado de todo o sistema social, pelo menos teoricamente. Sem essas mediações, a aceleração social na modernidade tardia conduz a sociedade, continuamente, à beirada do precipício da desintegração e ameaça as próprias condições que possibilitam a aceleração.

⁴⁹ Faz-se aqui uma referência à crítica de Rosa (2010) ao conceito de luta por reconhecimento, de Axel Honneth, e sua não sensibilidade pelas condições temporais da sociabilidade nas sociedades contemporâneas, sobretudo pela noção de reconhecimento não comportar a competição como mediação hegemônica das relações sociais. É possível dizer, portanto, que, considerando estas condições descritas pelo diagnóstico do tempo presente, trata-se antes de uma luta pela sincronização.

parece cada vez mais retirar dos indivíduos a esperança contida na primeira motivação, e legá-los apenas a segunda.

Não está explícita na obra de Rosa a forma e o procedimento do engajamento individual nessa luta por integrar-se, mas, por outro lado, há uma exposição, ainda que fragmentada em diversas passagens de diversas obras, do estado contemporâneo das subjetividades em relação à experiência do tempo. Como dito no início deste trabalho, a experiência do tempo é uma mediação inequívoca das estruturas sociais com os horizontes de ação e as biografias individuais. Portanto, analisar a caracterização da subjetividade contemporânea elaborada pela teoria da aceleração social, sobretudo tendo em vista aquilo que Rosa trata como auto-interpretação⁵⁰ que os sujeitos fazem de si mesmos, pode conduzir a uma compreensão das estratégias elaboradas com o fim de manter-se integrado – manter-se *sincronizado*. Afinal, o risco da dessincronização entre indivíduo e sociedade diz respeito à quantidade de pressão que este pode aguentar antes de “quebrar” – assim, aumentar a resiliência de si próprio é um objetivo que deve ser buscado de diversas maneiras. Rosa (2015c) desenvolveu alguns tipos ideais desse sujeito que conseguiu sair pela tangente – pelo menos por algum tempo – do fantasma do *burnout* e da depressão. A autoimagem do vencedor, no estágio atual da aceleração social, é a do “surfista”, cuja qualidade diferencial é a capacidade de antecipar o movimento errático das ondas e convertê-lo em seu próprio meio de navegação. Mas a maioria dos indivíduos segue um outro padrão, justamente por carecerem da flexibilidade própria ao “surfista”. Tal tipo ideal é, aqui, o daquele que busca manter-se no jogo constituindo contatos e redes de apoio, de modo que estarão atentos a qualquer possibilidade que esses venham a lhe fornecer, mesmo ao preço da completa ausência de autonomia. Trata-se, portanto, do “*drifter*” – o escorregador. Por fim, uma terceira alternativa relaciona-se, na maioria das vezes, àqueles que não possuem qualquer chance de tornar-se um “surfista” ou um “*drifter*” – mas não se restringe a esses –, e buscam ancorar-se em qualquer sorte de porto transcendental. Para Rosa, grande parte da atratividade e do fascínio que grupos teóricos têm exercido sobre jovens em países desenvolvidos diz respeito à positivação de um horizonte extramundano, uma promessa de ruptura mística com o sempre mesmo da aceleração social. Mas além do fundamentalismo religioso, outras formas de identidades políticas fundamentalistas também cumprem esse mesmo papel entre os jovens⁵¹. É possível acrescentar ainda todas as formas de reencantamento do mundo. No que

⁵⁰ Cf. sobre este tema Rosa (2004).

⁵¹ Rosa considera, no entanto, que nas motivações que conduzem os jovens a escolhas tão desesperadas reside um potencial que pode ser explorado pela crítica. Tratar-se-ia do anseio por uma vida que se oriente pelo

segue, tais estratégias serão tratadas sob dois pontos de vista: a administração das experiências temporais imediatas (o tempo cotidiano) e a construção do sentido dos horizontes de expectativa individuais (o tempo biográfico). A primeira diz respeito ao fenômeno da *contemporização*, a segunda, da *situacionalidade*.

2.3. Contemporização como imperativo da administração do tempo

Elaborando sobre os dados das pesquisas e *surveys* sobre o uso do tempo nas sociedades norte-americana e europeia, Rosa se depara com o problema do aumento significativo do tempo livre nos anos pós-guerra. Para alguns dos pesquisadores que fornecem esse dado, a diminuição do tempo de trabalho estabelece uma contradição patente com a reivindicação quase universal de que o tempo está cada vez mais escasso. Para Robinson e Godbey (1999), por exemplo, tal contradição atestaria a hipótese de que a aceleração social não passaria de um fenômeno da percepção. Uma das evidências desse aumento de tempo livre seria a quantidade de horas dedicadas à televisão – algo já mencionado no capítulo anterior. Para Rosa, no entanto, essa conclusão é equivocada. Mensurar a aceleração social não é algo que se fie simplesmente na comparação quantitativa de alocação temporal – isto é, não se pode concluir que, apenas por depositarem mais tempo em uma atividade de “entretenimento”, os indivíduos estejam menos pressionados por determinações aceleratórias objetivas. Entre as razões de seu argumento está o seguinte: a superficialidade, a transitoriedade e a fragmentação de atividades tais quais assistir TV são características que convergem com as demandas sociais de permanente prontidão e disposição de abandonar uma tarefa e iniciar outra. Não apenas o mundo corporativo incentiva o trabalhador polivalente. Para ser o consumidor ideal também é necessário que se desenvolva uma sensibilidade inclinada à mobilidade e à instabilidade dos desejos. Mas se pode acrescentar que tais características não são apenas convergentes às demandas sociais, são elas mesmas, após um longo processo educativo, atrativas para uma nova forma de subjetividade que perdeu a pretensão de se envolver com problemas que requerem atenção detida e prolongada. Ainda assim, no entanto, muitos respondentes das pesquisas analisadas por Rosa consideram assistir

princípio da ressonância, o que se tornará tema central de sua obra mais recente. Quando questionado em entrevista, Rosa expôs assim o quadro: “É cada vez mais necessário utilizar-se de demarcadores temporais para demonstrar o que você é agora, o que você foi da última vez, e o que será num próximo momento. De outra forma, você será obrigado a encontrar algum tipo de estabilidade identitária em alguma sorte de transcendência. É possível tornar-se testemunha de Jeová e dizer com facilidade: tenho minha bíblia e meu Deus, não importa onde vivo, com quem vivo e o que faço para meu sustento. Existem movimentos similares no sentido do fundamentalismo político. Acredito que isso seja explicável pelo sentimento de necessidade de lançar algum tipo de âncora. Neste meu último livro, afirmo a ideia de que a boa vida só pode ser encontrada se levado a sério nosso anseio, nossa aspiração em encetar relações de ressonância [...]” (ROSA *apud* TZIMINADIS, 2017b)

TV uma atividade de baixíssimo valor. A maioria afirma que outras atividades, como limpar a casa, cozinhar e até mesmo trabalhar são, ao seu juízo, mais gratificantes que assistir TV (cf. ROSA, 2013, p. 137). Obviamente, tal juízo se choca com a tendência comportamental desses mesmos indivíduos, que reclamam não terem tempo para atividades consideradas elevadas como ir ao teatro, à casa de ópera, ler um livro etc. Essa contradição, como Rosa elaborará em sua teoria da alienação, expressa um sofrimento silencioso, que cabe ao teórico crítico elaborar e elevar a critério da própria crítica (ROSA, 2010). Mas o marco importante aqui é: o chamado tempo livre não parece resultar em um estado de exceção à aceleração. Cabe entender, portanto, a nova economia da administração do tempo.

A suposta contradição entre o tempo livre e a sensação de escassez de tempo – ou, pelo menos, de tempo qualificado – já era um problema para Adorno (1995). A aceleração técnica do capitalismo do pós-guerra foi a principal razão do aumento de tempo livre entre a classe trabalhadora. Soma-se a isso a ascensão das estruturas institucionais de bem-estar social que aliviaram o peso temporal do trabalho – as mencionadas roldanas de redução. A questão do tempo livre, por isso mesmo, não poderia ser compreendida, para Adorno, sem que se buscassem as forças econômicas e sociais que a condicionam – sem o que não se poderia enxergar a importância desse fenômeno em relação à ascensão do capitalismo de Estado, e sua existência enquanto forma da vida administrada. De saída, a expressão *tempo livre* já está repleta de determinações externas. Diferentemente do *ócio*, pensado e determinado em relação a si mesmo, o tempo livre remete diretamente àquilo que supostamente nega, isto é, o tempo de trabalho. O tempo de trabalho é a mediação do tempo livre. Essa condição heterônoma, já exposta em sua própria concepção, desvela a ausência de liberdade do tempo livre. A questão pode ser desenvolvida a partir daquilo que Adorno chamou de ideologia do *hobby*. A noção de *hobby* comporta a ideia de um uso radicalmente distinto do tempo de trabalho, e as ocupações às quais se refere são, quase como regra, orientadas pelo ideal do “passatempo” – isto é, não podem ser produtivas e sérias, características próprias ao tempo de trabalho. Este, por sua vez, deve expurgar qualquer traço de prazer e personalidade. Adorno reporta essa condição a uma forma típica do caráter burguês da distribuição temporal. A lógica da produtividade, intrinsecamente vinculada à lógica da aceleração dos movimentos ao ritmo das máquinas, devia manter-se isolada e autonomizada em sua esfera natural: o mundo do trabalho. O *hobby*, o passatempo, devia manter-se como tempo de distensão e recuperação.

Como, segundo a moral vigente, o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é um mero apêndice do trabalho – vem a ser separado

deste com zelo puritano. Aqui nos deparamos com um esquema de conduta do caráter burguês. Por um lado, deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; sobre essa base repousou outrora o trabalho assalariado, e suas normas foram interiorizadas. Por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho. Esta é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre. Por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas. Nos boletins escolares, havia outrora notas para a atenção. Isso correspondia ao cuidado, talvez subjetivamente bem intencionado, dos pais de que as crianças não se esforçassem demais no tempo livre: não ler demais, não deixar a luz acesa por muito tempo à noite. Secretamente, os pais farejavam por trás disso uma rebeldia do espírito ou, também, uma insistência no prazer, a qual é incompatível com a divisão racional da existência. Toda mescla, aliás, toda falta de distinção nítida, inequívoca, torna-se suspeita ao espírito dominante. Essa rígida divisão da vida em duas metades enaltece a coisificação que entrementes subjuguou quase completamente o tempo livre (ADORNO, 1995, p. 73).

Em suma, para Adorno o tempo livre era invariavelmente colonizado pelo tempo de trabalho, e qualquer caractere da individualidade, pela função laboral. Existe no ensaio de Adorno um paralelo evidente em relação às observações de Rosa, no que diz respeito à heteronomia do tempo livre. Mas esse paralelo possui um limite, a partir do qual é possível avançar no diagnóstico da contemporaneidade. A predicação heterônoma do tempo livre, para Adorno, é fundada na *integração* da totalidade da vida humana à estrutura profundamente *funcionalizada* do capitalismo de seu tempo. “Numa época de integração social sem precedentes”, inaugura o ensaio, “fica difícil estabelecer, de forma geral, o que resta das pessoas, além do determinado pelas funções” (*op. cit.*, 71). Entre as formas sociais em declínio, a partir da emergência daquilo que Rosa chama de modernidade tardia, está justamente o ideal de divisão funcional entre trabalho e vida. Esse esquema de ordenação temporal está de acordo com o sequenciamento hierárquico das atividades: primeiro o trabalho, depois a distração. Essa hierarquia é uma representação daquela sobredeterminação do tempo de trabalho sobre o tempo livre, indicada por Adorno. O que estaria em vias de substituir tal esquema, para Rosa, é um novo imperativo desvinculado da diferenciação funcional – desvinculado, sobretudo, por sobrepujar o poder de coação daquele modelo. Trata-se do imperativo dos *prazos*, uma forma de coordenação da experiência temporal que dispensa a divisão rígida entre esferas de ação, resultando, não obstante, em uma mobilização integral dos sujeitos.

“O poder do prazo” determina, agora, a ordem serial das atividades e, sob condições de escassez de recursos temporais, leva a um estado no qual objetivos que não estejam vinculados a prazos e compromissos são perdidos

de vista, pois o peso daquilo “que deve ser feito (antes)” os sufoca, por assim dizer – apenas resta um vago sentimento de que ninguém mais possui tempo para fazer “qualquer coisa”. Estamos constantemente “apagando o fogo” que incendeia sempre de novo, em meio aos imperativos multidimensionais de coordenação de nossas atividades, e já não conseguimos chegar perto, muito menos perseguir, objetivos de longo termo (ROSA, 2013, p. 136).

Para desenvolver o problema do tempo livre hoje, segundo a teoria da aceleração social, é preciso recorrer a um novo esquema conceitual que reflita as transformações das técnicas de administração da experiência. Toca-se, portanto, no âmbito material da aceleração social: a aceleração técnica. Como já explicitado anteriormente, a aceleração técnica fornece o substrato material das outras formas de aceleração. A velocidade das comunicações é ponta de lança dos processos de aceleração técnica na contemporaneidade e, para o diagnóstico proposto por Rosa, esse fato é prenhe de consequências, sobretudo pelo fato de que, pela primeira vez na história moderna, não apenas o espaço é levado à supressão pela aceleração, mas o próprio tempo. A palavra-chave aqui é instantaneidade. Rosa se refere ao trabalho de John Urry (2009), que se debruça sobre a questão temporal no âmbito da revolução digital e desenvolve uma análise das consequências sociais da imposição do “tempo instantâneo”, que, em fins do último século, tornou obsoleto o tempo do relógio. É possível também se referir à noção de *timeless time*, o tempo atemporal da sociedade em rede. Uma das questões principais, apontadas por Urry, e adotadas no diagnóstico de Rosa, é o declínio dos padrões sequenciais – característicos da divisão hierárquica entre esferas de ação, em relação às quais Adorno expunha a heteronomia do tempo livre – como forma de coordenação e administração das relações sociais. Enquanto metáfora, a noção de tempo instantâneo descreve um conjunto de relações que, não necessariamente operantes sob condições de instantaneidade, apontam para essa condição como um ideal. Do ponto de vista da administração subjetiva do tempo disponível, a instantaneidade opera como um imperativo de contemporização, isto é, a dissolução das divisões e dos contrastes entre esferas e cadeias distintas de ação. Ter a habilidade de lidar *simultaneamente* com mais de uma tarefa, de tornar a atenção ágil o suficiente para contemporizar diferentes âmbitos da vida – outrora puritanamente separados –, é requisito fundamental para quem pretende manter-se sincronizado. Richard Sennett (2010), por sua vez, descreve o mesmo fenômeno como “flexitempo”. Essa é a categoria de orientação temporal de uma sociedade que, segundo Sennett, se rebelou contra a rigidez e a estabilidade da “rotina”. “A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais

nas forças que dobram os homens” (*op. cit.*, p. 53). Dobram e estressam os homens – esticar e deformar.

As estratégias de contemporização são possibilitadas por meios técnicos e horizontes normativos. Pode-se pensar nas mudanças do âmbito da tecnologia de informação e comunicação que possibilitam a troca global e simultânea de dados; mudanças no ambiente organizacional, que fazem as distinções entre dia e noite, dia de trabalho e fim de semana, tempo de trabalho e tempo livre desaparecerem; a intencionada efemeridade de modas, bens, processos produtivos, ideias e imagens; o crescimento do número de contratos de trabalho temporário e o desenvolvimento de uma força de trabalho *just-in-time*; a mobilização do tempo livre para atividades de treinamento e formação continuada, para se manter ao passo das mudanças etc. (cf. ROSA, 2013, p. 220).

O problema do imperativo dos prazos pode ser elucidado, para Rosa (2015a), a partir de uma análise do significado estrutural da emergência do padrão simultâneo – no lugar do antigo padrão sequencial. Esse pode ser resumido em duas consequências: *despadronização* das práticas laborais e *desdiferenciação* da esfera do trabalho.

[...] em uma certa época e em certo estado de desenvolvimento do capitalismo, a diferenciação espacial e temporal estrita da produção, isto é, separação de trabalho e distração, e a seguinte padronização dos processos e movimentos, possibilitaram enormes aumentos em produtividade. Hoje, em contraste, esses aumentos são alcançados num sentido oposto – quer dizer, o potencial de ganhos é buscado em grande medida na *despadronização* e na *desdiferenciação* (ROSA, 2015a, p. 78).

Mas essa alteração no ideal organizacional não emerge, segundo as categorias da aceleração social, sem uma correspondente alteração no âmbito da auto-interpretação que os sujeitos fazem de si mesmos, o que significa uma reeducação da mentalidade e dos sentidos do trabalhador – e, em potencial, de todos os indivíduos – que deve se adaptar a essa nova ordenação da experiência temporal.

Como uma consequência da correspondente “reeducação dos sujeitos”, requerida pela despadronização, as pessoas hoje trabalham mais rápido e com mais eficiência quando *não* estão atadas a horas de trabalho estritas; por exemplo, quando processos de trabalho são adaptados a rotinas individuais ou podem ser realizados em casa. Seguindo a internalização e habituação compreensiva dos padrões de competição e performance, indivíduos vêm a tornar-se mais produtivos e criativos se não são restringidos por confirmações de presença e relógios de ponto, mas exclusivamente por prazos de entrega de resultado – via o “poder dos prazo” (*thepower of deadline*). A “purificação” da esfera de trabalho, em termos de isolamento em relação a todas as outras questões do mundo da vida, bem como em termos de separação espacial, não é mais necessária; ao contrário, a

dissolução dessa separação facilita a utilização de recursos proveniente do mundo da vida, com o objetivo de atingir ganhos adicionais de produtividade (*op. cit.*, p. 79).

Em certa medida essa condição, orientada pelo prazo, constitui o núcleo do novo tipo de heteronomia que coloniza o tempo livre. O abandono – pelo menos como ideal – das fronteiras entre trabalho e vida possibilita um salto qualitativa das formas de coordenação temporal, que se desvencilha do paradigma da disciplina e, por sua vez, repousa no paradigma da dinamização. O fundamento desse controle também é negativo: a possibilidade sempre presente de ser ultrapassado pela concorrência e, por fim, por falta de agilidade, ser expulso do jogo. Nesta condição de reeducação das subjetividades, a adição e o consumo de imagens, sensações das novas formas do culto à distração, em nada contradiz o imperativo da aceleração. As esferas da vida, que já não se diferenciam ou operam em uma lógica distinta da competitividade e da produtividade, são todas avaliadas sob o critério da *performance*.

Com a desregulação das fronteiras temporais emerge uma sociedade de aceleração ubíqua. Convergente com o diagnóstico de Rosa é aquilo que Jonathan Crary (2014) afirma ser o surgimento de uma sociedade 24/7. Para ele esse desenvolvimento corresponde à imposição de um estado de imperatividade contínuo, dentro do qual trabalho e consumo se fundem num amálgama de mobilizações e excitações infinitas. O diagnóstico quase apocalíptico de Crary tem como mote o assédio contemporâneo ao sono, última barreira natural-antropológica à dinamização e à extração do valor, para ele. Uma das evidências empíricas sobre a qual Rosa fundamenta a teoria da aceleração social seria a de que, no Ocidente moderno, haveria uma redução significativa do tempo de sono – o que, assim como a redução da duração das refeições, dos discursos políticos e dos encontros, se enquadra na categoria de aceleração do ritmo da vida, em sua dimensão objetiva. Toda uma subárea da sociologia, chamada de “sociologia do sono”, parece ter se beneficiado desse *insight* de Rosa, segundo o artigo de Eric Hsu (2014). Mas o argumento de Crary acerca dos “fins do sono” vai na direção de uma generalização, segundo a qual transformação do sono em uma fortaleza sitiada, último refúgio da atenção profunda, do descanso e da ausência de ansiedade, significa que, em potencial, qualquer dimensão da vida humana pode se tornar um meio de extração de valor, de mobilização, de excitação dos sentidos. Em um viés algo benjaminiano, Crary trata o sono como uma forma de experiência arcaica, na qual conteúdos supostamente suprimidos pelo processo de modernização são conservados. Até mesmo as relações que envolvem o sono são elencadas para explicitar seu caráter incompatível com as demandas temporais do capitalismo 24/7. Uma das condições sociais do sono é a confiança e a entrega ao outro, pois

apenas aquele que está certo de que não será violentado pode dormir – algo que o princípio da concorrência onipresente, ou o fantasma da dessincronização, negam radicalmente. Também a cadência entre o sono e a vigília, a temporalidade contrastante entre dia e noite, a sazonalidade e os ritmos demarcados pela atividade e o descanso são mediações entre o social e o natural que formam um limiar de tensão patente com o imperativo 24/7. Os sonhos, para além de revelarem os *conteúdos* recalcados pela consciência, revelariam, na sua *forma*, uma experiência recalcada pela história. Se é possível tratá-lo assim, o tempo do sono é uma daquelas clivagens temporais descritas por Rosa como categorias de inércia, gargalos por onde as torrentes da aceleração social passam com mais violência, mais pressão. “A verdade chocante, inconcebível, é que nenhum valor pode ser extraído do sono” (CRARY, 2014, p. 20).

Para Crary o que há de novo nos termos das tecnologias de controle, em mais um ponto convergente à teoria da aceleração social, é a dissolução do paradigma do panóptico, que operava a partir de uma circunscrição bem definida do espaço a ser observado. As luzes da fábrica contrastavam com as sombras da então chamada vida cotidiana. Numa interface contínua entre produção e consumo, o mundo teria sido convertido em um grande shopping center no qual cada indivíduo é incitado à escolhas e digressões infinitas, assediado pelas telas e pelo convite ininterrupto à ação. “A insônia é o estado no qual a produção, o consumo e o descarte ocorrem sem pausa, apressando a exaustão da vida e o esgotamento dos recursos” (*op. cit.*, p. 27). O novo paradigma econômico, capitaneado pelas empresas de tecnologia, seria o da “economia da atenção”. Seria, portanto, o da vigília permanente. A ausência de contrastes, entre dia e noite, entre vida pública e privada, entre sistema e mundo da vida, enfim, entre o tempo ansioso do mundo acelerado e o tempo distendido e concentrado da experiência intelectual, é a imagem final, para Crary, da pós-história: o presente eterno, sem contrastes, sem alteridades. A mobilização total do imperativo 24/7 redundava, por sua vez, numa forma de estagnação muito similar à descrita por Rosa como frenesi em suspensão.

Por trás do vazio da frase de efeito, 24/7 é uma redundância estática que contradiz sua própria relação com as tessituras rítmicas e periódicas da vida humana. Remete a um esquema arbitrário e inflexível de uma semana de duração, subtraído do desdobramento de qualquer experiência variada ou cumulativa. Dizer “24/365”, por exemplo, não é a mesma coisa, pois a expressão sugere, com certo preciosismo, uma temporalidade estendida ao longo da qual algo pode de fato mudar, e ao longo da qual eventos inesperados podem ocorrer [...] muitas instituições no mundo desenvolvido funcionam 24/7 há décadas. Apenas recentemente a elaboração e a configuração da identidade pessoal e social foram reorganizadas a fim de se adaptarem à operação ininterrupta de mercados, redes de informação e

outros sistemas [...] O que é novo é o amplo abandono da pretensão de que o tempo possa estar acoplado a quaisquer tarefas de longo prazo, inclusive a fantasias de “progresso” ou desenvolvimento. Um mundo 24/7 iluminado e sem sombras é a miragem capitalista final da pós-história, de um exorcismo da alteridade, que é o motor de toda mudança histórica (*op. cit.*, p. 18-9).

O imperativo da contemporização, no entanto, atinge também o horizonte mais amplo das ações, ao nível do *ethos* que orienta a vida de cada indivíduo. Afinal, se de um ponto de vista da experiência imediata ele se manifesta como princípio de coordenação da ação, do ponto de vista biográfico se precipita como um novo paradigma ético, no interior do qual características normativas próprias à “modernidade clássica” são radicalmente negadas. Mas essa condição não pode ser bem compreendida sem que se exponha a terceira categoria-chave do diagnóstico de Rosa. Tanto ao nível biográfico quanto epocal verificam-se os predicados da *situacionalidade* e da *destemporalização*. Como se demonstrará a seguir, suas consequências implicam numa erosão dramática do ideal cultural desenvolvido com o surgimento mesmo da modernidade.

2.4. Destemporalização e situacionalidade

É possível realizar uma transição do âmbito da experiência imediata do tempo, tratada sob o ponto de vista da categoria de contemporização, para o âmbito epocal e biográfico, a partir do mesmo problema, acima tratado, da experiência temporal da televisão. Esse problema exemplifica, como se pretende demonstrar, a maneira através da qual as mudanças estruturais na administração da experiência temporal são precipitadas em uma nova qualidade de tempo, que está na base da nova auto-interpretação cultural da modernidade, analisada individual e coletivamente pela teoria da aceleração social.

Trata-se do que Rosa (2010; 2013) chama de *paradoxo subjetivo do tempo*. Sua proposição é a seguinte: o tempo experienciado como uma variedade de acontecimentos interessantes, que captam a atenção profunda e envolvem o sujeito, é percebido como curto em sua realização – “tudo o que é bom dura pouco” – mas, por outro lado, quando rememorado, parece longo e repleto. Já quando se trata de uma experiência entediante, como uma longa espera, é percebido como longo – “o tempo não passa” – e rememorado como curto e vazio. É possível elucidar esse paradoxo a partir de um exemplo dado pelo próprio Rosa.

Se você faz algo que realmente te agrada e recebe muitas impressões revigorantes, intensas e estimulantes, o tempo se vai, normalmente, muito rapidamente. Mas quando você olha para trás, ao fim do dia, inevitavelmente sentirá que esse foi um *longo* dia. Pense, por exemplo, em uma viagem de

férias, de Estocolmo à Riviera. Você inicia a viagem bem cedo, toma um barco e depois um avião para Munique, faz um pequeno *city-tour*, passa algumas horas nos Alpes e, ao fim da tarde, está sentado em algum agradável café ao lado do Mediterrâneo. Quando estiver prestes a dormir você provavelmente pensará que iniciou sua viagem em Estocolmo dois ou três dias antes. Assim, um tempo curto e agitado na experiência se torna um tempo extenso na memória. Mas o inverso também é verdadeiro. Pense em um dia em que você gasta horas de espera em uma estação ou em um escritório, e talvez com um acréscimo de espera em engarrafamentos. Enquanto você espera, obviamente, o tempo parece se estender milagrosamente [...] Quando for se deitar ao fim de um dia como esse, no entanto, sentirá que acabou de acordar: milagrosamente, terá a impressão de que o dia atravessou um vazio (ROSA, 2010, p. 93).

Em termos abstratos, a relação *experiência-memória* pode ser descrita, temporalmente, como *longo-curto* e *curto-longo*. A explicação dada para essa relação paradoxal se baseia na produção de traços mnemônicos, que encontram um terreno fértil no contexto excitante das férias de um sueco na Riviera Francesa, e simplesmente são bloqueados pela angústia e pelo tédio daquele que espera. Mas tal problema não teria relevância para a teoria da aceleração social, não fosse uma nova forma de seu desdobramento, a qual Rosa remete ao ensaio de Ariane Barth (1989). Trata-se do “paradoxo da televisão”. O tempo passado em frente à televisão – e é possível dizer, certamente, em frente à tela do computador – possui todas as características de rapidez e excitação do tempo experiencial curto. No entanto, após horas de TV ou de algum jogo virtual, o sujeito é acometido por uma sensação de vagueza e de que o tempo foi completamente suprimido – nenhum ou poucos traços mnemônicos são deixados. Rosa atribui duas causas a esse fenômeno: em primeiro lugar, diferentemente do exemplo dado, a experiência de assistir a um filme, pular de um canal ao outro, ou de uma aba de navegação a outra, ao longo de horas, é sempre uma experiência *dessensualizada*, isto é, apenas envolve os sentidos da visão e da audição, de modo que corporeidade da experiência é praticamente inexistente. Em segundo lugar, o conjunto de impressões que compõem este tipo de experiência é deficiente de conexões entre si, bem como a experiência mesma é *descontextualizada* em relação ao curso da vida daquele que a vivencia. As narrativas subjetivas não podem se apropriar, ou apenas apropriam-se pobremente, do conteúdo fornecido por tais experiências. Sob essas condições, a saturação dos conteúdos da experiência parece reverter-se, proporcionalmente, em uma degradação dos conteúdos da memória.

A dimensão da experiência, se tomada com detalhamento, pode revelar um outro sentido da *fometemporal*. Além de explicada a partir de uma motivação cultural própria ao Ocidente secularizado, que Rosa resumiu como substituição da promessa de eternidade pela

promessa de aceleração, ou seja, a partir da ideia-norma segundo a qual uma boa vida é aquela que de mais experiências usufrui, essa carência também pode ser explicada a partir de relações de necessidade socialmente estruturadas. Rosa demonstrou que a percepção genérica de que o “tempo voa” em função das altas velocidades atingidas pelos meios técnicos é uma falácia: o “tempo voa” *a despeito* das altas velocidades atingidas pelos meios técnicos. O paradoxo da coexistência dos fenômenos da aceleração técnica e da aceleração do ritmo da vida indica a existência de uma força social não revelada de imediato, uma força que sobrepuja o fator ilógico dessa relação – daí a necessidade de indicar os “motores da aceleração” como um elemento externo, que opera por detrás dos próprios fenômenos. O produto da interação desses motores é, de forma resumida, uma tendência ao crescimento exponencial – e, em consequência disso, do ponto de vista estrutural, uma estabilização dinâmica. Tanto o imperativo da acumulação (que se traduz, ao nível da ação, num imperativo de competitividade e performance) quanto o ideal moderno de boa vida, ao se sedimentarem historicamente, constituem uma relação circular, mediada pelas mudanças sociais, que autonomiza a aceleração social. A *carência de tempo* torna-se, assim, um traço elementar do processo de socialização, assumindo, em suas manifestações atuais, uma face menos prometeica que ameaçadora, como discutido no capítulo anterior. A heteronomia que performa a experiência do tempo sob as leis da aceleração social não resulta apenas da pressão externa ao movimento, mas, sobretudo, da erosão dos horizontes de sentido e da estabilidade necessária para que os sujeitos constituam suas próprias semânticas – isto é, para que tomem suas vidas como projeto próprio, aquilo que se expressava como promessa, entre outros lugares, no romance de formação. Essa dimensão subjetiva é também aqui reveladora da potência crítica da teoria de Rosa para uma apreensão das novas formas de sofrimento: mais do que a velocidade e a *quantidade* de pressão, o que figura como motivo de angústia para os sujeitos contemporâneos é a nova *qualidade* da experiência temporal, profundamente empobrecida em sua capacidade de produzir conteúdos mnêmicos e, conseqüentemente, de produzir o lastro necessário para a formação da identidade⁵². A reclamação generalizada de falta de tempo por parte de pessoas que despendem horas e horas assistindo TV ou navegando (ou, seria melhor, flutuando?) na Internet, para se entreterem, parece confirmar essa hipótese. Seguindo as tendências ulteriores da obra de Rosa, poder-se-ia falar desse *sentimento de falta*, deixado pela experiência acelerada do mundo, como resultado de um déficit de *ressonância*: de uma relação que causa eco entre os sujeitos e entre esses e o mundo. De qualquer forma, é

⁵² Veja-se que o trabalho da psicanalista Maria Rita Kehl, *O tempo e o cão: a atualidade das depressões* (2009), corrobora diretamente essa tese.

no âmbito da experiência – aposta-se, na presente exposição – que a teoria da aceleração colhe seus melhores frutos.

Obviamente as condições apresentadas como bases do paradoxo da televisão não podem ser generalizadas como condições *tout court* da experiência temporal na modernidade tardia, mas guardam um paralelo fundamental, expresso justamente na erosão de uma perspectiva longitudinal da temporalidade, que só pode ser fornecida pela consolidação dos “rastros” mnemônicos e pela expectativa de continuidade. O padrão *curto-curto* que resulta do paradoxo da televisão pode, sim, ser generalizado enquanto um tipo ideal da experiência biográfica e histórica na fase presente da aceleração social. A velocidade, a fragmentação e o imperativo da contemporização mobilizam o tempo cotidiano de tal modo que as camadas mais elaboradas da temporalidade são radicalmente alteradas. A descontextualização entre um fenômeno e outro, a mudança randômica entre uma cadeia de ação e outra, bem como a expectativa permanente da descontinuidade, erodem a realização de uma narrativa de vida coerente. Do ponto de vista do paradoxo subjetivo do tempo, apesar de objetivamente cada indivíduo esteja vivendo mais – extensiva e intensivamente – as vidas são, não obstante, sentidas como fugazes e curtas. Não há novidade, desde Benjamin, pelo menos, que fragmentos e episódios de vivência (*Erlebnis*), sem uma narrativa que os aproprie e elabore, não podem se transformar em experiência (*Erfahrung*) propriamente dita. Mas há um salto para um estágio mais profundo dessa condição, segundo Rosa. A pobreza de experiência se revelava, na época de Benjamin, por exemplo, no gosto burguês pelo *souvenir*, pelo traço externo de memória, enquanto no tempo presente o *souvenir* também é contingenciado: ele só se ata a alguém por tempo determinado, enquanto os afetos e as referências subjetivas não serem alteradas, revisadas, reorganizadas. Afinal, como será demonstrado, para a teoria da aceleração social o tipo ideal da individualidade contemporânea é aquele que se apresenta sempre com um marcador temporal: o que alguém é *hoje* e por quem estava apaixonado *ontem* são traços que não terão peso, *necessariamente*, nas escolhas feitas *amanhã*.

Para reconstruir os passos desse caminho, o qual resulta no fenômeno da destemporalização, pode-se recorrer mais uma vez à longa citação de Rosa no início deste capítulo. O desenvolvimento de um ritmo geracional das mudanças sociais, ritmo esse que teria fornecido o equilíbrio entre a dinâmica e a estática da “modernidade clássica”, a partir do qual cada geração se via na condição e na necessidade de dar o próximo passo na ladeira ascendente do progresso, resultou num complexo estrutural e cultural cujo colapso, em fins do último século, demarca o surgimento da nova experiência temporal – a qual se pode ler através do padrão *curto-curto*, acima descrito. Recapitulando algumas características desse

mundo passado é possível tocar em algumas bases estruturantes do mundo que hoje se apresenta.

O processo analisado por Koselleck a partir da emergência das estruturas sociais e dos ideais culturais que predicaram a experiência moderna do tempo, uma vez ordenado e condicionado sob o conceito de progresso, descreveu o movimento do que Rosa chama de temporalização – tanto do tempo histórico quanto do tempo biográfico. É possível recorrer às reflexões de Paulo Arantes (2014) acerca da confluência, por exemplo, da imaginação moderna do Novo Tempo (*Neuzeit*) e do Novo Mundo, a confluência das expectativas temporais com a perspectiva espacial daquilo que está além do mar, do horizonte, do conhecido – uma relação que realça a ideia de que, a partir de dado momento, a história começou a ser pensada como um processo longitudinal e evolutivo, cujo cume não se colocava mais verticalmente, mas nos horizontes de expectativas. Rosa retoma essas mesmas observações de Koselleck para caracterizar a modernidade como uma cosmologia na qual o *direcionamento e o controle humano* são pilares estruturais e referenciais normativos fundamentais, pois a perspectiva do progresso carrega consigo a ideia do aperfeiçoamento, da domesticação das forças brutas e irracionais, e, sobretudo, de uma nova concepção de política, cujo componente novo é justamente o do movimento: os objetivos sempre estão à frente, como um ponto em direção ao qual é preciso seguir (cf. ROSA, 2013, p. 257-8). Outras características da temporalização da história, testemunhas inequívocas deste novo imaginário, são as filosofias da história. Seguindo os passos descritos por Giacomo Marramao (1997), é possível ver como esta vertente do pensamento moderno está intimamente relacionada ao conceito de secularização que, diferentemente de sua conotação eclesiástica original, passou a significar “mundanização” (*Verweltlichung*). As filosofias da história, sob a égide da mundanização, transferem a vitalidade e o movimento antes atribuídos às forças extramundanas para o tempo dos homens. Mesmo seu componente ideológico, alvo privilegiado das teorias pós-modernas, revela algo de substancial da experiência temporal que emergiu com a Revolução Francesa: a expectativa de um percurso linear e inequívoco da história, cujas leis poderiam ser positivamente conhecidas e, quando desejável, aplicadas – para acelerá-la. O tempo histórico, até então um meio neutro através do qual múltiplas histórias se desenvolviam, sem uma direção comum, passa ele mesmo a ter uma história, e o conjunto dos eventos até então autônomos, é subsumido pelo espectro da *história universal* (cf. ROSA, 2013 p. 257; ARANTES, 2014, p. 34-5).

Mas o mais importante, do ponto de vista da teoria da aceleração social, é que a constituição dos horizontes normativos da modernidade resulta de um entrelaçamento entre a

experiência da dinamização social e a expectativa de direcionamento do movimento, através de critérios político-jurídicos democraticamente – ou, pelo menos, humanamente – definidos. Para resumir o argumento, sob uma tal expectativa a aceleração social não podia ser senão um *meio* para o progresso e a emancipação individual e coletiva. Mas a transformação da aceleração em um *fim* em si mesmo, tendo em vista seu grau paroxístico na virada da modernidade tardia, está na raiz da suplantação da promessa moderna de autonomia. Rosa até mesmo fala de uma suplantação do projeto cultural da modernidade pelas relações estruturais do processo de modernização (aceleração) (cf. ROSA, 2013, p. 274-6). Segundo seu esquema categorial, a partir de dado momento o processo de aceleração social já não requer mais qualquer tipo de força externa para se manter vivo, e o conjunto de suas relações se fecha em um círculo de retroalimentação. O uso sempre exaustivo das potencialidades liberadas pela aceleração técnica resulta numa constante transformação do regime espaço-temporal, e, conseqüentemente, das relações e das formas sociais. A intensificação da aceleração social, por sua vez, precisa ser temporalizada pelos agentes sociais, de modo que, uma vez chegado o limite de dinamização subjetiva, mais aceleração técnica é requerida (ROSA, 2003; 2010; 2013). Segundo as categorias anteriormente trabalhadas, o impulso à aceleração e ao crescimento se tornaram idiotismos autojustificados, que operam como imperativos de integração: é preciso correr não para chegar a algum lugar, mas para não perder o lugar que já se tem. Não à toa Rosa se utiliza da metáfora da bicicleta, segundo a qual o manter-se movendo é o fim e a condição do próprio movimento – se parada, a bicicleta simplesmente se desestabiliza. Quando perguntado a respeito, ele diz:

Se a velocidade das mudanças torna-se demasiada, perde-se a impressão de que se está movendo em direção a algum lugar, apenas sente-se que existem mudanças erráticas ao redor. Mas existe outra dimensão, que é um tipo de inércia complementar à aceleração – e esta é uma ideia que pode ser encontrada em Paul Virilio –, que diz respeito à lógica escalar que sustenta o sistema de aceleração, ao que eu atribuo a rigidez de uma jaula de aço – para utilizar o termo de Weber. A necessidade de crescimento é permanentemente posta sobre você. Hoje, amanhã e depois de amanhã, o fato de que devemos crescer, inovar e mudar não muda jamais. E esse é o lado estável da modernidade. Os motores da aceleração estão, eles mesmos, intactos. E isso é curioso, pois no momento em que tudo parece mudar, as pessoas sentem que, a respeito dessa forma de vida, nada pode ser mudado. Por isso gosto da metáfora da bicicleta: se ela se move com velocidade, torna-se muito estável, mas se se move devagar, corre o risco de tombar. Assim, se estamos em um estado de grande velocidade, mantemo-nos estáveis – mas isso significa que passamos a criar grandes perigos, pois uma vez que a bicicleta se choca contra algo, o resultado é desastroso (ROSA *apud* TZIMINADIS, 2017b).

Essa “cristalização cultural” é o outro componente que, ao lado da aceleração dessincronizada, constitui o conceito de frenesi em suspensão, utilizada por Rosa como distintivo da modernidade tardia. Aí, portanto, as motivações normativas que suportavam a dinamização social entram em colapso. A promessa moderna de autonomia – fim pelo qual a aceleração dos processos de liberação material, social e ética deveria existir – torna-se uma razão insustentável, desmentida pela autopoiese dos processos aceleratórios. O ritmo *intrageneracional* das mudanças sociais não apenas aprofunda os riscos de desintegração entre as gerações – risco que, como já demonstrado, é inerente à moderna temporalização da história – como também retira dos horizontes de ação uma perspectiva do avanço, do cumulativo. Conseqüentemente, como já sugerido anteriormente, o poder integrador da sociedade de aceleração social já não reside na positivação de promessas, mas na ameaça do expurgo. No entanto, mesmo no caso em que se desenvolvam capacidades técnicas de toda sorte para que os sujeitos tenham habilidade sempre renovada de se *sincronizarem*, ou então que as instituições reflexivas da sociedade (como o direito e os âmbitos da deliberação democrática) se adaptem às demandas de velocidade oriundas da economia, do desenvolvimento tecnológico e das relações sociais, é de esperar que o processo da aceleração social conduza à completa heteronomia e à iminência da catástrofe ambiental.

A promessa converteu-se em ameaça, ou até mesmo um pesadelo, ao menos nas chamadas economias desenvolvidas: se não crescermos, acelerarmos e inovarmos, as coisas se tornarão piores; iremos ao encontro de crise e desastre. Assim, indivíduos e coletividades já não se movem, hoje, em direção a algum objetivo ou à promessa de um horizonte melhor; ao contrário, estão correndo de um abismo que se abre atrás deles. Essa realidade é refletida em dados empíricos: pois, talvez pela primeira vez na história moderna, pais, em larga escala e em todos os países ocidentais, já não acreditam num *futuro melhor para seus filhos* – tudo o que esperam é que a vida não seja tão ruim para eles. Assim, crescimento, aceleração e inovação perderam seu potencial, seu apelo e promessa cultural: é claro (ou, pelo menos: *assim esperamos*), a economia continuará crescendo – mas ninguém (pelo menos ninguém em sã consciência; em outras palavras, ninguém senão os economistas) acredita que isso colocará um fim à pobreza, à escassez ou à luta, progressivamente intensificada, pela sobrevivência econômica. É claro, invenções tecnológicas nos fornecerão instrumentos mais rápidos e um aumento adicional na velocidade da vida social – mas ninguém acredita que isso porá um fim à escassez de tempo. Inovações científicas e reformas políticas ocorrerão a um ritmo inquietante – mas ninguém realmente acredita que isso melhorará nossas vidas [...] Em suma, então, o prospecto do progresso foi substituído pelo horizonte da crise e da catástrofe, e essa catástrofe possui duas faces possíveis: um cenário diz respeito à falharmos em nos dinamizar e, portanto, nos estabilizar; assim, nossas economias, *welfare-states* e sistemas democráticos poderiam ruir, e nós poderíamos regressar à pobreza, à escuridão e até mesmo a um estado bélico. O outro consiste num cenário no qual *nós* conseguiríamos manter as

taxas de crescimento, aceleração e inovação. Isso conduziria a um desastre ecológico, ou, no mínimo, requeria seres transhumanos, capazes de correr cada vez mais rápido a cada ano apenas para, apenas, manter-se no mesmo lugar (ROSA, 2015c, p. 288).

De um ponto de vista institucional, o que está por detrás dessa capitulação das expectativas normativas é uma dessincronização, para utilizar os termos de Rosa (2005), entre a “política no tempo” e o “tempo na política”. A primeira diz respeito ao processo de politização das expectativas aberto pela concepção progressista da história, e a segunda ao ritmo de processamento político institucionalmente definido: a duração dos governos, das eleições, das deliberações, bem como o ritmo de implementação das decisões. Enquanto uma “sociedade de direcionamento”, a modernidade clássica só pôde estabelecer um balanceamento entre essas duas temporalidades a partir de um ajuste ideal entre a velocidade dos desenvolvimentos sociais, econômicos e culturais, e a velocidade dos processos políticos: dinâmicos o suficiente para fazer girar a esteira do progresso, e estáveis o suficiente para que um programa seja experimentado e um objetivo de longo prazo estabelecido. Rosa identifica esse balanceamento à noção de ritmo de mudanças geracionais, abaixo do qual a percepção progressista da história não existe, e acima do qual a direcionamento político do movimento é enfraquecido. Em uma série de exemplos (cf. ROSA, 2013, p. 260-1), Rosa demonstra como o componente normativo da política democrática passa a ser externalizado do âmbito político, de modo a transformar este em um meio meramente reativo às demandas externas: quanto menos política, mais eficiência. O componente deliberativo e a pretensão de razoabilidade alcançada pelo consenso, por assim dizer, assinalam o risco da dessincronização⁵³. Dessa forma, a política perde seu papel de *estabeledora de ritmo* da aceleração social, e se torna uma *política situacional*. O âmbito político cai sob as forças heterônomas da aceleração de um modo dramático, pela seguinte relação: *as mesmas forças que comprimem o tempo disponível para os processos deliberativos produzem, por outro lado, uma complexificação das matérias sobre as quais se deve deliberar*. Os desenvolvimentos tecnológicos aventam cada vez consequências mais profundas e de difícil mensuração (como as tecnologias nucleares e genéticas), de modo que exigem uma cautela maior quando se transformam em objeto de deliberação. O alto contingenciamento econômico, sobretudo pela imprevisibilidade e volatilidade dos mercados financeiros, também demanda a construção de prognósticos cada vez mais acurados. Ou, então, as reivindicações cada vez mais diversas dos movimentos que se orientam por uma política da diferença (a lógica dos guetos), minando as bases

⁵³ Não à toa Rosa critica a cegueira de Habermas para as condições temporais que condicionam os processos deliberativos (ROSA, 2015).

convencionais que forneciam certos princípios para as tomadas de decisão, demandam da política uma permanente revisão de pressupostos, temporalmente custosa.

Neste ponto é possível enxergar com maior clareza a sugestão de Rosa, segundo a qual o frenesi em suspensão da temporalidade na modernidade tardia é uma tradução cultural do padrão *curto-curto* do “paradoxo da televisão”. Assim como a experiência dessensualizada e descontextualizada com as imagens não produz rastros mnemônicos, permanecendo, assim, uma experiência episódica, também o declínio de um horizonte normativo, dotador de sentido do movimento da aceleração social, lança os processos sociais dentro do cadinho da contingência. A compulsão ao movimento já não resulta numa projeção longitudinal. Quando muito, os horizontes são de “expectativas decrescentes”, para usar o termo de Arantes, ou “catastróficas”, segundo o próprio Rosa. O diagnóstico do fim da história, na verdade, parece ser uma racionalização justamente do processo estrutural de *destemporalização da história* e *temporalização do tempo*. Nesse movimento se encontra uma dialética reversiva: a fase atual da aceleração social conduz a uma estrutura temporal muito mais similar às formas de *situacionalidade* pré-modernas, dentro das quais a vida coletiva e individual é conduzida através de momentos dissociados, profundamente vulnerável a contingências, e sem qualquer vínculo com a pretensão de autodeterminação. Obviamente, no entanto, a situacionalidade das sociedades pré-modernas guarda diferenças fundamentais em relação à imposta pelo movimento errático da modernidade tardia.

Nos tempos antigos, por assim dizer, nas várias formas de pré-modernidade, as pessoas basicamente nunca sabiam o que iria acontecer no dia seguinte: talvez houvesse um incêndio, uma seca, uma doença ou qualquer acidente, e eles não saberiam o que viria depois. Assim, em certo sentido, a vida era destemporalizada. Mas desde o começo da modernidade a vida foi sendo temporalizada. Como disse antes, a vida social e individual ganharam um prolongamento linear, de modo que cada geração deveria encontrar seu próprio lugar e desenvolvê-lo. Na modernidade tardia, para muitas pessoas as coisas voltaram a ser como no começo: elas não sabem o que o amanhã trará. Mas existem duas diferenças. Uma delas diz respeito ao fato de que agora as mudanças são endógenas, e não exógenas como um incêndio, uma doença ou uma seca – são produzidas pela própria sociedade. É a lógica da estabilização dinâmica o que faz as pessoas não saberem o que acontecerá amanhã. E a outra diz respeito à retirada sistêmica das seguranças ontológicas. Isto é, no mundo pré-moderno, para muitas práticas cotidianas havia fortes tradições que informavam os procedimentos, você sabia o que fazer e como fazer – você sabia quem você era e o que a sociedade era. É por isso que o tipo de insegurança trazida pelo destemporalização da vida na modernidade tardia é tão diferente daquela vivida pelos pré-modernos (ROSA *apud* TZIMINADIS, 2017b).

A situacionalidade, num contexto de insegurança ontológica, como argumenta Rosa, resulta num aprofundamento da penetração dos poderes de dominação da lógica da aceleração. Afinal, como já observado por Kracauer (2009) no início do século passado, a agitação individual e coletiva, o frenesi da massa, é uma grandeza inversamente proporcional ao abismo existencial dentro do qual, com o auxílio da distração, essa mesma massa evita olhar.

Mas é preciso, por fim, expor os resultados dessa mudança do horizonte histórico no âmbito sintético do tempo biográfico. Não apenas os horizontes imediatos de alocação e administração do tempo são alterados com o imperativo da contemporização. A expectativa da contingência e a erosão do ritmo geracional das mudanças sociais alteram também o tipo ideal da subjetividade e seus referenciais normativos. É um dado importante o fato de que a *temporalização da vida*, o surgimento do tempo biográfico, tenha sua razão de ser justamente na mundanização e dessacralização da morte, no Ocidente. Enquanto uma unidade autorreferida de tempo, a biografia é uma forma que precisa ser composta pelo próprio sujeito, que não é legada pela tradição e não pode ser subsumida a qualquer noção de destino. O surgimento do romance de formação, em fins do século XVIII, corresponde justamente à busca por uma nova forma de narrar a vida, uma forma que corresponda à nova condição ambígua da *finitude*, pois que a vida individual já não se projeta mais no tempo sacro, e da *autonomia*, pois que, por não se projetar mais no tempo sacro, essa unidade de tempo deve ser determinada por aquele que vive. O exemplo do *Wilhelm Meister* de Goethe seja, talvez, o mais clássico exercício de conceituação sobre este novo status da vida. Ainda jovem, o personagem-título do romance, em uma conversa com aquele que mais tarde seria descoberto como um dos membros de um grupo de iluminados que teriam se responsabilizado pela sua educação, é aconselhado a tomar as rédeas de sua vida. Isto é, não esperar que o mundo tenha uma razão imanente, pois que essa deve ser o resultado de suas escolhas, dos caminhos tomados diante das necessidades externamente impostas:

– Mas então, o senhor não crê em destino? Num poder que nos governe e tudo conduza para nosso bem?

– Não se trata aqui do que creio, nem este é o lugar para lhe explicar como procuro tornar de certo modo concebíveis coisas que fogem à compreensão de todos nós; a questão aqui é saber qual o melhor modo de representação para nós. A trama deste mundo é tecida pela necessidade e pelo acaso; a razão do homem se situa entre os dois e sabe dominá-los; ela trata o necessário como a base de sua existência; sabe desviar, conduzir e aproveitar o acaso, e só enquanto se mantém firme e inquebrantável é que o homem merece ser chamado um deus na Terra. Infeliz aquele que, desde sua juventude, habitua-se a querer encontrar no necessário alguma coisa de arbitrário, a querer atribuir ao acaso uma espécie de razão, tornando-se mesmo uma religião segui-lo! Que seria isto senão renunciar à própria razão

e dar ampla margem às suas inclinações? Imaginamo-nos piedosos, enquanto avançamos, vagando sem refletir, deixando-nos determinar por contingentes agradáveis, e acabamos por dar ao resultado de uma tal vida vacilante o nome de uma direção divina (GOETHE, 2006, p. 83)

“[...] só enquanto se mantém firme e inquebrantável é que o homem merece ser chamado um deus na Terra”. Nada mais convergente com o espírito da promessa de autonomia da modernidade. Nada mais distante do sujeito coordenado pela necessidade de se sincronizar, orientado pela expectativa da catástrofe e pervadido pelas forças estressantes, que o esticam e o deformam. Não é preciso ir muito além disso para expor de que modo a *temporalização do tempo* se converte, também, numa *destemporalização biográfica*. De um ponto de vista externo, esse fenômeno pode ser captado pela sobredeterminação temporal dos cursos biográficos: justamente por não ter força para sobrepujar as contingências, o novo sujeito deve apresentar-se sempre com uma demarcação temporal – a profissão, a posição política, as preferências estéticas e sexuais sempre são predicadas pelo momento de sua própria apresentação – ontem, hoje ou amanhã. De um ponto de vista interno, essa condição é ressignificada a partir de um referencial ético que se orienta pelo contingenciamento do eu, pela pré-disposição à constante revisão dos caminhos trilhados, pela teatralidade e pelo cinismo (cf. ROSA, 2013, 231-50). O léxico do mundo corporativo é mais uma vez revelador: todos devem ser *players*. Essa última característica pode também ser representada pelo conceito de *performance* desenvolvido por Alain Ehrenberg (2010) e apropriado por Rosa, que diz respeito a uma condução estratégica da vida, fundada no princípio do momentaneamente oportuno e na publicidade de si. O resultado é uma prevalência do acidente sobre a substância: uma *identidade situacional*.

Se a insegurança ontológica, congênita já do indivíduo problemático de Lukács (2000), do narrador romanesco de Benjamin (1994) ou do homem civilizado de Weber (2011), exerceu desde o início da modernidade um impulso à aceleração (a aceleração é uma resposta moderna à finitude da vida), parece, hoje, também produzir um impulso paralelo à petrificação. Não apenas na forma da dessincronização a paralisação depressiva afeta, de modo particular, o sujeito situacional. Enquanto uma patologia psíquica associada à acídia, à falta de propósito e incapacidade de simbolização (KEHL, 2009), a *depressão*, nos termos de Rosa (2013), é a *forma patológica pura do frenesi em suspensão*, e o tempo estagnado que ela representa não diz respeito a uma forma de pacificação subjetiva, mas ao congelamento das relações com o mundo (ROSA, 2010). Como reflete o filósofo teuto-coreano Byung-ChulHan (2015), de maneira muito similar às sugestões de Rosa, o sujeito contemporâneo já não adoece mais pelo estabelecimento neurótico de fronteiras entre o eu e o mundo e entre esferas

distintas de ação, mas pela sua completa porosidade, pelo bombardeamento ubíquo de sensações, que não estabelecem relações. O sujeito depressivo é aquele que se vê prostrado diante de uma sociedade para a qual nenhum limite deve ser mantido. Em suma, trata-se de um eu em vias de implosão. A depressão “[...] irrompe no momento em que o sujeito de desempenho não pode mais poder. Ela é de princípio um cansaço de fazer e de poder. A lamúria do indivíduo depressivo de que nada é possível só se torna possível numa sociedade que crê que nada é impossível” (HAN, 2015, p. 28). Essa mesma angústia se revela na dissociação do eu que está na base do conceito de *identidade situacional* de Rosa, uma forma de auto-representação individual que conecta o declínio dos horizontes normativos da modernidade e o desenvolvimento de novos modos de sofrimento. O conceito de mediação dessa nova constelação subjetiva, para Rosa, é o de *alienação*. E este será o tema do próximo capítulo.

Capítulo 3 – Um modelo crítico: a ruína comum

3.1. Nenhum pastor e um rebanho

Grande confusão se fez, na mídia e entre os intelectuais, a respeito da teoria da aceleração social⁵⁴. A primeira atitude, e a mais facilmente imaginável, foi a de tomar essa como uma teoria moral da lentidão, um elogio puro e simples da vagarosidade – o que, por um lado, é bastante compreensível tendo em vista o anseio geral por um receituário de conduta de vida que auxilie no combate aos males da aceleração, e que, por outro, faria de Rosa apenas mais um expoente daquela corrente de pensamento que ele mesmo apontou, em suas categorias de inércia, como ideologia da desaceleração. Esse mal-entendido pode ser observado na interpretação que, de modo exemplarmente equivocado, Filip Vostal (2015) deu ao problema. Para ele, as novas teorias sobre a temporalidade social, das quais a teoria da aceleração é posta em destaque, dão muita ênfase ao “lado negativo” do fenômeno da aceleração. Seu artigo trata das determinações temporais sobre o trabalho acadêmico dentro de instituições de ensino superior do Reino Unido, e sublinha o fato de que, dentro de certos contextos e em relação a alguns processos, a aceleração é uma qualidade positiva. Por exemplo, quando um pesquisador se depara com um grande *insight*, uma epifania intelectual – como a que o próprio Vostal, ao que parece, julga ter se deparado –, que o conduz a uma intensificação prazerosa de seu trabalho, a aceleração é um componente, como ele mesmo diz, “energizante”. Assim, por exemplo, as novas tecnologias da comunicação trariam consigo um

⁵⁴cf. TZIMINADIS, 2017b.

potencial novo às pesquisas, e auxiliariam o pesquisador a evitar os momentos de “inércia científica”. Mas, como um bom utilizador do método “os dois lados da moeda”, Vostal reconhece que existe, de fato, uma dimensão opressora da aceleração – e, portanto, que existe a necessidade de separar o joio do trigo, valorizar a aceleração boa e criar uma legislação que auxilie na contenção da aceleração má. Não é preciso, depois do que foi exposto nos dois primeiros capítulos, indicar para o leitor que Vostal, por assim dizer, dormiu no ponto. O conceito de aceleração social é, até mesmo pelo rigor analítico de Rosa, um conceito repleto de determinações categóricas, e não diz respeito a fenômenos aceleratórios *tout court*, ou à velocidade inerente a um dado processo, mas a uma determinada forma de racionalidade que, historicamente, se erigiu em sistema e se autonomizou em relação aos próprios homens. No entanto, essas determinações teóricas não parecem desencorajar os defensores do “outro lado da moeda”, que sempre buscam demonstrar outras formas de aceleração – as quais, no entanto, nem sequer estão no escopo da crítica de Rosa. Um exemplo latino desse equívoco é o de Juan Álvares-Cienfuegos Fidalgo (2015), que fareja no argumento de Rosa uma possível manifestação de poder do Norte rico sobre o Sul pobre, uma vez que, para aqueles que ainda carecem de muito, que não partilham da mesa farta de um alemão, a aceleração (econômica) é um fator de prosperidade. Desse modo, como não suspeitar nessa teoria mais uma daquelas demonstrações de cinismo dos que chutam a escada depois de subirem ao telhado, para que ninguém mais o faça? Justamente por não ser um emissário da lentidão – nem dos poderes estabelecidos –, Rosa (2010) elucidou seu argumento realizando uma articulação conceitual – já implícita, no entanto, desde o início – entre a aceleração social e a experiência da alienação, ou, se se preferir uma colocação mais enfática, da aceleração social e a forma alienada de vida. Assim, aceleração é um problema justamente na medida em que causa um distúrbio (*Störung*) das relações com o mundo (*Weltbeziehungen*), e se manifesta como sofrimento. Dessa necessidade de enfatizar qual o ponto de sua teoria, nasceu *Alienation and acceleration*.

Em sua dedicatória a Max Horkheimer, que prefacia e ilumina o sentido de conjunto de suas *Minima Moralia*, Adorno (2008b) precipita o mote geral de sua crítica à administração da vida sob a égide do capitalismo tardio, não indicando, com isso, um horizonte normativo positivado – o que não passaria de conúbio com o dado travestido de crítica –, mas fiando seu potencial naquele domínio “que por tempos imemoriais contou como específico da filosofia [...] a doutrina da vida certa”. Quase detetivesca, a investigação de Adorno põe-se no encalço daquelas “potências objetivas que determinam até no mais recôndito a existência individual”, e, portanto, se debruça sobre a “configuração alienada” no interior da qual nem sequer é possível supor que haja ainda vida (*ibid.*, p.9). A relação

alienada com o espaço, que no aforisma *Asilo para desamparados* antecipa algumas características da concepção de Rosa, exemplifica o sentido desse pôr-se atrás dos rastros que predicam a vida danificada: o fato da casa, enquanto uma forma duradoura do habitar, “ser coisa do passado”; da identidade entre o lar e aquele que o habita ser um engodo desmentido pela constante disposição subjetiva ao exílio, como demonstra o interesse pelo apartamento mobiliado; das forças materiais obrigarem os homens a erigir “as condições da emigração em norma da vida prudente”; enfim, o fato da ideologia encobrir a precariedade incontornável da vida que se viu à deriva das forças materiais, conduz Adorno a uma consideração pela “vida certa” a partir de uma não-máxima: “não há vida certa na falsa” (*ibid.*, p.36). A teoria da aceleração social desemboca, pelos próprios meios, nessa mesma questão. O livro de Rosa se desdobra a partir da questão fundante: “o que é a boa vida e por que não temos uma?”. A primeira parte da questão parece ser de difícil – ou até mesmo impossível – desenvolvimento teórico, enquanto a segunda é justamente, para Rosa, o motivo geral que une as diferentes gerações da Teoria Crítica. Por que os sujeitos não conseguem conduzir suas vidas segundo seus próprios critérios do que seria uma vida bem-sucedida – essa a questão através da qual, nesse livro, Rosa buscará reconstruir uma ponte com os escritos fundantes dessa tradição, bem como demarcar o fundamento normativo de sua crítica à aceleração social. Seu argumento basilar, já exposto em ocasiões anteriores, é o de que a dimensão temporal parece ser aquela pela qual os imperativos estruturais da sociedade moderna penetram mais profundamente os sujeitos. No desvelo dessas normas veladas Rosa enxerga a oportunidade de reintegrar à Teoria Crítica conceitos como os de *ideologia* e *falsas necessidades*, reaproximando, assim, um conceito abandonado, segundo ele, pelas duas últimas gerações: *alienação*. O aspecto altamente integrador do capitalismo tardio, que em Adorno aparece como uma condição na qual a ideologia tornou-se tão somente a face assustadora do mundo, não mais uma máscara que recobre uma fisionomia verdadeira; por assim dizer, o aspecto totalitário da razão instrumental e do fim último da produção de mercadorias, que imprime sua marca sobre todos os processos de socialização, de modo que esses, em certa medida, já nem sequer têm o pudor de ocultá-lo – esse aspecto reaparece, em Rosa, sob a noção de *totalitarismo da aceleração*.

A posição de Rosa diante de seu diagnóstico pode ser lida sob dois aspectos: por um lado, a mobilização do conceito de alienação não resvala em qualquer tentativa de reconstituir um conceito positivo de vida não-alienada, mas parte de uma articulação reflexiva das máximas normativas expressas pelo regime da aceleração social com a experiência do fracasso prático na realização dessas.

Assim, em minha opinião, as ideias de liberdade e autonomia (individual e coletiva), no sentido de uma autodeterminação da forma de vida que realizamos, e a luta pela emancipação dos obstáculos políticos, estruturais e institucionais em vista de tal emancipação, o que foi sempre central para a tradição da Teoria Crítica, não necessitam ser justificados sobre razões normativas universalistas: a promessa de autonomia e autodeterminação, a ideia de que os indivíduos deveriam ter o direito e a oportunidade de encontrar um modo de vida que seja ('autenticamente') adequado a seus desejos, aspirações e capacidades, e que, para esse fim, a comunidade política deva ser democraticamente organizada de modo a permitir conformação política coletiva da sociedade, encontram-se no cerne da modernidade, eles formam – para usar um termo habermasiano – o núcleo do “projeto da modernidade”. Assim, as condições sociais que minam nossa capacidade de autodeterminação, que tolhem nossos potenciais para a autonomia individual e coletiva, podem e devem ser identificados e criticados, pois sistematicamente incapacitam as pessoas em realizar suas concepções de bem (ROSA, 2010, p. 53).

Por outro lado, no entanto, sua obra caminhará na direção de um conceito positivo para a fundação normativa de sua crítica à aceleração – que não se funda, segundo ele próprio, em qualquer sorte de substância, mas numa espécie de relação na qual os sujeitos em questão dispõem-se em determinada atitude, uns em relação aos outros e ao mundo, que produza *ressonância*. Esse último aspecto destoa do modelo inaugurado pela dialética negativa e marca o limite da convergência entre a teoria da aceleração social e a primeira geração da Teoria Crítica. Apesar de não ser objeto do presente trabalho, o conceito de ressonância – bem como a maneira como Rosa lidará com o problema da boa vida – em tudo remete à antropologia filosófica desenvolvida por Charles Taylor (cf. ROSA, 1996), objeto de interesse de Rosa no início de sua obra e que o marcou profundamente.

Entende-se até aqui, portanto, que a teoria da aceleração social não alimenta o coro dos pregadores da desaceleração, mas se ampara sobre a constatação de que as leis – implícitas – da aceleração, erigidas como norma autojustificada, indicam uma tendência (objetivamente) irracional como resultado da perseguição (subjetivamente) racional pelo cumprimento de suas demandas. Apesar de ter demonstrado que as ações condicionadas pelas estratégias subjetivas no interior do regime de aceleração social não são meras consequências de um poder externo, isto é, os sujeitos não agem de tal modo simplesmente por serem forçados a tal, mas também por se orientarem por valores coniventes – que expressam, não obstante, uma certa expectativa de promessa em relação à aceleração social; apesar de não se tratar, portanto, de marionetes incapazes de ação, é possível, segundo Rosa, decalcar das ações um elemento heterônomo, justamente aquela medida que ata cada sujeito particular ao círculo da aceleração. Há um conflito identificável, portanto, entre a razão subjetiva – que, para se utilizar de um termo em desuso, trata-se de uma razão instrumental – e a razão

objetiva expressa no próprio movimento da sociedade: “o que parece ser uma solução para a escassez de tempo, a partir de uma perspectiva microssocial – a aceleração técnica [...] – acaba por se provar um elemento essencial de causação no nível macrossocial (ROSA, 2013, p. 156). O objetivo da ação, que é evidentemente reduzir o esforço e o desgaste do sujeito parece ser predicado, desde o início, pela razão objetiva do sistema de aceleração: o único curso possível para lidar com a fuga incessante do chão sob os pés dos indivíduos é demandando meios técnicos (o que não exclui o desenvolvimento de técnicas corporais e mentais) para correr ao mesmo passo do mundo. Esse elemento heterônomo sobre a ação individual manifesta-se também no sentido oposto: quando uma inovação técnica é posta à disposição do mercado, trazendo consigo a promessa de mais economia de tempo, acaba por se reverter, não obstante, em meio de aumento do volume de ações, justamente o inverso daquilo que se espera. Algumas tendências podem ser observadas no mundo da indústria automobilística, por exemplo. “Ficar preso no congestionamento é uma questão de direitos humanos”, disse Bill Ford, neto de Henry, durante a abertura do salão de Detroit de 2017. Por isso esse ramo da indústria deve vincular-se a causas ambientais, bem como a políticas de mobilidade e, sobretudo, a tecnologias de conectividade para que o carro do futuro (próximo) afine com as demandas do novo consumidor, que não admite ter seu movimento impedido. A grande promessa é o carro sem motorista – a realização absoluta daquilo a que veio a nascer o *automóvel* – que possibilitará um novo padrão de comportamento no trânsito, um padrão que já se manifesta na expectativa de nunca estar parado e, mais importante, nunca perder tempo. “A perspectiva de largar o volante do carro significa tempo extra para outra atividade, como trabalhar ou navegar na internet. Essa mudança de comportamento tende a levar o carro totalmente autônomo para as ruas muito mais rapidamente do que se imagina” (OLMOS, 2017, p. 5). Tão rapidamente que a Ford já se prontificou a pesquisar o que os consumidores europeus farão com o tempo liberto: 80% disse que aproveitará para apreciar a paisagem, enquanto 72% respondeu que usará o tempo com o telefone ou a internet (*ibid.*). No entanto, qualquer um que se locomova de transporte público, hoje, sabe que a primeira resposta é, no mínimo, uma ilusão, e que a grande atratividade desse novo veículo – liberar o tempo – não se realizará. Imaginando esse tipo de relação torna-se facilmente compreensível o que adiante será tratado como “alienação das ações”. Rosa tomará essa tensão interna às ações como motivo de sua teoria da alienação, uma vez que essa seria ao mesmo tempo fonte de um sofrimento concreto – averiguável no trato com os próprios sujeitos⁵⁵ – e, enquanto tal,

⁵⁵ A expectativa de realização de uma “boa vida” e seu fracasso sob as mesmas condições estruturais e institucionais legitimadas pelo ideal de bem perseguido pelos sujeitos, são ambos verificáveis, segundo Rosa, em

lançaria luz sobre os próprios caminhos da crítica. Afinal, as máximas depreendidas das ações comportam, segundo Rosa – apoiando-se em Honneth – uma “transcendência intramundana”⁵⁶, isto é, uma expectativa moral que é, diga-se, traída no próprio curso da ação.

Como demonstrado no capítulo anterior, o diagnóstico do tempo presente elaborado por Rosa pode ser interpretado a partir de três categorias-chave. Em primeiro lugar há uma constatação do processo de (1) *dessincronização* entre esferas da sociedade e entre a sociedade e o mundo não-social, criando uma tensão por todo o tecido das relações sociais e pondo em risco os próprios pressupostos estruturais que sustentam a estabilização dinâmica. A consequência disso é uma mudança da ordenação e do sentido da experiência do tempo quando observada a partir da formação de uma nova constelação valorativa na assim chamada modernidade tardia: por um lado, a administração do tempo se adequa ao paradigma da (2) *contemporização*, o que implica na educação de um sujeito que seja apto a operar em diversas cadeias de ação simultaneamente. Por outro, o horizonte de expectativas se adequa a uma (3) *destemporalização* (ou dessecularização)⁵⁷ da história, o que implica na educação de um sujeito capaz de correr para frente sem que tenha qualquer certeza sobre seu futuro – seja pela substituição da promessa de emancipação pela ameaça do abismo, seja pelo novo culto, consagrado por neoliberais e pós-modernistas, do fim das grandes narrativas. Nesse ponto é possível tomar essas categorias do ponto de vista do modelo crítica que Rosa começa a desenhar em seu livro sobre alienação. Apesar da própria relação, expressa nessas categorias, entre a dimensão funcional da estabilização dinâmica e o conteúdo normativo ao qual ela está ligada, Rosa opera uma distinção entre dois tipos possíveis de crítica à aceleração social: uma *crítica funcionalista*, que se sustenta sobre a identificação de “patologias” derivadas do processo de dessincronização, e uma *crítica normativa*, que tem como seu alvo a “ideologia” do regime de aceleração, seja no sentido de desvelar suas “falsas necessidades”, seja no sentido de uma crítica interna ao projeto ético da modernidade e a “quebra de sua promessa” (ROSA, 2010). Sua intenção não é criar um menu de modelos críticos, mas apontar que,

estudos empíricos baseados em narrativas biográficas (cf. ROSA, 2015b, p. 222-3).

⁵⁶ “A ideia de que uma análise crítica da sociedade precisa ser ancorada em uma instância intramundana de transcendência representa o legado do hegelianismo de esquerda na tradição da Teoria Crítica” (HONNETH, 2003, p. 238).

⁵⁷ A ideia de destemporalização acompanha seu sentido inverso, a “temporalização do tempo” – o que tem outro correspondente, aquilo que Marramao (1997) observou como secularização da secularização, isto é, a grande caça aos últimos resquícios metafísicos que se escondiam por detrás da ideia de secularização; grande caça que ganha corpo teórico com o pós-estruturalismo e prático com os novos movimentos sociais da “nova esquerda”. Ao mesmo tempo, como num salto dialético, esses paladinos da contingência abriram espaço para uma virada obscurantista e conservadora, seja na produção do conhecimento, seja na arena política. Não apenas se combate a secularização (história temporalizada) desvelando seus fundamentos, como se diz, arbitrários, mas também através da mobilização de identidades pré-modernas e ancestrais (*sic*) como posições antagônicas ao projeto colonizador do iluminismo.

mesmo para aqueles que preferem abrir mão de uma aproximação normativa o problema da dessincronização manifesta, por si só, uma tendência social autodestrutiva.

Apesar da distinção entre esses dois procedimentos, o presente trabalho assume que, em sua teoria da alienação, Rosa se esforça no sentido de uma apreensão sintética. A noção de crítica funcional já está presente desde o início da constituição da teoria da aceleração social, e pode ser reconstruída à luz daquilo que nela é concebido como categorias de inércia. Veja-se que, ao lado das categorias de inércia que descrevem estados ou processos que resistem à aceleração, o que indica já de saída uma fricção inerente a esta, outras categorias aparecem como consequências da aceleração: Rosa as chama de “efeito colateral disfuncional” da aceleração. A forma mais icônica desse fenômeno são os estados anímicos, pode-se dizer, imobilizantes aos quais são conduzidos os indivíduos sob a pressão temporal. Mas também a “desaceleração ideológica”, que se manifesta na literatura gerencial ou na moratória dos altos postos de poder diante de situações delicadas, indica algo desse risco de dessincronização, pois, em última instância, a elevação da lógica de aceleração à última potência poderia significar a ruína das próprias condições para a aceleração – seu “pano de fundo estático”.

Mesmo que não haja dúvidas de que nenhuma força equivalente se oponha à tendência da aceleração, é de grande importância, no entanto, entender a contribuição da imobilização (*Stillstellung*) institucional de condições centrais para o sucesso acelerativo da modernidade. Por seu lado, a fixação de condições de fundo, que consistiram, em particular, no estabelecimento de *linhas de desenvolvimento* estáveis – de legislação, de direcionamento político, de crescimento econômico, de trajetórias de educacionais e profissionais etc. –, seguiu uma fase anterior na qual esses âmbitos sociais foram liquefeitos a dinamizados nos primeiros momentos da modernidade e da revolução industrial. Desde o início da modernidade, esse questionamento de tradições e princípios tradicionais de validade, o estabelecimento de novas práticas na esfera produtiva, e o processo de urbanização, permitiram que o contingenciamento das instituições sociais tornar-se visível, e por si só esse fato dinamizou, ou “liquefez”, a sociedade como um todo. A reconsolidação institucional (ou, nos termos de Peter Wagner, organização) da armação social através do desdobramento da moderna ordem legal e do Estado de bem-estar não suprimiu aquele contingenciamento e mutabilidade inerente (uma vez que a legalidade moderna e a política democrática são essencialmente dinâmicas), mas garantiu que as alterações transcorressem ao longo de trajetórias estáveis e transpirassem em conformidade a regras previsíveis (*idem*, 2013, p. 91-2).

Daí, portanto, o *frenesi em suspensão* tornar-se uma expressão contundente justamente do esfacelamento dos pressupostos mesmos da aceleração – a expressão máxima de sua lógica idiótica:

Torna-se óbvio que “flexibilização” e “desenvolvimentos dinâmicos” só podem sustentar-se conceitual e praticamente se postarem-se contra uma sólida estrutura como pano de fundo; afinal, o movimento só é perceptível quando contrastado a um cenário estacionário. Elites flexíveis que confrontam instituições rígidas, executivos que velejam de um projeto a outro, ou treinadores de futebol que preparam um clube diferente a cada ano, podem até ser bem-sucedidos; se, no entanto, as corporações e os clubes começarem a se dissolver e se reconstruir tão rapidamente quanto esses indivíduos, então dinâmica e desenvolvimento desaparecem e, em seu lugar, estabelece-se uma situação de “frenesi em suspensão” ou de “taquicardia organizacional” (*idem*, 2015a, p.95).

Isto é, na medida em que as condições de fundo precisam ser alteradas, por se tornarem um empecilho para o desenvolvimento ulterior da aceleração social – como foi demonstrado no capítulo anterior –, automaticamente tornam-se objeto de grande preocupação. E quanto mais prejudiciais para o funcionamento do sistema aceleratório mais se aproximam de um status de *patologia social*. Mas separar esse fenômeno da dimensão normativa a qual ele está diretamente ligado não parece ser um procedimento plausível. Afinal, em mais de um exemplo tomado como representante do processo de dessincronização ata-se, ao mesmo tempo, um problema de ordem normativa. No cerne da dessincronização entre a política democrática e o avanço tecnológico e econômico, por exemplo, encontra-se justamente o motivo material para o declínio do poder normativo da política e, conseqüentemente, da ideia de uma conformação politicamente guiada da história (ROSA, 2005). Ao mesmo tempo esse é um terreno fértil para o receituário ideológico (*idem*, 2015c): o fim da história e das grandes narrativas, bem como, por outro lado, o neoconservadorismo, caem como uma luva num cenário de fracasso da ideia de progresso, que já não passa de uma velha ilusão do Ocidente. Assim também, no cerne da dessincronização entre o indivíduo e o mundo social, diante da experiência da velocidade fragmentária e do desespero existencial que viraliza globalmente, não são poucos os caminhos oferecidos na medicina, na literatura de autoajuda ou na agremiação revolucionária. O problema da dessincronização é sempre colado a uma questão de ordem normativa, e sua manifestação enquanto *patologia social* perde profundamente sua potência, na teoria de Rosa, se não for remetido, acima de tudo, a uma *psicopatologia*, isto é, a uma forma de sofrimento concreta, encarnada nos próprios indivíduos. Essa ideia aparece em Rosa, pouco desenvolvida, no entanto. O impulso à crítica e, de modo geral, à teoria social como um todo nasce de uma percepção particular de que “há algo de errado”, de que condições externas afetam concretamente a vida do sujeito teorizador – uma força que afeta o

corpo e a mente e os subjuga ao *pathos*⁵⁸. Essa força é aqui, evidentemente, a lógica da aceleração social, trazida à vida pelos próprios homens e tratada por eles como uma lei estrangeira. E, portanto, o caráter da crítica elaborada por Rosa, apesar de seu zelo pela categorização e tipificação, não pode em nenhum momento ser reduzido ao funcionalismo. A partir da experiência comum da aceleração social Rosa derivará a ideia de uma ruína comum, fonte e fundamento ético de sua crítica – o “totalitarismo da aceleração” (ROSA, 2010, 2015a).

Trazer à tona essa fonte de *pathos* parece ser o que há de mais penetrante na teoria da aceleração social enquanto uma teoria crítica das formas de vida – ou da vida lesada. A estrutura normativa dos imperativos temporais pode ser decalcada, em primeiro lugar, daquilo que Rosa observa como uma “retórica do dever” que entremeia, implicitamente, o sentido e a justificativa que os sujeitos dão a si mesmos e aos outros em relação a suas ações. Isso remete àquilo dito acima acerca de uma retomada, na teoria da aceleração social, de uma consideração pela ideia de falsas necessidades, expressão conceitual da heteronomia intrínseca às ações sob o regime da aceleração. “Em nenhum outro lugar fora da modernidade ocidental, me atrevo a dizer, as ações cotidianas são tão constantemente justificadas através de uma retórica do ‘dever’” (ROSA, 2010, p. 75) – pelo menos não é isso o que ocorre em sociedades organizadas sob princípios tradicionais ou metafísicos, uma vez que o dever, nelas, não aparece enquanto tal: as coisas são feitas assim porque é a única forma como podem ser feitas. A retórica do dever, entre os sujeitos modernos, aparece quase como um desmentido, um “ato falho” em relação à própria motivação da ação que se supunha como livre escolha: “*preciso* aprender uma nova língua, *devo* fazer novos amigos, *preciso* cuidar melhor do meu corpo, bem como *devo* cuidar de minha mente, praticar ioga e me elevar espiritualmente” – diz o sujeito tardio-moderno. Nessa retórica encontra-se a mediação – ou o limiar tenso – entre as demandas do “tempo do mundo” e as aspirações do “tempo da vida”, e por isso é um *topos* adequado para uma nova reflexão sobre a ideologia. E Rosa o faz tendo em vista aquilo que chama de “promessa quebrada da modernidade”. Trata-se aqui de uma consideração pelo

⁵⁸ “Além de sofrimento, de *pathos* deriva-se, também, as palavras ‘paixão’ e ‘passividade’. Assim, a Psicopatologia Fundamental está interessada num sujeito trágico que é constituído e coincide com o *pathos*, o sofrimento, a paixão, a passividade. Este sujeito, que não é nem racional nem agente e senhor de suas ações, encontra sua mais sublime representação na tragédia grega. O que se figura na tragédia é *pathos*, sofrimento, paixão, passividade que, no sentido clássico, quer dizer tudo o que se faz ou que acontece de novo, do ponto de vista daquele ao qual acontece. Nesse sentido, quando *pathos* acontece, algo da ordem do excesso, da desmesura se põe em marcha sem que o eu possa se assenhorear desse acontecimento, a não ser como paciente, como ator” (BERLINK, 1997, p. 17). Assim, também como na tragédia, o sujeito que assume uma “identidade situacional” torna-se ele mesmo o meio de existência da força externa que o subjuga, que “brota no corpo sem fazer dele parte intrínseca e rege as ações humanas”, de modo a prostrar-se diante daquilo que lhe aparece como contingência e destino.

horizonte prometeico que legitimou o desenvolvimento das formas de vida e das instituições modernas: a possibilidade de liberar os indivíduos dos constrangimentos sociais e materiais e tornar viva a ideia de *autonomia* – senão como efetividade, ao menos como expectativa. A aceleração social enquanto um modo de estabilização dinâmico é cooriginário a essa promessa, e, apesar de ter sido experienciada pela maioria dos sujeitos, desde o início, como uma pressão externa, sempre comportou uma expectativa de liberação. Uma expectativa, aliás, que se manifestava na própria concepção (ideológica) do “tempo livre” enquanto uma recompensa para aquele que se submetia ao tempo heterônomo do trabalho: a aceleração técnica do trabalhador, o empenho da mente e do corpo ao ritmo das máquinas, o aperfeiçoamento laboral, podem ser interpretados como um ritual de sacrifício que comunica aos deuses o desejo de ser poupado, pelo menos por algumas horas, de sua ira. Esse sacrifício, no entanto, parece ter perdido sua indumentária e seu ritual, uma vez que extrapola o altar de expiações e se torna um traço inerente à vida – por isso, dir-se-ia, o sujeito atual é acometido pela insônia e pelo déficit de atenção, pois é convocado diuturnamente à vigília. Daí que, por se tornar um ato contínuo, este sacrifício tenha perdido qualquer vestígio de promessa: sua realização já não assegura um abrandamento da ira dos deuses. A retórica do dever denuncia, não intencionalmente, a manifestação silenciosa e onipresente dos deuses da aceleração, bem como desmente a falsa liberdade do celebrado individualismo irrestrito.

A autonomização do regime de aceleração em relação ao projeto moderno que o trouxe à vida é o que conduz Rosa sua teoria do totalitarismo da aceleração.

Mas qual o sentido de um tal totalitarismo, isto é, como descrevê-lo em seus próprios termos? É a força – pode-se dizer – que dobra a sociedade como um todo ao seu próprio fim, e é a fonte da lei estrangeira que conforma a *alienação* na teoria de Rosa. Uma reflexão dessa natureza aparece já no Marx jovem, justamente aquele ao qual Rosa atribui uma verve crítica mais afinada com a sua própria do que o Marx d’O capital – cuja crítica estaria fundada no colapso funcional do sistema (ROSA, 2010). Em suas reflexões gerais sobre a natureza do trabalho ao longo da história, como mediação entre o indivíduo e o gênero humano, entre o animal e o homem, surge uma concepção – ainda pouco especificada – da deformação da vida em função da apropriação alheia dos produtos do trabalho, bem como da operacionalização do trabalho em função dessa apropriação alheia. “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2010, p. 80). É evidente que há ainda aí um certo idealismo que pressupõe a possibilidade de, ao ser objetivado no trabalho, o próprio trabalhador se *identifique* com aquilo que produziu. Por outro lado, não é pouco notável que,

considerando as condições particulares de um sistema que se encerra sobre si mesmo – cujo fim único é a produção de mercadorias –, a forma e as predicções desse processo de objetivação ganham uma nova dimensão. Não se trata apenas do domínio de uma força externa sobre aquele que produz, mas da constituição de uma produção – da relação entre os produtos – que se torna ela mesma o poder dominador. O processo de objetivação – que comporta, quase inerentemente, uma medida de exteriorização (*Entäusserung*) – acaba por se tornar, simultaneamente, a produção de um sujeito externo, uma potência que defronta o trabalhador, mais uma vez, como lei estrangeira. Esse outro, produzido pelo próprio trabalho e que passa a ditar a produção do trabalho, já percebera Marx, não é apenas aquele que usufrui dos produtos – “é de se notar que tudo o que aparece no trabalhador como *atividade de exteriorização, o estranhamento*, aparece no não trabalhador como *estado de exteriorização, do estranhamento*” (*ibid.*, p. 90). Como se se relacionassem com um ídolo, os homens se relacionam com o processo de autovalorização do valor, consagrando, através de sua própria sociabilidade heterônoma, a vida social das mercadorias. Esse mundo “etéreo” das mercadorias constitui, para Adorno (1986), o que há de mais real na fase avançada do capitalismo, uma armação subterrânea que constitui o todo através do qual as formas e as relações ganham um vínculo social abstrato – “essa abstração”, no entanto, “não é culpa de um pensamento especulativo, obstinado e desligado da realidade, mas sim da relação de troca, da abstração objetiva a que o processo da vida social obedece” (*ibid.*, p. 71). Daí a ideia de que a contradição de classe, sob a estrela do capitalismo administrado, tenha se sintetizado numa forma mais elevada e intrincada: a contradição do *telos* interno ao sistema e suas próprias potências emancipatórias, que, por causa daquele, se inviabilizam.

Esse processo continua, tanto agora quanto antes, a produzir e reproduzir, mesmo que já não mais as classes do modo como elas estão apresentadas no *Germinal* de Zola, ao menos uma estrutura que o anti-socialista Nietzsche antecipou com a fórmula “nenhum pastor e um rebanho”. Nela se esconde, porém, o que ele não queria ver: a antiga opressão social, só que agora tornada anônima. Se a teoria da miséria crescente não foi demonstrada à *la lettre*, ela se confirmou, porém, no sentido não menos assustador de que a falta de liberdade, a dependência em relação a um instrumental que escapa à consciência daqueles que dele se utilizam, estende-se universalmente sobre os homens. A tão deplorada falta de maturidade das massas é apenas o reflexo do fato de que os homens continuam não sendo senhores autônomos de sua vida: tal como no mito, sua vida lhes ocorre como destino (*ibid.*, p. 67).

“Nenhum pastor e um rebanho” – esse parece ser o modelo que, por homologia, Rosa deriva do diagnóstico do capitalismo tardio, realizado por Adorno, o seu diagnóstico do

“totalitarismo da aceleração” na modernidade tardia. É evidente que a relação entre capitalismo e aceleração – ou, mais especificamente, entre o *nómos* e os fenômenos – não é a mesma em Rosa do que seria em Adorno, o que é explicável a partir da exposição realizada ainda no primeiro capítulo deste trabalho. Por outro lado, assim como a “abstração objetiva” que estrutura a sociedade, em Adorno, é o *medium* que ata – ou, melhor, subsume – a experiência particular ao todo, também em Rosa a lei da aceleração é a chave que abre a passagem entre o indivíduo e o destino comum⁵⁹.

Aqui, um problema metodológico ganha nova dimensão. Rosa justifica sua reinterpretção das categorias sociológicas clássicas tendo em vista que, em primeiro lugar, a dimensão temporal é, em todas as formações sociais, um elo fundamental entre a estrutura social e a estrutura de personalidade. Em segundo lugar, as coordenações temporais assumiriam, na modernidade, um papel normativo particular: por não serem atados a restrições éticas substanciais, os indivíduos modernos e as cadeias de interação que eles encetam seriam melhor compreendidos, no que diz respeito a sua dimensão integrativa, sob um prisma temporal. Em se tratando da fase atual da modernidade, Rosa observa uma relação inversamente proporcional entre a radicalização do relativismo ético e a ampla margem de individuação que é concedida aos sujeitos, por um lado, e o refinamento do mecanismo integrador expresso nas demandas por aceleração, por outro.

O aspecto mais surpreendente das sociedades na modernidade tardia é o quanto seus sujeitos sentem-se completamente livres (e, assim: autônomos) enquanto sentem-se, *ao mesmo tempo*, condicionados por constrangimentos existenciais em um nível historicamente inaudito. Esse sentimento de liberdade se deve por uma *autonomia ética* de largo alcance [...] De fato, o código ético da modernidade tardia implica apenas em restrições mínimas: dificilmente existem compulsões éticas coletivas ao que fazer ou ao que acreditar, ou qualquer coisa específica – ou o que *não* fazer: nós nos ‘tornamos’ o que queremos, vivemos onde queremos, escolhemos o que

⁵⁹ Rosa argumenta essa afinidade da seguinte maneira: “Penso que compartilho com a tradição da teoria crítica – e talvez com o marxismo –, com Adorno e outros, algo sobre o qual essa tradição sempre insistiu: existe alguma forma de totalidade, algo que é necessário entender para descobrir o que move uma sociedade ou uma época. Mas sei que existe uma tendência muito forte, em todo o mundo, de pensar que não exista totalidade e nem formações sociais, mas, contrariamente, apenas diferentes grupos que possuem diferentes visões do mundo. Mas então estamos perdidos, e devemos abandonar as ciências sociais como um todo [...] Quando você observa os fenômenos a partir das minhas lentes, que são os problemas da aceleração da vida, descobrirá que essa é uma característica encontrada em todos os grupos da sociedade. Pode ser que existam algumas populações indígenas no Amazonas que jamais entraram em contato com nossa civilização, mas todas elas estão sob pressão de erosão. Portanto, o que chamo de estabilização dinâmica afeta diferentemente negros e brancos, pobres e ricos, indígenas, indivíduos operários e indivíduos de classe média – mas afeta a todos. E abandonar a intensão de observar no mundo um fenômeno como a aceleração social tornar-nos-ia realmente cegos. Esse é o motivo pelo qual em meu *Alienation and Acceleration* eu afirmo que o processo de dinamização é um tipo de força totalitária, no sentido que Adorno atribui a essa noção. Por que totalitária? Porque afeta todas as esferas da vida, desde as formas de diversão, trabalho, educação, cuidado, relações de afeto e até mesmo as formas de comunicação” (ROSA *apud* TZIMINADIS, 2017b).

gostamos, vestimo-nos (ou despimo-nos) como bem nos agrada, amamos quem queremos, acreditamos no que queremos, e assim por diante. Essa liberdade legitima as formações sociais moderno-tardias por fazê-las sustentarem-se sobre seus próprios princípios, isto é, ela satisfaz o desejo expresso por autonomia. Dada essa realidade, torna-se mais intrigante que a extensão, o número e a profundidade das inter-relações entre ações e interações e, assim, a necessidade social de coordenação, regulação e sincronização é hoje maior do que jamais foi em qualquer outra formação social. Isso imediatamente coloca a questão de saber como a sociedade moderna, com seu código ético minimamente restritivo, responde a tamanha demanda por coordenação. Em minha opinião, a resposta para isso não é senão muito simples: aplica-se a governança através de prazos e termos fixos, através de datas e prazos de entrega, e especialmente através de uma crescente e incontrolável competição (não apenas para empregos, dinheiro e posições, mas também por respeito, amizades e contatos, *fitness* e beleza), na qual os competidores ‘nunca dormem’, portanto forçando-nos a investir mais e mais tempo e energia para a manutenção de nossa competitividade sem que tenhamos a possibilidade, ou mesmo estejamos preparados, para nos perguntar a nós mesmos qual deveria ser o fim de nossas vidas, quais objetivos de vida deveríamos perseguir além da competição econômica e da luta pela existência (ROSA, 2015a, 91).

E dessa *forma* de relação com a temporalidade – captada na imagem icônica do hamster em sua roda; desse entretecido que dá forma ao tecido social e que possibilita remontar a modernidade tardia, a partir de um conceito sintético, a uma formação social propriamente dita, Rosa deriva – e reatualiza – o conceito da manifestação totalitária do poder anônimo que, apesar de posto em movimento pelos próprios homens, subjuga-os e os fornece uma miséria comum: o “totalitarismo da aceleração”.

Se um regime totalitário é caracterizado pelo fato de que aqueles que por ele são subjugados acordam no meio da noite embebidos no próprio suor, com os batimentos acelerados e sentindo-se amedrontados pelo o que parece ser a pressão de toneladas sobre si – de fato, o que só poderia ser descrito como medo existencial –, então vivemos, realmente, sob um *regime temporal* totalitário: esses sentimentos descritos são provavelmente mais familiares aos cidadãos das sociedades capitalistas tardio-modernas do que para os sujeitos da maioria dos regimes ditatoriais. Essa ansiedade não é causada pelos serviços de inteligência ou pelos capangas de algum tirano. Sujeitos acordam todas as manhãs temendo não manterem-se ativos, perderem contato, não estarem preparados para o volume de trabalho, serem deixados para trás – em alguns casos, acordam pela arrebatadora certeza [...] de que *já foram* deixados para trás. De qualquer maneira, se o significado de heteronomia é ter a vida determinada por compulsões externas e contingências, então os sujeitos tardio-modernos vivem, certamente, sob uma forma historicamente inaudita de ‘lei estrangeira’, a despeito da promessa liberal de liberdade e de seu código ético de restrições mínimas (*ibid.*).

Cabe ressaltar que esse princípio abstrato, enquanto fonte de heteronomia, não é uma novidade da fase atual da modernidade – apesar de, sob a noção global de aceleração social,

Rosa dar um novo sentido para ele. No entanto, pela própria lógica interna da aceleração, as formas e as relações se deformam para responder à suas demandas, de modo que a noção de “totalitarismo da aceleração” indica – e isso é uma interpretação do presente trabalho – que mesmo os espaços que se supunham de autonomia, como o já obsoleto “tempo livre”, nem sequer se apresentam como tal. O predicado da aceleração é uma ferida exposta em todos os âmbitos da vida social – do fanatismo pelo corpo atlético como “cuidado de si” à elevação do *networking* a atividade *par excellence* da vida acadêmica. Segundo as características que Rosa atribui a um regime totalitário, o regime de aceleração social cumpre com vigor todos os requisitos: (1) exerce pressão sobre as vontades e ações dos sujeitos, (2) é inescapável, no sentido de todos, sem exceção, estarem sob seu regimento, (3) é totalmente pervasivo, pois sua influência não se restringe a esse ou aquele âmbito da sociedade e, por fim, (4) impõe grande dificuldade àqueles que contra ele querem lutar (ROSA, 2010, p. 61). Certamente, no entanto, um tirano ou um agrupamento político jamais conseguiriam cumprir os três últimos quesitos com a mesma eficiência com a qual o regime aceleratório o faz.

Mas o teor universalista que perpassa a teoria de Rosa é um alvo fácil de todas as suspeitas que a contemporânea ciência social pode levantar. Como o sociólogo norte-americano Isaac Reed (2016) comentou, se Rosa procura desenvolver não só uma teoria da aceleração social, mas, através dela, uma reconstrução do mundo moderno e, sobretudo, sua transição para a dita “pós-modernidade”, não é de bom tom apenas tocar no mundo da vida das classes médias de países desenvolvidos – afinal, nas periferias do globo e das grandes capitais globais, trabalhadores, sob uma sorte de violências e misérias, encarnam uma precariedade muito mais significativa. A insistência nesse aspecto, que aparece também na já comentada recepção de Filip Vostal (2015) como uma observação sobre a diferença de gênero e o impacto da aceleração, é uma constante nos textos sobre Rosa (cf., também, LEVYA, 2016; FIDALGO, 2016; DÖRRE, 2015; LESSENICH, 2015). Às vezes isso aparece de maneira algo descabida e completamente externa ao problema em questão: como pode alguém tratar do espraio das estradas de ferro no Oeste americano (símbolo da aceleração) sem mencionar o genocídio dos povos nativos? (REED, *ibid.*, p. 127). A maioria das vezes aparece, no entanto, de modo razoável – como ocorre no debate travado entre Rosa e seus dois colegas de trabalho na Universidade de Jena: Stephan Lessenich e Klaus Dörre. Trata-se do livro *Sociologia, Capitalismo, Crítica*, no qual os três sociólogos, a partir de três diagnósticos particulares da contemporaneidade, buscam elucidar uma originária afinidade eletiva entre os tópicos do título, recobrando uma autoconsciência da disciplina que a faça refletir sobre si mesma como uma legatária do estado de crise que define a modernidade

(DÖRRE, LESSENICH, ROSA, 2015). Enquanto debate, no entanto, o diagnóstico de Rosa é tomado por um problema comum pelos outros dois autores: de um modo geral, coloca-se em questão se a generalidade de sua teoria não seria, em última instância, um problema de elites, já que os critérios normativos de sua crítica se baseiam em aspirações e horizontes prometeicos que, para aqueles que vivem às margens, nunca foram, sequer, cogitados. De modo breve: não seria uma manobra ideológica dizer que, a despeito de todas as diferenças, no que tange ao fenômeno da aceleração estamos todos no mesmo barco?

Para defender sua teoria dessa espécie de objeção, Rosa (2015b) desenvolve uma metáfora que destoa de seu tom analítico tão rigoroso, mas que auxilia na compreensão da imagem que reside como pano de fundo ao seu pensamento. Imagine-se que o produto social – posições e bens, por exemplo – seja uma *torta*. Essa torta é o objeto bruto sobre o qual os críticos se debruçam, basicamente, tomando duas atitudes: uma “antagonista” e outra “integracionista”. O motivo dos primeiros é a divisão injusta da torta: nem todos têm que trabalhar de maneira igual para produzi-la e, no entanto, apenas alguns ficam com fatias fartas e bem recheadas, enquanto aos outros – geralmente os que mais trabalham – restam migalhas. Portanto aos “antagonistas”, em última instância, trata-se de um problema de distribuição, em relação ao qual grupos – para não dizer classes: palavra que esses mesmo antagonistas acham fora de moda – minoritários se contrapõem a uma elite restrita. Aquilo que Rosa chama de crítica “integracionista”, no entanto, parte do princípio de que “a torta como um todo, por falta de uma palavra melhor, está estragada” (ROSA, *ibid.*, p. 218). Trata-se de pensar que o que há de essencial em sua feitura, aquilo que em maior ou menor quantidade é compartilhado por todos, é em si mesmo problemático. Obviamente a teoria da aceleração social coloca-se no âmbito dessa última forma de crítica, e sua principal objeção àqueles que a acusam de falta de acuidade com as nuances entre os grupos é a de que, apenas apontar o problema da fase atual do capitalismo como uma distribuição injusta do produto social corresponderia a afirmar a torta estragada como um objeto de desejo. É claro, no entanto, que àquele que tem fome essa torta não parecerá tão desagradável – “Se é pior morrer de fome ou ser envenenado depende, essencialmente, da proporção de veneno por fome” (*ibid.*, p. 221). Afinal, a não consideração pelas fraturas internas e pelo sofrimento dos excluídos pode levar a posições claramente cínicas. Mas esse não é o caso de Rosa. A atenção sobre as classes médias enquanto aquele âmbito social no qual essa experiência comum mais completamente se manifesta justifica-se, segundo Rosa, por duas razões: em primeiro lugar, os grupos marginalizados estão sob o risco iminente – se já não o estão – de paralisação; aqueles que estão desativados e abandonados pelo próprio sistema sofrem em um outro nível, mais

profundo, provavelmente, mas justamente por terem se tornado supérfluos, e não mais pelo *medo de se tornar* – o que é, para Rosa, o principal motor psicológico dentro do sistema. Em segundo, as elites tendem a incorporar os imperativos sistêmicos de forma inteiriça, justamente por estarem integradas. O imperativo da aceleração aparece aos excluídos como uma demanda externa, e aos integrados como um *habitus*. Por fim, Rosa argumenta que o que sustenta normativamente sua posição é uma questão de valor: em entrevistas biográficas com indivíduos dos mais diversos estratos sociais, conduzidas por ele mesmo, revelam um anseio geral pela realização de um ideal de boa vida (autonomia e autenticidade) que é obstado, em todos os níveis, pelo regime de aceleração. A atitude antagonista – a qual Rosa atribui, nomeadamente, à “nova esquerda” e ao pós-estruturalismo – parece fugir de questões de valor como se fugisse da peste. Sem essas questões, no entanto, torna-se impossível o resgate de uma crítica das falsas necessidades, da ideologia e da alienação (*ibid.*).

3.2. Alienação como *Weltbeziehung*

A história da aceleração poderia acabar sem qualquer relevância para os homens, mas para isso seria necessário que esses fossem capazes de sublimá-la – o que a todo o momento é considerado como uma possibilidade na teoria de Rosa através de duas condições. Enquanto ser corpóreo e cognitivo, o homem pode se elevar sobre si mesmo, através das mais diversas técnicas de *humanenhacement*, e suturar o vácuo que se formou entre ele e a velocidade com a qual o mundo objetivo passou a girar. Enquanto ser valorativo e significador, poderia também abandonar as pretensões de autonomia e controle que outrora o iludiram, e aceitar de bom grado a nova vestimenta que neoliberais e proponentes do pós-modernismo lhe oferecem, e assim aprender os prazeres da contingência. No entanto essas duas condições encontram uma barreira, não uma barreira intransponível, é claro – mas uma que não pode ser ignorada pelo crítico: o *sofrimento*. A experiência do tempo proporcionada pelo regime de aceleração enceta uma experiência de si e do mundo que não apenas trai – por falta de melhor palavra – o caminho de realização do sujeito moderno como ser autônomo, ou ainda, em sua versão contemporânea, como ser de gozo. Há ainda uma dimensão mais basilar, subjacente ao estiolamento de qualquer projeto de si que possa ter pretensão de se realizar: o regime aceleratório abala antropologicamente o posicionamento do sujeito no espaço-tempo, e a radicalidade de sua fase atual é testemunhada pelo surgimento de novas “epidemias” psicopatológicas, que se não indicam, por si só, um limite para aceleração, insinuam a aproximação de um limiar a partir do qual só se poderá avançar com o auxílio daquelas duas condições mencionadas acima. Esse parece ser o grande fio vermelho que perpassa os

argumentos de Rosa no caminho que ele mesmo traçou entre a teoria da aceleração social e seus mais recentes esforços no desenvolvimento de uma “sociologia da relação com o mundo” (*Weltbeziehung*). Apesar de fugir do escopo do presente trabalho, os primeiros rudimentos que dão forma a esse empreendimento posterior já se encontram na ponte que Rosa lança entre a teoria da aceleração social e seu conceito de alienação. Trata-se, nessa ponte, em termos sucintos, da identificação de uma relação de desacoplamento entre sujeito e mundo, e, conseqüentemente, de uma experiência de “emudecimento” da vida externa – o que, não obstante, converte-se numa atonia da vida interna.

O conceito de alienação ressoa, historicamente, dois sentidos: estranhamento (*Entfremdung*) e exteriorização (*Entäusserung*)⁶⁰ – este último como aquilo relativo ao que é externo, aparente (*Äußere*), e que, portanto, é posto para fora, retirado, esvaziado. Se é possível arriscar uma interpretação da ideia de Rosa, o estado no qual se encontram os eixos de relação do sujeito com o mundo, e reflexivamente, consigo mesmo, expressam uma condição de patente estranhamento: assim como a partir da velocidade de rotação uma aeronave começa a ganhar sustentação sobre o ar e se descola do solo, assim também se desenha a *Weltbeziehung* sob o regime de aceleração. A partir do descolamento as sondas que mensuram a velocidade e a altitude de voo se referenciam pelo deslocamento em relação ao ar: sua temperatura e sua densidade são o “chão” sob as asas do avião. O solo já é uma referência secundária. As estações de radionavegação que auxiliam o piloto são os últimos nexos com o mundo, e seu alcance é limitado espacialmente – quando se afasta demasiadamente das estações o voo se torna, literalmente, alheio ao resto dos homens. Mas a comparação começa a perder contundência – afinal, a propulsão que realiza o milagre do voo é um fator interno ao próprio voo. Apesar de se sustentar sobre o ar, o avião jamais voaria pela ação externa do ar. Um vento de través, de proa ou de popa pode desviar a trajetória original, alterar a velocidade ou a posição do avião, mas jamais o trará do solo ao ar, ou o impedirá de retomar, autonomamente, sua atitude. Talvez, dos modelos de voo que mais se aproximam da condição dos sujeitos contemporâneos, seja o do planeio: o planador não abandona o solo por conta própria, e sua dependência de correntes de ar faz com que o trajeto planejado seja constantemente revisado em função de condições meteorológicas momentâneas. No voo do planador está impressa, a todo momento, a marca dos ventos. No estado de estranhamento em que se encontram os sujeitos em relação ao próprio solo, assim como o sinete sobre a cera, imprime o regime de aceleração sua marca pervasiva sobre as

⁶⁰ Cf. as notas da tradução dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Jesus Ranieri (MARX, 2010, p. 15).

ações. Mas mais um limite se interpõe a essa comparação: diferentemente da atuação do ar sobre o planador, a atuação das forças aceleratórias sobre as ações não é de natureza inteiramente externa, pois, como já dito anteriormente, os sujeitos incorporam-nas como uma disposição interna: um *habitus*. E é nesse sentido que a ideia de externalização ganha força: uma ação interna e externa, ao mesmo tempo, algo que parte do sujeito, mas se perde dele – que deixa “um vago sentimento de heteronomia sem um agente supressor”.

Quero sugerir que, alienação, aqui, pode ser definida, preliminarmente, como um estado no qual os sujeitos perseguem fins e seguem práticas que, de um lado, não são impostos sobre eles por atores ou fatores externos – existem outras opções viáveis – mas que, por outro lado, eles não querem ou apoiam “realmente”. Assim, nos sentimos alienados quando trabalhamos o dia todo até meia-noite sem que ninguém nos diga para fazê-lo – e mesmo que, no entanto, queiramos “realmente” ir para casa mais cedo [...] Ou alienação surge quando implementamos novas reformas educacionais e econômicas, ou receituários administrativos que nós não apoiamos “realmente”, ou quando precisamos demitir pessoas de seus empregos tendo em vista maior lucratividade ou competitividade: estamos bastante incertos quanto ao resultado, e poderíamos ter agido de outra maneira, no entanto, “tivemos que, de algum modo, fazer isso”. Da mesma forma, na política, alienação deve surgir quando vamos a uma guerra que não *sentimos ser, realmente, justificada* (e não queremos “realmente”), ou damos apoio a políticas de fortalecimento à indústria automobilística mesmo contra qualquer razão ecológica: todas as vezes em que, “voluntariamente”, fazemos o que *não queremos realmente fazer*. Se tal estado persiste podemos (individual e coletivamente) até mesmo nos esquecer do que “realmente” queríamos fazer – ainda, persiste um vago sentimento de heteronomia sem um agente supressor (ROSA, 2010, p. 82-3).

Por fim, a noção de alienação parece apontar para uma correspondência, ao nível da experiência, à ruína comum já exposta ao nível da estrutura social: enquanto poder silencioso a aceleração social penetraria, assim, os mais recônditos níveis da ação, constituindo, a despeito das mais diversas motivações, um ponto de fuga de fracasso comum. O segredo desse poder estaria justamente na falsa sensação de liberdade que pode ser exemplificada no já citado caso icônico de pessoas que despendem horas pulando de uma página de internet à outra – arrependendo-se, logo em seguida, por julgarem elas próprias terem feito algo estúpido –, quando tinham a intenção de realizar um trabalho ou qualquer outra atividade que elas próprias julgam mais valiosas e prazerosas – sem que ninguém as tenha mandado.

A tensão interna à ação leva Rosa a uma reconsideração sobre a noção de *falsas necessidades*. Apesar de não elaborar em nenhum momento o que quer dizer com essa ideia em si mesma, fornece um exemplo astuto daquilo que seria, diga-se, seu mecanismo de atuação. O objeto desse exemplo não poderia ser mais revelador do *modus operandi* desse poder silencioso que dá substância ao “totalitarismo da aceleração”, e possibilita refletir sobre

a alienação nos dois sentidos propostos: como relação (ou, não-relação) com o estranho e como ação, ao mesmo tempo, interna e externa. Trata-se de uma crítica ao conceito e à imagem social que se tem do consumo. A ideia de uma sociedade de consumo escamoteia o fato de que cada vez menos coisas são, verdadeiramente, consumidas. Trata-se de uma simples constatação que revela

[...] que as modernas sociedades ocidentais confundem “aquisição” com “consumo” [...] Certamente um livro não é consumido [...] até que tenhamos efetivamente o *lido*. No entanto, dados empíricos indicam que tanto alemães quanto americanos, por exemplo, continuam a comprar mais e ler menos livros a cada ano. O mesmo é verdade para mídias de áudio: tecnicamente, nós não consumimos um CD depois de ouvi-lo uma vez, mas apenas após o termos ouvido exaustivamente [...] Assim também um piano ou um teclado não podem ser consumidos assim que comprados, mas apenas quando usados. O comprador, tudo indica para mim, ainda é motivado a comprar tendo em vista o prospecto de assimilação (*Anverwandlung*) dos bens culturais, ainda que frequentemente essa assimilação não ocorra: alimentos deterioram antes de serem comidos, calçados e roupas são doados à Cruz Vermelha sem sequer terem sido desgastados, jornais e revistas dificilmente ganham sequer um olhar antes de virarem retalhos. A discrepância entre a proporção de aquisição e consumo real deve ser ainda maior em outras áreas: sociedades de astronomia reportam crescimento no número de venda de telescópios, enquanto nenhuma delas reporta aumento no número de observações [...] Enquanto a disputa sobre horário de funcionamento de lojas aos domingos é geralmente discutida em termos de saber se o sétimo dia da semana deveria estar “aberto para consumo”, ela acaba por ser despropositada: lojas abertas não implicam apenas [...] em desrazoáveis horas excessivas de trabalho para empregados, mas também numa extensão de “tempo de compra” em detrimento de “tempo de consumo”: afinal, aquele que compra não pode consumir. Se lojas estivessem fechadas aos domingos teríamos tempo para ler aqueles livros, tocar o teclado, testar um novo software ou ouvir aqueles CD’s. Essa diferença entre o ato de adquirir o tempo requerido para o consumo é tão interessante no que diz respeito a uma análise adequada do capitalismo quanto iluminadora para um diagnóstico contemporâneo dos tempos: o ato de aquisição pode ser acelerado infinitamente [...] enquanto o ato de consumir continua a ser temporalmente dispendioso (ROSA, 2015b, p. 227).

O consumo não consumado, por assim dizer, encarna e exprime o mecanismo da alienação nos dois sentidos – mas, além disso, lança luz sobre um estado anímico de potência impotente. A luta pela sincronização corresponde, aí, na luta pela aquisição de bens e de potenciais que nunca acabam por se converter em ato. A expectativa de aumentar *ad infinitum* o escopo de experiências possíveis, tornando o mundo, por meios técnicos e pelo rompimento de qualquer limite imposto pela tradição, “disponível, acessível e alcançável”, converte-se, numa espécie de inversão de propósitos, em um motivo de bloqueamento da ação – ou, melhor, de suspensão da ação, uma suspensão (*Stillstand*) vertiginosa (*rasender*). Essa

expectativa é, ao mesmo tempo, a janela através da qual os ventos da aceleração penetram as ações – afinal, essa expectativa a fornece uma legitimidade ética – e a instância crítica da má consciência que denuncia, subjetivamente, a impossibilidade de fruição do que já foi conquistado. “Nós, modernos, de alguma forma nos assemelhamos a um pintor permanentemente preocupado com seus materiais – as tintas e os pincéis, a condição de ar e luz, a tela e o cavalete – mas que nunca começa efetivamente a pintar” (ROSA, *manuscrito*, p. 7). Aqui também o idiotismo lógico do círculo de aceleração encontra um correspondente psicológico: manter-se atento aos novos materiais, às novas técnicas e ao assalto de informações que assolam a capacidade de atenção torna-se um fim em si mesmo, enquanto a fruição se converte, precisa e paradoxalmente, em um elemento externo. Desse complexo, aponta Rosa, é possível compreender a cultura do consumo, psicologicamente, como fenômeno de uma eterna busca por compensação.

Uma análise cuidadosa dos mecanismos psicológicos de ação pode bem concluir que o ato de comprar começou quase a servir como compensação para o consumo não consumado (por exemplo, tirar fotos durante as férias pode compensar o não consumo efetivo das paisagens): compramos novos livros *porque* não lemos os antigos apropriadamente – e porque temos tempo para comprar novos livros, enquanto não o temos para ler os antigos. Sujeitos conquistados (*Landgenommene*), acelerados e ativados presos na corrida de ratos provam seu hedonismo através da *aquisição*, não do *consumo* [...] Atos de compra devem ser suficientes para convencê-los de que sua atividade vale a pena, de que podem “conquistar coisas”, que suas vidas são boas, no fim das contas (ROSA, 2015b, p. 227-8).

A manutenção de tal relação com o mundo e consigo mesmo, conclui Rosa, não poderia ocorrer sem uma crença ou o tributo a uma força que se projeta como uma religião laica. Se Weber encontrou na raiz do capitalismo – na raiz de uma atitude econômica que se funda no trabalho ascético e na produção como fim em si mesmo – uma causa irracional que funda sua própria racionalidade, Rosa parece ter encontrado uma nova disposição religiosa, uma nova liturgia que já não orienta os sujeitos a *produzir sem consumir*, mas a *consumir sem consumir*. “Nisso, hedonismo e ética protestante coalescem em uma relação conceitual tão impossível e improvável quanto estável” (*idem*).

Mas a despeito da dificuldade de elaborar, positivamente, qual a forma e a medida de externalidade dessas ações, isto é, o quão são determinadas por motivações internas ou externas – muito embora, como já exposto, uma vez tornada uma disposição completamente integrada ao próprio sujeito a aceleração já não produziria sofrimento –, Rosa desenvolve, de um ponto de vista fenomenológico, o estado de estranhamento que se forma como resultado do descolamento dos sujeitos. Sua ordem expositiva denota um processo que vai da alienação

em relação às dimensões mais imediatas do mundo objetivo chegando a um nível altamente reflexivo do sujeito consigo mesmo.

Seu ponto de partida é (1) a *alienação do espaço*, o que parte de constatações muito simples, mas significativas: “gerentes de hotel reportam uma crescente necessidade de confortar seus hóspedes que os pedem orientação na recepção: eles os inquiram sobre qual cidade ou país estão naquele momento” (ROSA, 2010, p. 84). Obviamente a aceleração não causa, necessariamente, tal alienação, mas a possibilita. “Para tornar-se ‘familiarizado’ de um certo espaço territorial, para sentir-se ‘em casa’ numa dimensão espacial, precisamos de certas formas de intimidade cumulativa” (*idem*). A formulação que Rosa dá a essa (des)relação é derivada, em grande medida, do diagnóstico do antropólogo francês Marc Augé (1994) acerca dos “não-lugares” – espaços que não contam histórias, não carregam memórias, não se mesclam a identidades. O mundo objetivo é composto também por coisas com as quais os indivíduos produzem, consomem e encetam relações – “coisas com as quais vivemos e trabalhamos são, até certa medida, constitutivas de nossa identidade” (*ibid.*, p. 85). A razão instrumental que orienta as estratégias adotadas pelos indivíduos sob o regime de aceleração, como já demonstrado, também constitui uma (2) *alienação das coisas*. “Um carro que você mesmo consertou dez vezes, ou meias que você mesmo costurou, são apropriados e individualizados, ou até mais: são internalizados por você” (*idem*). Por um lado a indiferença que se constitui em relação as coisas já demonstra um certo *ethos* particular: o de nem mesmo se dar ao trabalho de trocar o pneu do próprio carro, tendo em vista a possibilidade de pagar alguém para fazê-lo. Mas por outro, as próprias coisas começam a limitar o nível da relação que se pode ter com elas: quanto mais avançadas, mais complexificadas pela técnica, mais herméticas se tornam e, proporcionalmente, mais estúpidos tornam-se os indivíduos em relação a elas. O nível intermediário dessa fenomenologia da alienação é, justamente, (3) a *alienação das ações* – o que corresponderia a uma instância paradigmática do conceito de alienação em Rosa, afinal, é nesse nível que tanto o estranhamento quanto a exteriorização ocorrem de forma mais evidente. Os exemplos dados nos parágrafos anteriores correspondem a esse nível de alienação – ela é a mediação entre a alienação em relação ao mundo objetivo e as formas subjetivas, reflexivas de alienação. O elemento externo que predica as ações, para Rosa, conduz os sujeitos a uma condição de alienação interna que pode ser representada pela frase de Ödön von Horváth, citada em vários momentos de sua obra: “eu sou, na verdade, uma pessoa bem diferente, apenas não consegui, até agora, sê-la” (*apud* ROSA, 2013, p. 317). Alcance, assim, uma forma de alienação que se encrusta na própria experiência: (4) uma *alienação do tempo*. A noção fundamental, aqui, é aquela expressa no “paradoxo da TV”,

elaborado no capítulo anterior, que diz respeito à generalização de uma percepção do tempo que, a despeito de ser extremamente preenchida por estímulos, não se precipita em memória. Nesse ponto a referência tomada por Rosa é Walter Benjamin e seu diagnóstico do declínio da experiência (*Erfahrung*). A incapacidade de apropriar o tempo, convertendo-o em traços mnemônicos, já percebera Benjamin, pode ser apreendida na cultura moderna do “souvenir” – objetos externos que cumprem o papel catalizador do tempo que outrora cabia à própria subjetividade. Por fim, o cume desse processo não poderia ser senão (5) a *alienação de si*. Assim como uma aeronave que perde todos os canais de comunicação com as estações terrestres já não pode identificar sua situação em relação ao resto do mundo (bem, na verdade, graças à tecnologia as grandes aeronaves possuem sistemas de navegação inercial, que as permite se autolocalizarem – algo que ainda não foi implantado nos homens), também a própria capacidade de autopercepção e autodeterminação torna-se comprometida. “Alienação do mundo e alienação de si próprio [...] são dois lados da mesma moeda. Elas persistem enquanto os ‘eixos de ressonância’ entre eu e mundo permanecerem mudos” (ROSA, 2010, p. 97).

3.3 *Seelenlähmung*: um estupor da alma

No início desse trabalho fora demonstrado como a teoria da aceleração social, apesar de não ser uma “sociologia do tempo”, tem como um de seus frutos a iluminação das condições temporais que predicam a vida nas sociedades modernas. As três categorias utilizadas por Rosa para expor o fenômeno da aceleração social têm como ponto de entrelaçamento uma certa descrição do “estar no tempo” comum aos sujeitos modernos. A aceleração técnica transforma e amplia as possibilidades materiais da ação sobre o mundo objetivo, enquanto a aceleração do ritmo da vida denota um uso exponencial dessas novas possibilidades, conduzindo sempre a uma exaustão das possibilidades presentes e a um anseio por mais aceleração técnica. Enquanto um precipitado social, a aceleração das mudanças sociais ocorre na medida em que as formas e as relações que medeiam a sociabilidade dos sujeitos são lançadas no cadinho das forças aceleratórias, desestabilizando, continuamente, espaços de experiências e horizontes de expectativas. A encruzilhada dessas três categorias é a produção de uma experiência do tempo qualitativamente nova, que se atualiza no bojo de saltos epocais. Aquilo que Rosa descreve como novo salto aceleratório no fim do século XX traz consigo, portanto, uma *nova experiência do tempo*. Mas além disso, também foi exposta no primeiro capítulo uma disposição tridimensional dessa experiência do tempo, que Rosa expõe seguindo um critério de duração: o tempo cotidiano, o tempo biográfico e o tempo

epocal. No entanto, como também já exposto, no presente trabalho preferiu-se seguir um critério diferente, o do nível de síntese: com esse, o tempo biográfico ganha destaque, pois ele não pode ser concebido em si mesmo, mas como resultado, como camada de segunda ordem, em relação ao tempo cotidiano e o tempo epocal. Dessa maneira parece ser mais frutífero o esforço de expor o “estar no tempo” dos indivíduos. Isso significa que para os fins aqui postos, o tempo biográfico não é tomado em sua narrativa constituída, mas na atitude que os sujeitos encetam com o seu próprio tempo de vida, sua disposição e capacidade de constituir uma narrativa própria de vida. Algo como um duplo microcômico e psicológico das categorias macrocômicas e antropológicas de Koselleck: espaço de experiência e horizonte de expectativa. O tempo biográfico encerra uma dimensão na qual os acima demonstrados totalitarismo da aceleração e alienação como *Weltbeziehung*, com suas tendências de ruína comum, podem ser pensados de um ponto de vista anímico. Assim, esse capítulo toma sua reta final através de uma reflexão acerca do tipo de sofrimento instaurado pela nova experiência do tempo, seguindo os rastros deixados pela própria teoria de Rosa, de modo a apontar as passagens, que se encontram no interior desta teoria, em direção a uma teoria do mal-estar na contemporaneidade.

A ideia de um tempo biográfico não pode ser concebida de maneira estrita até que essa dimensão temporal ganhe contornos próprios, isto é, se autonomize. A relação entre o surgimento histórico dessa forma temporal específica, dessa forma de autocompreensão, e o desenvolvimento de uma narratividade própria ao homem moderno, pode ser derivada da teoria benjaminiana da experiência, já referida anteriormente, cujo eco pode ser percebido em todo o projeto intelectual de Rosa. Como mencionado no primeiro capítulo, a vida de um Johannes Hoos não pode ser narrada sem que se faça referência à vida de todos os Johannes Hoos que o antecederam e o sucederam, ela não pode ser fundada sobre si mesma como uma forma autônoma. A narrativa das várias gerações que se encadeiam é o que se forma com linhas e contornos próprios, é o que se constitui como uma comunidade semântica que precede os sujeitos particulares, dentro da qual pode surgir o conselho – “Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuidade de uma história que está sendo narrada” (BENJAMIN, 1994, p. 200). A queda dessa comunidade é a condição de emergência daquilo que aqui se chama de tempo biográfico. Trata-se justamente da divergência entre tempo do mundo e tempo da vida, à qual Rosa atribui uma relação causal com a aceleração do ritmo da vida. O detalhe mais premente do surgimento dessa forma temporal autônoma é a transformação da face da morte, que já não comunica ao moribundo uma passagem, um elo de continuidade, mas um fim. Por um lado, essa é a condição de

existência de um intervalo que atribui sentido ao desejo moderno de autonomia. É dessa condição que pode derivar o ideal de formação contido no *Bildungsroman* na modernidade nascente, um ideal que se expressa pelo anseio de converter esse tempo que se destacou do tempo do mundo em uma obra própria do sujeito (cf. ROSA, 2013, p. 183). Por outro lado, a autonomização da vida é também fonte de ansiedade, uma vez que a divergência entre o horizonte individual e o horizonte do mundo retira do sujeito a expectativa da plenitude. Daí, conseqüentemente, a aceleração da própria vida torna-se uma medida de salvação:

Aquele que vive mais rápido pode, então, de certa forma, completar uma variedade de projetos de vida no interior de uma única existência e tornar acessíveis a si suas possibilidades de experiência. Não é difícil ver como o horizonte de uma “vida eterna” pode ser reconquistado pela imaginação de uma aceleração ilimitada. *Aquele que vive indefinitivamente rápido não precisa mais temer a morte como o aniquilador das opções.* Entre tal pessoa e a intrusão da morte há, infinitamente, muitos “projetos de vida” (*ibid.*).

Quase como um lapso, Rosa revela em sua caracterização um problema patente à experiência do tempo daquele que busca manter-se ao passo do mundo: “completar uma variedade de projetos de vida no interior de uma única existência” jamais significará viver, efetivamente, várias vidas dentro de uma. Pelo contrário, aquilo que se evidencia no diagnóstico da teoria da aceleração social é justamente a desefetivação da vida em razão da multiplicidade de projetos de vida que se abrem diante dos sujeitos. O conteúdo de experiência que deu ensejo para a representação ideal da formação cultural burguesa (*Bildung*), apesar de se fundar na perspectiva de dinamização dos caracteres que compunham o eu, permitia aos sujeitos, ainda, esperar pela possibilidade de uma reação (*Einwirken*) adaptativa, reciprocamente efetuada entre o eu e o mundo. O estudo e a educação dos sentidos forneceriam os critérios para esse caminho de adaptação mútua (*wechselseitig*). Esse tipo é substituído, na modernidade tardia, pela formação situacional do eu, dependente de condições momentâneas e cujo processo adaptativo já não se dá através de escolhas baseadas em critérios definidos – isto é, “que não pode mais ser fornecido em nome do quê se escolhe ou se deseja algo” (ROSA, 2011, p. 1057).

Fruir a vida torna-se uma tarefa paradoxalmente difícil diante do ímpeto de gozar todas as opções do mundo. Disso é possível derivar já um dos traços que, mediado pela experiência, se projeta sobre a alma daquele que vive sob o regime de aceleração social. A forma aguda dessa experiência na contemporaneidade também corresponde a uma agudização desse traço. Quando Rosa fala de uma suspensão do movimento interno à experiência do tempo *a despeito* do volume vertiginoso de vivências e episódios de ação, em tudo isso

remete ao famoso ensaio de Simmel (2005) sobre a vida espiritual nas grandes cidades, nas quais os estímulos excessivos acabam por embotar a sensibilidade de seus habitantes, que deixam de experienciar o mundo objetivo em todos os seus matizes, e com mais similaridade remete à leitura que Benjamin (1991) realizou sobre *Além do princípio de prazer*, de Freud – ensaio que lançou luz sobre uma até então não teorizada força psíquica, a *compulsão à repetição*, cujo motivo imediato fora a neurose traumática dos ex-combatentes da Primeira Guerra. As funções normalmente atribuídas ao sonho, orientadas por um princípio de prazer, pareciam alheias aos sonhos desses neuróticos: “Ora, os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas possuem a característica de repetidamente trazer o paciente de volta à situação de seu acidente, numa situação da qual acorda em outro susto” (FREUD, 1969, p. 24). O retorno ao momento do trauma revelaria, nesses casos, a necessidade psíquica de atribuir uma relação de dominância – atribuir uma vinculação psíquica – àquele evento. O “susto” que caracteriza o evento que origina esse tipo de neurose seria o motivo pelo enfraquecimento das barreiras impostas pela consciência entre as dimensões mais profundas do psiquismo e o mundo externo – ser pego desprevenido por uma forte excitação, por assim dizer, estaria na origem da compulsão à repetição, enquanto uma reação instintiva a reparar os danos causados pela descarga imprevista de excitação. Benjamin toma este problema em um contexto bastante distinto: compreender a estrutura da experiência dos leitores de Baudelaire, que já não podem fruir a poesia lírica. O escudo protetor da consciência, que envolve as camadas internas da mente nas quais os traços mnêmicos são gravados, ter-se-ia hipertrofiado em sua atuação, na medida em que os estímulos tornar-se-iam mais frequentes e impactantes. O texto de Freud é posto lado a lado às reflexões de Proust acerca da condição fugidia da “memória involuntária” que, assim como os traços mnêmicos alojados no inconsciente, não tem seu acesso facilitado pelo tensionamento reflexivo da consciência, mas, antes, pela *distensão* desta. Assim como o lirismo é inacessível ao homem das multidões, que precisa aparar constantemente os estímulos que o assaltam, também o sonho é negado ao traumatizado, que necessita repetir indefinidamente seu trauma, com o fito de restabelecer alguma sorte de sentido para o evento fatídico. Comum às duas questões é a impossibilidade de fruir o conteúdo da experiência.

A imagem de “um pintor permanentemente preocupado com seus materiais – as tintas e os pincéis, a condição de ar e luz, a tela e o cavalete – mas que nunca começa efetivamente a pintar” (ROSA, *manuscrito*, p. 7), em relação à qual Rosa traça um perfil da subjetividade dos indivíduos contemporâneos, revela uma afinidade entre esses indivíduos e o estado compulsivo do traumatizado de guerra. Assim como a experiência do choque causa um embotamento dos sentidos, isto é, um recrudescimento do escudo protetor da consciência, é

de se esperar que também instaure uma angústia em relação a possíveis choques futuros. Para Benjamin, para quem “o tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência” e “quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido” (BENJAMIN, 1994, p. 204-5), a vigilância ativada pela torrente de choques da vida moderna impede a formação dos rastros que compõem, em última instância, a própria temporalidade. Da mesma maneira, o pintor de Rosa, incapaz de se esquecer de si mesmo, em permanente autocertificação de si, não consegue jamais entregar-se à pintura e, assim, constituir sua atividade no tempo – e apropriar-se de sua experiência. Dois motivos se evidenciam para isso: em primeiro lugar, as mudanças qualitativas das formas e relações sociais em um *ritmo intrageracional*, que caracteriza para Rosa a fase atual da modernidade, é por si só um impeditivo à fruição e um motivo permanente para a autovigilância do sujeito, que não pode jamais estar certo da duração da validade de seus saberes práticos. Em segundo lugar, o poder de dominação da lógica da aceleração social, que se manifesta e penetra a vida subjetiva como alienação das “relações com o mundo” (*Weltbeziehungen*), opera como um predicado heterônomo, externo às ações – que denota, em suas linhas externas, uma relação similar à dos sonhos de revivência do traumatizado, sempre retornando à mesma necessidade, como, por exemplo, a necessidade de aquisição dos consumidores compulsivos. O pintor de Rosa, portanto, tem seu tempo aniquilado.

De modo semelhante o psicanalista Joel Birman (2014) atribui à fase atual da modernidade uma crescente insuficiência subjetiva na capacidade de sonhar. A essa incapacidade associa-se, segundo seu diagnóstico, um processo de “espacialização do sujeito”, em cuja raiz se encontra uma nova experiência do tempo fundada na constante ruptura, a partir da qual percebe-se o indivíduo em um “eterno presente”. A temporalização é a tessitura que permite aos dados da percepção – como se sabe desde Kant – elaborarem-se simbolicamente, o que propicia ao sonhador constituir as imagens aleatórias de seu sonho em uma representação – sobretudo quando este é *narrado* a outro. Da mesma forma a apropriação das experiências, sua subjetivação, demanda uma condição temporal na qual seja permitido ao sujeito *simbolizá-las*, de modo que a partir delas rastros mnêmicos se originem. Não apenas o sonho, mas também as formas diurnas do “fantasmar”, isto é, aquilo que o sujeito projeta como fantasia, são fenômenos ligados à dinâmica do *desejo* postos em risco pela experiência a qual Birman chamou de – assim como Rosa – destemporalização. A pregnância do choque imagético e as formas performáticas de sociabilização que constituem o laço social contemporâneo afetam a produção subjetiva da temporalidade, de modo que a compulsão à

repetição se sobrepõe à dinâmica do desejo. A espacialização do sujeito corresponde, portanto, à incapacidade de fruição acima discutida.

É apenas o espaço que ocupa agora o campo da experiência, e não mais o tempo, pela repetição compulsiva do mesmo, isto é, pelo retorno terrorífico das imagens traumáticas. Estas então não mais se temporalizam e se simbolizam, permanecendo atadas à imobilidade do acontecimento traumático. É a imagem, na sua dimensão estática e espacial e espacial ao mesmo tempo, na sua ataraxia, enfim, o que se impõe no psiquismo (BIRMAN, 2014, p. 27).

Aqui se revela a face interna ao sujeito daquilo que foi tratado no capítulo anterior como “destemporalização”. A temporalização da vida é o lado externo do florescimento do tempo biográfico, isto é, do intervalo de tempo diante do qual o sujeito *pode* se colocar como autor do seu destino – uma grande recompensa e alento em relação à nova face da morte, que já não comunica nada. Dominar a vida tomando-a diante da consciência de sua finitude é um problema que já se punha aos antigos, pode-se dizer. Até mesmo Montaigne, em seu famoso ensaio, recuperara as máximas de Ovídio, Cícero e do mestre estoico Sêneca para dar uma interpretação não convencional à filosofia: “filosofar é aprender a morrer”. E aprender a morrer, neste caso, é a pedra angular de todo um projeto de vida: aprender a morrer é aprender a viver. Há algo aqui que se remete àquilo que Rosa apontara sobre o status da morte no âmbito da nova experiência moderna do tempo: a aceleração é a resposta moderna à finitude da vida. Ora, o que se destaca disso é a ideia segundo a qual a aceleração é um fetiche que substitui a esperança de eternidade – algo patentemente diverso daquilo que expressa Montaigne. Na pena do filósofo a morte torna-se mote de um apaziguamento da vida, cujo fim parece ser a fonte de sentido para todo o processo. A incapacidade de se resignar diante dessa condição parece, por outro lado, a fonte de todo sofrimento:

Nossos tribunais ordenam muitas vezes se execute o criminoso no próprio local do crime. Conduzam-no durante o trajeto, entre belas residências e deem-lhe as melhores refeições; os mais deliciosos acepipes não poderão acariciar-lhe o paladar, nem o canto dos pássaros, nem os acordes da lira lhe devolverão o sono. Pensais que será sensível a nossos cuidados e que o fim último de sua viagem, sempre em mente, não lhe alternará e tornará inosso qualquer possível prazer? “Inquieta-se com o caminho, conta os dias, mede a vida pela extensão da estrada, sem cessar atormentado pela ideia do suplício que o espera” (MONTAIGNE, 1972, p. 49).

Nesses termos, a resposta moderna à morte, segundo a teoria da aceleração social, revelar-se-ia um potenciador do sofrimento. Por um lado, a angústia do prisioneiro conduzido à execução estaria escamoteada pelo daquele que corre para, com isso, “evitar a morte” – o que,

por outro, apenas agrava sua própria condição: quanto mais o ritmo da vida se acelera, como bem demonstrou Rosa, menos apropriada é a experiência pelo vivente, e maior a sensação de vacuidade que se forma pelo caminho que descreve. A “destemporalização”, no sentido exposto no capítulo anterior, é a sedimentação de uma experiência cultural mais ampla para a qual a constituição de uma narrativa de vida, de um *tempo biográfico*⁶¹ propriamente dito, torna-se inviável pelos constantes abalos macro e microcósmicos, cuja consequência é tanto a morte prematura dos diversos projetos de vida ao longo de uma única existência, quanto a crescente armadilha do luto de si, a mortificação da vida expressa na epidemia das depressões.

“A histeria de ontem deu lugar à ‘epidemia’ da depressão de hoje. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 400 milhões de pessoas no mundo sofrem da doença”, sugere a reportagem do *Valor Econômico* cuja manchete é “Sem tempo para pensar” (SAITO, 2015, p. 12). Nessa longa reportagem, vários psicanalistas são entrevistados e dão seu parecer acerca da relação que se busca estabelecer entre a carência de tempo e o mal-estar depressivo nas sociedades contemporâneas. “Sociedade de performance”, “empresários de si”, “excitação infinita”, “cultura do excesso”, “cultura do ato”, etc. são termos mobilizados como mediadores desta relação. Todos são termos que se referem ao rompimento de limites que se constituíam entre o eu e suas possibilidades objetivas. Como posto na reportagem, estas são marcas de uma subjetividade que já não encontra – ou, pelo menos, assim se auto-representa – conflitos. As tendências à repetição explicitadas acima estariam soterradas por uma superfície da experiência à qual nada aparece como interdição. O sujeito contemporâneo sofreria, inauditamente, por um “excesso de positividade” – conforme a já apresentada tese de Byung-ChulHan (2015). O declínio do paradigma imunológico, para usar um termo do próprio Han; o declínio do tipo de sofrimento fundado na *falta* e na interdição, pode ser lido tanto como uma consequência da ativação de todas as dimensões da subjetividade em função de uma aceleração social que já não aceita barreiras, quanto como uma via das estratégias de sincronização expostas no capítulo anterior. Mas, em acordo com a teoria da aceleração social e com o estado anímico que ela descreve sob uma atualização da ideia de alienação, é possível acrescentar a esse excesso de positividade, que rasga os véus que delimitavam a vida subjetiva em relação aos obstáculos do mundo – diluindo a vida subjetiva no mundo, por assim dizer –, que os conteúdos que se positivam sobre o sujeito não encetam uma relação, propriamente. Na velocidade em que ocorrem acabam por gerar um tipo de falta que não diz respeito a *impossibilidades* – tudo é virtualmente possível – mas, seguindo as pegadas de Rosa, a

⁶¹ Para uma reflexão mais extensa sobre este tema, cf. TZIMINADIS, 2017.

ressonâncias. Se a sociedade disciplinar, como observou Alain Ehrenberg (2004), confiscava do sujeito grandes parcelas de seu direito de gozo, a sociedade de performance domestica os indivíduos lançando sobre eles a culpa de gozarem de modo insuficiente. Ocorre que o imperativo do gozo torna-se, contraditoriamente, numa inviabilização da fruição da própria experiência de gozo. A tradução “biográfica” dessa condição é também paradoxal consequência de acabar vivendo menos por tentar viver mais.

“O futuro me parece frio e sombrio, e a mim parece que estou congelado no tempo” – diz um depressivo citado por Rosa (2011, p. 1056). Estar congelado no tempo corresponde a um arrefecimento das forças que dão sustento à vida. Trata-se de um abatimento da vitalidade – algo que, segundo Maria Rita Kehl (2009), em sua já mencionada obra, lança um parentesco entre os depressivos de hoje e os melancólicos de ontem. Essa apatia, que os gregos já haviam identificado entre os seus e a explicaram como resultado de um desequilíbrio dos humores – a predominância da “bile negra” – acompanha a humanidade em manifestações históricas diversas. Os depressivos, segundo a psicanalista, se diferenciam por terem-se “demitido” subjetivamente da tarefa de gozo compulsivo que o Outro lhe impôs. O recuo depressivo estaria intimamente ligado ao dar-se conta da crescente incapacidade de elaboração das perdas. Como exposto há pouco, a experiência do tempo sob o regime de aceleração é uma experiência de perdas constantes: aquele que busca viver várias vidas em uma só tem várias chances perder todas as vidas que buscara – nenhuma se efetiva. Daí que é interessante notar a aproximação que a psicanálise efetua entre o estado melancólico e o luto. Ambos referem-se a um processo de perda – mas o melancólico, diferentemente do enlutado, não sabe *o que* perdeu. Essa perda, por não se identificar com nada específico no mundo objetivo, volta-se sobre o próprio eu – que se vê em eterno desamparo (PERES, 2011). É sugestivo conjugar a essa perda de um objeto não identificado, que acaba por voltar-se sobre o próprio sujeito, ao estado de apartamento entre eu e mundo descrito na teoria da alienação de Rosa. O tempo que perde seu sentido, no qual passado e futuro são engolidos por um eterno presente; tempo que caracteriza o sujeito situacional de Rosa, é um “tempo”, diz a psicanalista Urania Tourinho Peres ao tratar do sofrimento melancólico, “que faz pacto com a morte” (*ibid*, p. 101).

A experiência temporal do frenesi em suspensão (*rasender Stillstand*) refrata patologicamente no sujeito como uma ausência tempo – não de tempo disponível, mas de *tempo apropriável*. Essa experiência, em relação a qual os argumentos desse capítulo foram dirigidos no sentido de demonstrá-la como uma *ruína comum*, núcleo crítico da teoria de Rosa, pode ser concebida como elemento fundamental de um tipo de mal-estar próprio da contemporaneidade. Se os enfermos possuem um saber particular do estado social, como

anotara Walter Benjamin, o contorno das formas de sofrimento promovidas pela experiência atual do tempo, expostas nesta última parte do capítulo na órbita das teses levantadas por Rosa, é de se esperar que esse sofrimento indique a passagem de uma transformação profunda na subjetividade e nas formas de vida sob a fase atual da modernidade. O “estupor da alma” (*Seelenlähmung*) que, para Rosa, atinge e imobiliza esse novo sujeito, sugere-se aqui, pode ser interpretado como a terminação nervosa para a qual convergem as linhas da teoria da aceleração social – ou, pelo menos, o ponto no qual esse empreendimento intelectual ganha mais potência crítica. Enquanto manifestações patológicas, esses modos de ação, que aqui se derivou da experiência de tempo própria da contemporaneidade, indicam um limiar a partir do qual o processo civilizatório da aceleração social só pode ser continuado ao preço não apenas da erosão da moderna promessa de autonomia, mas, também, de uma forma de *falta* e uma carência de sentido que pode facilmente conduzir o indivíduo e a cultura a um adoecimento generalizado – ou, mais perigosamente, aos remédios do obscurantismo.

ÀGUISA DE CONCLUSÃO: ACELERAÇÃO E FINITUDE

Entre as mais cortantes histórias deixadas por Tolstoi, encontra-se o conto das *Três Mortes*. Durante a passagem do inverno, em algum canto rural da Rússia profunda, é descrito o sofrimento de MáriaDmítrievna, mulher de posses casada com um senhor de terras. Sofre por estar nos últimos estágios de uma violenta tuberculose. A ideia da morte lhe parece inconcebível, algo de que precisa desesperadamente se afastar, enfim, o inaceitável. O conto se abre com a jornada de MáriaDmítrievna, seu marido e criados, rumo ao estrangeiro – pois, a despeito do mau tempo que castiga sua Rússia, crê a senhora que seu destino será salvo, sua morte iminente será prorrogada, se chegar às terras ensolaradas da Itália. Na pior das hipóteses, até Berlim a contentaria. Mas permanecer onde está significa aquiescer à morte. As terras estrangeiras avultam como oásis que, para além de seu horizonte imediato, prometem a renovação da vida, ou até mesmo uma nova vida. E na medida em que sua riqueza lhe fornece os meios de alcançá-las, mais insuportável se torna a ideia de morrer. Em uma estalagem pobre, na qual os cocheiros são obrigados a descer para trocar a muda de cavalos, um velho mujique, Fiódor, tosse e tiritica enrolado sob peles de carneiro. Ele se deita próximo ao fogo, e agonizará ao longo de todo aquele dia – que mais tarde o leitor descobre ser o seu último. Fiódor, que já não pode andar, entrega suas botas para o cocheiro que conduz a família senhorial, Serega – seu único pedido, em retribuição, é que este lhe compre uma lápide para instalar sobre seu túmulo. Este pedido expressa, evidentemente, o desejo modesto de Fiódor, que não tem família nem sobrenome, de ter pelo menos um registro de sua passagem por este

mundo. Sua morte é abrupta, e sua descrição quase totalmente externa – o leitor não sabe o que sentira Fiódor, apenas como se comportara, isto é, resignado. Chega a primavera e com ela a história se dirige mais uma vez à MáriaDmítievna, agora de volta à casa senhorial, muito provavelmente sem ter conseguido realizar seu desejo. Mais uma vez a narrativa se concentra em seu desespero existencial, na inquietação de sua mente que se dirige para todos os lados em busca de uma solução. Cogita dispensar o médico, comunica a seu marido que há uma curandeira entre os camponeses. Pedes que a chame – uma última tentativa. Até seu fim, que chega naquela mesma noite, a dama permanecerá inquieta e angustiada. Neste ponto da história, o leitor é trazido ao bosque próximo à estalagem do início, no qual Serega, que havia prometido uma lápide a Fiódor, derrubará uma árvore para fazer-lhe uma cruz. A cena se passa num amanhecer de primavera orvalhado, as aves e as copas farfalham – o único barulho estranho, ali, são as machadadas que, em pouco tempo, deitam uma árvore ao chão. Esta é a terceira morte – sem desespero, sem lamentações, a árvore cai enquanto tudo ao seu redor permanece o mesmo. O orvalho, a neblina dispersante sob o sol, o vento que balança as folhas continuam sua eternidade – sem esperança, sem angústia, tudo ali é apenas duração⁶².

Esta narrativa é uma parábola que descreve a decadência da aristocracia russa do fim do império czarista, em sua frivolidade e fraqueza, e a contrapõe às virtudes da vida frugal daqueles que, como o mujique Fiódor e a árvore do bosque, vivem em humilde harmonia com os ciclos da natureza. Evidentemente, o teor moralizante da história coaduna com o misticismo messiânico do Tolstoi pregador, mas é possível destacá-la desta dimensão, e assim tomar seus elementos para construir uma imagem na qual uma relação fundamental da teoria aqui tratada se destaca. O narrador desdobra uma escala na qual riqueza e sofrimento se conjugam como grandezas diretamente proporcionais. A morte tranquila da árvore é, diga-se, uma consequência da natureza de sua vida, e o mesmo vale para a senhora MáriaDmítievna: o sofrimento da morte espelha a expectativa de uma vida multifacetada, que *pode* se desdobrar em uma variedade de experiências. O que é meditado na obra como maldição da superficialidade dos abastados, pode ser aqui como “maldição” de uma cultura que se propôs a si mesma a expandir e intensificar suas formas e relações – sendo esta, ironicamente, sua única constante. A relação entre a boa morte e a quietude da vida, se decalcada de seu moralismo, também revela um aspecto fundamental acerca da aceleração social. Para todos os que vivem, o tempo de vida é, com maior ou menor variação de longevidade, uma duração finita. Apesar de parecer evidente, a relação entre a teoria da aceleração social e a questão da

⁶² Cf. TOLSTÓI, 2015.

temporalidade se dá por um problema de segunda ordem: o tempo, mais especificamente o tempo de vida de cada indivíduo, *não pode ser acelerado*, e por isso a lógica de estabilização dinâmica moderna produz um problema de ordem temporal. Mas o tempo pode ser comprimido – e essa tem sido, segundo Rosa, a estratégia mais utilizada para suprir este déficit estrutural de aceleração. No entanto, sua teoria aponta para o fato de que esta estratégia conduz a uma transformação qualitativa da experiência do tempo, que, no final, por descolar a subjetividade dos objetos sobre os quais busca se ater, apenas agudiza o sentimento de insuficiência diante do fim inevitável do tempo. Daí, portanto, a compressão do tempo das experiências começar a ser substituída, no imaginário atual, pela *extensão do tempo da vida*.

O sofrimento a que se atrela esta condição pode ser tomado, como se sugeriu no último capítulo deste trabalho, como um substrato existencial que se precipita nas diversas formas de psicopatologia que assombram o sujeito contemporâneo. Foi confessado a este autor que aqui escreve, em uma reunião entre psicanalistas da cidade de Araraquara, que por detrás das angústias daqueles que chegam a suas clínicas, existe uma crescente e silenciosa transformação da atitude diante da morte. Se a aceleração, como disse Rosa, é a resposta moderna à finitude da vida, pode-se dizer que, na era de sua fase paroxística, a aceleração faz do fim da vida um evento inaceitável. Além das técnicas desenvolvidas para conter o mal-estar que aflora no sujeito, é possível vislumbrar que o problema do tempo finito será cada vez mais tema da imaginação utópica atual. Como relatado no segundo capítulo, o imaginário científico contemporâneo já contempla – com uma considerável objeção de cientistas céticos, é válido dizer – a possibilidade de traduzir as relações sinápticas que compõem as memórias e, em última instância, a identidade de um indivíduo, em códigos computacionais a partir dos quais, em um futuro próximo, com a tecnologia adequada, seja possível ressuscitar uma pessoa. A vida eterna é o sonho da jovem Kim Suozzi, cuja situação, muito particular, fez ressoar toda uma expectativa coletiva das gerações presentes – ainda que de modo radical. A instituição a qual entregou seu cérebro para preservação, *ALCOR– Life Extension Foundation*, é um empreendimento médico-científico que financia pesquisas e atende pacientes terminais que desejam ter a chance de, em um futuro próximo, voltar a viver⁶³. Mas uma atitude muito similar à expressa por Kim e a instituição que a acolheu pode ser constada na crescente preocupação relativa à saúde. Não é preciso procurar muito: basta que se assista aos programas da TV aberta, visite-se uma farmácia ou um parque no fim de tarde para que se perceba que a saúde já não é mais uma preocupação face à doença, mas uma questão face à

⁶³ Cf. HARMON, 2015.

vida – isto é, a vida é tomada como um processo contínuo de adoecimento, diante do qual, pelo fato intolerável de seu fim, deve ser revertido a todo custo.

Independentemente de que se aceite o sistema categorial do qual Rosa se utiliza para descrever as causas da aceleração, é algo pouco contestável o fato de que seus imperativos tenham se tornado um autômato no centro dos processos de integração social. É possível tomar esta condição referindo-se à imagem que Simmel há mais de um século desenhou para o sujeito moderno em seu mundo: a “cultura objetiva” da aceleração social desprende-se da “cultura subjetiva” que a põe em movimento, confrontando-a como um dado totalmente externo, que a submete e a condiciona. Enfim, uma “tragédia da cultura” (SIMMEL, 1998b). Daí ser possível sugerir aqui que o destino das sociedades de aceleração social dificilmente será alterado por uma mudança estrutural de sua atitude cultural diante do tempo. O que parece mais provável são os diversos esforços em adaptar o “tempo da vida” ao “tempo do mundo” – em relação aos quais as paixões de imortalidade são apenas exemplares exagerados. A consequência mais previsível deste caminho é o fatídico fracasso em cessar os males da aceleração sobre a vida anímica. É de se pensar, portanto, que mesmo a extensão indeterminada do tempo da vida não poderá restabelecer uma relação “ressonante” com o mundo – algo que pode ser demonstrado com o fato de que, a despeito do considerável ganho de tempo livre no último século, os sofrimentos em relação à experiência do tempo parecem ter-se tornado mais agudos. A teoria da aceleração social descreve, assim, um predicado estrutural da experiência comum dos indivíduos contemporâneos. Não se trata de um conteúdo específico que possa ser atribuído a este ou aquele grupo, mas de uma condição dada pelo confronto inevitável do tempo limitado da vida humana e o tempo de uma civilização que, já Weber notara, tem seu *fim* projetado no *infinito*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: COHN, G. **Adorno**. São Paulo: Ática, 1986 (Col. Grandes Cientistas Sociais, vol. 15).

_____. Tempo livre. In: **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. **Minima moralia: reflexões a partir da vida lesada**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008b.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARANTES, P. O novo tempo do mundo. A experiência histórica numa era de expectativas decrescentes. In: ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Papiros, 1994.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BARTH, A. Im Reißwolf der Geschwindigkeit. **Der Spiegel**, n. 20, 1989.

BEARD, G. A nervosidade americana. **Revista latino-americana de psicopatologia fundamental**, ano V, n. 1, mar/2002.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERLINK, M. T. O que é psicopatologia fundamental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 17 (2), 13-20, 1997.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BIRMAN, J. **O sujeito na contemporaneidade**: espaço, dor e desalento na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CIPOLLA, C. **Las máquinas del tiempo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

CRARY, J. **24/7**: Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DÖRRE, K. Capitalism, acceleration, activation: a criticism. In: DÖRRE, K.; LESSENICH, S.; ROSA, H. **Sociology, capitalism, critique**. London, New York: Verso, 2015.

DÖRRE, K.; LESSENICH, S.; ROSA, H. **Sociology, capitalism, critique**. London, New York: Verso, 2015.

EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.

- ELIAS, N. **Sobre o tempo**: Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo :Boitempo, 2008.
- ERIKSEN, T. **Tyranny of the moment**. Fast and slow time in the information age. London: Pluto Press, 2001.
- FERNANDEZ, R. 5 ways to boost your resilience at work. **Harvard Business Review**, 27 de junho de 2016. Disponível em: <hbr.org/2016/06/627-building-resilience-ic-5-ways-to-build-your-personal-resilience-at-work>.
- FIDALGO, J. A-C. La aceleración del tiempo como alienación. La propuesta de Hartmut Rosa desde la teoría crítica. **Acta Sociológica**, n. 69, janeiro-abril, 2016.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud** (Volume XVIII). Rio de Janeiro: Editora Imago, 1969.
- FUKUYAMA, F. ¿El fin da la historia? **Estudios Públicos**, n. 37. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 1990.
- GALLINO, L. Diário póstumo de um flexível. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 2, n. 1, jul/dez 2009.
- GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U. **Modernização reflexiva**: política tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- GERGEN, K. **The saturated self**: dilemmas of identity in contemporary life. New York: Basic Books, 1991.
- GLEICK, J. **Faster**. The acceleration of just about everything. New York: Parthenon Books, 1999.
- HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARMON, A. O cérebro eterno. **Revista Piauí**, novembro de 2015.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1998.

HSU, E. The sociology of sleep and the measure of social acceleration. **Time & Society**, v. 23, n. 2, 2014.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HONNETH, A. The point of recognition: a rejoinder to the rejoinder. In: FRASER, N; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. London: Verso, 2003.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.

LESSENICH, S. Artistic or social critique? On the problematisation of a false alternative. In: DÖRRE, K.; LESSENICH, S.; ROSA, H. **Sociology, capitalism, critique**. London, New York: Verso, 2015.

LEYVA, G. Teoria crítica, tiempo y aceleración. **Acta Sociológica**, v. 69, janeiro-abril, 2016.

LÜBBE, H. The contraction of the present. In: ROSA, H.; SCHEUERMAN, W. (Org.). **High-speed society**: social acceleration, power and modernity. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2009.

LUKÁCS, G. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo : Duas Cidades; 34, 2000.

_____. O romance como epopeia burguesa. In: LUKÁCS, G. **Arte e sociedade**: escritos estéticos, 1932-1967. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

LUHMANN, N. Temporalization of complexity. In: GEYER, R. F.; van der ZOUWEN, J. (Org.) **Sociocibernetics**. An actor-oriented social systems approach, Vol. 2. Leiden; Boston; London: MartinusNijhoff, 1978.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 2003.

MARRAMAIO, G. **Céu e terra**: genealogia da secularização. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

MARX, K. A mercadoria. In: **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTAIGNE, M. de. De como filosofar é aprender a morrer. In: MONTAIGNE, M. de. **Ensaio**. São Paulo: Abril Cultural, 1972 (Col. Os Pensadores, v. XI).

OLMO, M. O carro dos sonhos: veículos que dispensam motoristas chegam ao mercado em até quatro anos. **Valor Econômico** (Eu & Fim de Semana), 3 de fevereiro de 2017.

PERES, U. T. Uma ferida a sangrar-lhe a alma. In: FREUD, S. **Luto e melancolia**. São Paulo: CosacNaify, 2011.

REED, I. Hartmut Rosa's Project for critical theory. **Thesis Eleven**, v. 133 (I), 2016.

ROBINSON, J.; GODBEY, G. **Time for life**: the surprising ways Americans use their time. University Park: Penn University Press, 1990.

ROSA, H. Cultural relativism and social criticism from a Taylorian perspective. **Constellations**, v. 3, n. 1, 1996.

_____. Social acceleration: ethical and political consequences of a desynchronized high-speed society. **Constellations** v. 10, n. 1, 2003.

_____. Four levels of self-interpretation. A paradigm for social philosophy and political criticism. **Philosophy and social criticism**, n. 30, v. 5-6, 2004.

_____. The speed of global flows and the pace of democratic politics. In: **New Political Science**, v. 27, n. 4, 2005.

_____. **Alienation and acceleration**. Towards a critical theory of late-modern temporality. Aarhus: NSU Press, 2010.

_____. Beschleunigung und Depression: Überlegungen zum Zeitverhältnis der Moderne. **Psyche: Zeitschrift für Psychoanalyse und ihre Anwendungen**, ano 65, caderno 11, 2011.

_____. **Social acceleration: a new theory of modernity**. New York: Columbia University Press, 2013.

_____. Capitalism as a spiral of dynamisation: sociology as social critique. In: DÖRRE, K.; LESSENICH, S.; ROSA, H. **Sociology, capitalism, critique**. London, New York: Verso, 2015a.

_____. Antagonists and critical integrationists, or, what do we do with the spoiled pie? In: DÖRRE, K.; LESSENICH, S.; ROSA, H. **Sociology, capitalism, critique**. London, New York: Verso, 2015b.

_____. Escalation: the crisis of dynamic stabilisation and the prospect of resonance. In: DÖRRE, K.; LESSENICH, S.; ROSA, H. **Sociology, capitalism, critique**. London, New York: Verso, 2015c.

_____. Dynamic stabilisation, the triple A approach, and the resonance conception of the good life. **Manuscrito do autor**.

ROSA, H.; BRAUER, A. Wir müssen uns selbst aufklären. **Der Tagesspiegel**, 05 de abril de 2014. <<http://www.tagesspiegel.de/kultur/interview-mit-hartmut-rosa-wir-muessen-uns-selbst-aufklaeren/9713910.html>> Visualizado em 12 de agosto de 2016.

ROSA, H.; DÖRRE, K.; LESSENICH, S. Appropriation, activation and acceleration: the escalatory logics of capitalist modernity and the crises of dynamics stabilization. **Theory, culture&society**, v. 34 (I), 2017.

SAITO, B. Sem tempo para pensar: psicanálise busca respostas para demandas do mundo moderno que estimulam “epidemia” da depressão. **Valor Econômico** (Eu & Fim de Semana), 28 de agosto de 2015.

SACHS, J. What is to be done? **The Economist**. 13 de jan. de 1990. Disponível em: <http://www.economist.com/node/13002085>.

SASSEN, S. **Expulsions: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2014.

SCHEUERMAN, W. Speed, states and social theory: a response to Hartmut Rosa. **Constellations**, v. 10, n. 1, 2003.

SCHIVELBUSCH, W. **The railway journey**: The Industrialization of Time and Space in the Nineteenth Century. Oakland: University of California Press, 2014.

SCHWARZ, A. Workers seeking productivity in a pill are abusing A.D.H.D. drugs. **The New York Times**, 18 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/04/19/us/workers-seeking-productivity-in-a-pill-are-abusing-adhd-drugs.html?_r=0>

SENNETT, R.A **corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2010.

SIMMEL, G. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (Org.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Ed. Da UnB, 1998.

_____. As grandes cidades e a vida do espírito. **MANA** 11(2):577-591, 2005.

THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984.

TOLSTÓI, L. Três mortes. In: **Contos Completos**: Liev Tolstói. São Paulo: Cosac Naify, 2015, vol.1.

TÜRCKE, C. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. Cultura do déficit de atenção. In: **Revista Serrote**, 2015, disponível em: <<http://www.revistaserrote.com.br/2015/06/cultura-do-deficit-de-atencao/>>.

TZIMINADIS, J. L. Para narrar o tempo da vida. Um ensaio sobre a aceleração social. **Cadernos de Campo**, n. 22, 2017.

_____. Modernidade dessincronizada: aceleração social, destemporalização e alienação: uma entrevista com Hartmut Rosa. **Estudos de Sociologia**, v. 22, n. 43, 2017b.

URRY, J. Speeding-up and slowing down. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William (Org.). **High-speed society**: social acceleration, power and modernity. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2009.

VIRILIO, P. **A inércia polar**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

_____. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

VOSTAL, F. Academic life in the fast lane: the experience of time and speed in British academia. **Time & Society**, vol. 24 (I), 2015, p. 71-95.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.